



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

DJALMA NAVARRO FALCÃO

**AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NAS FAMÍLIAS
CONTEMPORÂNEAS: A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DA
ESCOLA DE PAIS DO BRASIL**

SALVADOR-BAHIA
2012

DJALMA NAVARRO FALCÃO

**AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NAS FAMÍLIAS
CONTEMPORÂNEAS: A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DA
ESCOLA DE PAIS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini

SALVADOR-BAHIA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

Djalma Navarro Falcão

As relações intergeracionais nas famílias contemporâneas: a evolução do pensamento da Escola de Pais do Brasil

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 10 de Abril de 2012.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). Giancarlo Petri
Orientador(a)
Doutor em Ciências Sociais - PUC
Universidade Católica do Salvador

Prof(a). Dr(a). Lúcia Vaz de Campos Moreira
Membro Interno
Doutora em Psicologia - USP
Universidade Católica do Salvador

Prof(a). Dr(a). Feizi Milani
Membro Externo
Doutorado em Saúde Coletiva – UFRB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DEDICATÓRIA:

Este trabalho é dedicado àqueles que, tão de perto, têm participado da minha aventura humana:

A Têca, minha querida e leal companheira de meio século, que em todas as minhas andanças, paranças e mudanças sempre esteve ao meu lado, amorosa, compreensiva e solidária;

Aos meus filhos Carlos Sérgio, Ana Cristina, Ana Patrícia e Ricardo (em memória) que me fazem sempre lembrar o orgulho de uma venturosa paternidade;

Aos meus netos Thais, João Gabriel e Millena cuja primaveril alegria encanta meu outonal prazer de viver.

AGRADECIMENTOS

A Escola de Pais do Brasil (EPB), de modo especial à Seccional de Salvador, pelos ensinamentos que me tornaram melhor pai e pelas oportunidades que me deram de retribuir o que recebi.

Ao meu orientador Prof. Dr. Giancarlo Petrini que, apesar dos inúmeros afazeres com a implantação de nova diocese, sempre encontrou tempo e paciência para orientar o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus examinadores Prof. Dr. Feize Milani e Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira pelas valiosas críticas e observações feitas na qualificação.

Às minhas mestras do programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL pela dedicação e constante estímulo durante o curso.

Aos meus caros companheiros da EPB, casais Ceres e Nilton Sampaio, Francisca e Elias Martins, Helena e Cesar Sigaud, cujos arquivos sobre a história da EPB foram de grande ajuda em minha pesquisa.

Ao companheiro Plínio Ribeiro que tão prontamente atendeu às minhas consultas, principalmente sobre o voluntariado.

A Albertina Piza, competente secretária da EPB, pela sua disponibilidade em me ajudar nas pesquisas de documentos.

Ao amigo Lucas Drumond sem cujos conhecimentos e atenção eu não conseguiria ultrapassar minhas limitações com a “má vontade” e “teimosia” do computador.

Finalmente, e mais importante, agradeço ao Ser Supremo que, gratuita e generosamente, me deu a família que tenho - na Bahia e Alagoas -, os amigos que procuro cultivar e os dons que tento repartir.

MUITO OBRIGADO!

“Podemos definir uma família como um grupo que vive junto pela paixão de estar junto, onde uns entram e outros saem. É no seu seio que vivemos as nuances do amor, intercaladas no aprendizado de unir-se e separar-se, mudando nossos jeitos de estar com as mesmas pessoas no decorrer de nossa vida.” (TAI CASTILHO)

FALCÃO, Djalma Navarro. *As relações intergeracionais nas famílias contemporâneas: a evolução do pensamento da Escola de Pais do Brasil*. 157 f. Il. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

RESUMO

A família é um organismo mutável que transforma e é transformado pela sociedade. Pela adoção de certas regras e conceitos, ela abre espaço para as mudanças sociais. A família contemporânea tem passado por profundas modificações causadas, sobretudo, por fatores tais como: inserção profissional da mulher, globalização dos meios de comunicação de massa, complexidade das relações intergeracionais, fruto do enfraquecimento da família nuclear, do crescente número de divórcios e recasamentos. Ao lado disto, nos últimos trinta anos, houve um significativo crescimento da vida média da população brasileira. Os avanços na área médica e o surgimento de novas tecnologias possibilitaram um progressivo aumento na longevidade do ser humano, e cresce, a cada dia, o número de indivíduos que vivem mais de cem anos. A partir desse aumento, tornam-se mais atuais os questionamentos referentes às relações familiares entre pessoas de gerações e culturas diferentes. O fato de as pessoas terem uma perspectiva de vida maior não torna as relações familiares diferentes, mas imprimem maior complexidade a estas relações, uma vez que aumenta o número de pessoas interagindo. Contata-se que, cada vez mais, os avós tendem a ter participação mais ativa na família e na sociedade. Nem sempre a família consegue resolver satisfatoriamente seus conflitos, necessitando da ajuda de instituições que a orientem na educação dos filhos. Dentre estas, menciona-se a Escola de Pais do Brasil (EPB) cuja experiência de quarenta e nove anos tem contribuído para melhorar o relacionamento intergeracional dos pais que têm frequentado os seus círculos de estudo. Esta dissertação de mestrado estuda as relações intergeracionais da família contemporânea e analisa a evolução do pensamento da EPB sobre o tema. Para atingir os objetivos propostos, o método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica teve como meta o levantamento das contribuições acadêmicas e culturais sobre o tema. Fez-se uma revisão de literatura concernente, o que ajudou a delimitar e definir o escopo do trabalho. Analisando documentos históricos da EPB, como atas, jornais, anais dos congressos e informativos, obtiveram-se elementos suficientes para entender sua história, explicitar seus objetivos e mostrar a evolução do seu pensamento sobre as relações intergeracionais das famílias contemporâneas.

Palavras chave: Escola de Pais do Brasil. Famílias recasadas. Longevidade. Relações Intergeracionais.

FALCÃO, Djalma Navarro. *Intergenerational Relationship in Contemporary Families: the Evolution of Escola de Pais do Brasil Thinking*. 157 pp.ill. 2012. Master Dissertation. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Saslvador. Salvador, 2012

ABSTRACT

The family is a mutable organism which transform and is transformed by the society. By the adoption of determined rules and concepts it opens space to social changes. The contemporary family has crossed over deep modifications caused by, over all, factors suc. as: the woman professional insertion, the world-wide mass media, the complexity of intergerational relationship due to nuclear family weakness, the increasing number of divorces and remarriages. At the side this, in the last thirty years, there was a significant growing of medium life brazilian population. The medical area progress and the arrising of new technologies made possible a human being progressive longevity increasing, and grows up, at every day, the number of persons that live over hundred years. From this growth, become more actuals the questions concerning to the familiar relationship among persons of different generations and cultures. The fact of the persons had a greater life perspective not make different the familiar relationship, but make bigger the complexity of such relationship, since the number of interacting persons is increasing. Each more time the grandfathers are having a more active participation in the family and society. Not ever the family succeed in satisfactorily to solve their conflicts. It needs the institutions help to guide the children education. Among these, there is the Escola de Pais do Brasil(EPB) which during forty nine years has contributed to improve the parents intergenerational relationship that have followed its courses of study. This thesis (MA) examines the contemporary family intergerational relationship and analyse the EPB evolution thinking. To achieve the proposed objective , it was used the bibliographic and documental methods. The bibliographic research had as purpose the survey of academic and cultural contributions over the subject. It was done a concerning literature revision, which helped to delimit and define the work aim. By analysing the EPB historical documents, such as minutes, newspapers, congress annals and others, it was possible to obtain sufficient data to understanding its history, to explain its objectives and to show the EPB thinking evolution over the intergenerational relationship in the contemporary families.

Key words: Escola de Pais do Brasil(EPB). Remarried families. Longevity. Intergenerational relationship.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGO	Assembleia Geral Ordinária
CAT	Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento
EPB	Escola de Pais do Brasil
EPB - SSA	Escola de Pais do Brasil, Seccional de Salvador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	18
1.2	MÉTODO.....	19
2	A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO.....	24
2.1	CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA.....	30
3	PERMUTAS INTERGERACIONAIS NA FAMÍLIA.....	38
3.1	RELAÇÕES FAMILIARES E ENVELHECIMENTO	38
3.1.1	Teorias do Envelhecimento	40
3.1.1.1	<i>Aspecto Social.....</i>	40
3.1.1.2	<i>Aspecto Médico – Geriátrico</i>	45
3.1.1.3	<i>Aspectos Filosóficos.....</i>	46
3.2	LONGEVIDADE.....	48
3.3	A VELHICE COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	51
3.4	OS AVÓS “JOVENS” E A CONVIVÊNCIA DE 4 -5 GERAÇÕES	56
4	COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NAS FAMÍLIAS RECOMPOSTAS	61
4.1	PARENTALIDADE SOCIAL	61
4.2	PADRASTOS/ MADRASTAS	63
4.3	FRATRIAS.....	67
4.4	OS NOVOS PARENTESCOS	70
5	ESCOLA DE PAIS DO BRASIL.....	76
5.1	UM POUCO DE SUA HISTÓRIA.....	77
5.2	AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS COMO VISTAS PELA EPB	83
5.2.1	Os Manuais de Orientação	84

5.2.1.1	<i>O Temário de 1964.....</i>	85
5.2.1.2	<i>O Temário de 1981.....</i>	86
5.2.1.3	<i>O Temário de 1988.....</i>	90
5.2.1.4	<i>O Temário de 2006.....</i>	97
5.2.2	Os Congressos Nacionais	102
5.2.2.1	<i>A Família em Transformação</i>	103
5.2.2.2	<i>Permutas Intergeracionais.....</i>	106
5.2.2.3	<i>Famílias Recompuestas, Complexidade dos Vínculos.....</i>	110
6	CONCLUSÃO	113
	REFERÊNCIAS.....	117
	LISTA DE ANEXOS	130

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda a questão familiar contemporânea, em uma perspectiva analítica e descritiva, analisando o seu aspecto evolutivo. As mudanças sócio-culturais da contemporaneidade geraram reflexos diversos na estrutura da família. A partir de fatos como a emancipação feminina, a liberação sexual, os modernos processos de controle da natalidade e outros, a família passa a ser percebida de forma diferenciada. Na análise deste tema, adota-se um enfoque pluridimensional que atribui características subjetivas aos membros das famílias.

Entende-se, nesta abordagem, que o núcleo familiar cria uma perspectiva de continuidade tanto nas relações de gênero como nas relações entre gerações, que têm nos filhos um dos seus componentes basilares dos futuros projetos. Desta forma, o vínculo é assaz importante para a manutenção e desenvolvimento familiar. Nem sempre este grupo resolve satisfatoriamente seus conflitos, necessitando, assim, do efetivo auxílio do Estado e da orientação de instituições que se dispõem a ajudar os pais nessa difícil tarefa. Dentre estas, se inclui a ESCOLA DE PAIS DO BRASIL(EPB), objeto desse trabalho.

Sendo a família o primeiro lugar onde o indivíduo se socializa, onde ele experimenta as primeiras experiências de sua aventura humana, pode-se defini-la como a matriz basilar para o processo civilizatório. É neste lugar de convivência com a cultura da sua família que o homem desenvolve a sua maneira de pensar, agir e viver. É na família que se processam as relações simbólicas que diferenciam a pessoa do ser irracional. É o espaço onde o indivíduo se afirma como sujeito capaz de interagir com o mundo à sua volta.

Diante do exposto, apresentam-se os seguintes questionamentos que nortearão esta pesquisa: como se processam as relações intergeracionais na sociedade contemporânea e como uma instituição como a EPB tem evoluído os seus ensinamentos, na matéria, através dos seus manuais e congressos nacionais?

A instituição família tem sofrido nos últimos tempos mudanças bem significativas, como decorrência das profundas transformações pelas quais passa a

sociedade. Esses abalos influem na estrutura familiar, levando-a a um natural aprimoramento e a um certo afastamento do tradicional. Este fato induz à crença de que está havendo uma desintegração e que a instituição terminará por desaparecer.

A família, contudo, por força mesmo de sua origem, calcada na necessidade gregária do homem e da função geratriz na sociedade, tem um sentido de perenidade. Tende a reajustar-se a cada abalo, adaptando-se à própria evolução social. Assim, a estrutura familiar consegue recuperar-se continuamente, ao longo do tempo, de qualquer agressão, por mais profunda que seja. Entretanto, a amplitude do dano, tal como o tempo para sua adaptação, variará na dependência dos mecanismos de defesa que possam ser acionados.

Entre os meios de que se pode lançar mão para diminuir os impactos e seus efeitos, estão os movimentos que visam levar a família, e mais especificamente, os pais, a uma tomada de consciência a respeito do seu papel na atual conjuntura. Tomada essa que os façam compreender que precisam se comportar, em relação à educação de seus filhos, como insubstituíveis instrumentos de atuação.

A ESCOLA DE PAIS DO BRASIL (EPB) se insere nesse contexto, isto é, está engajada na tarefa de atuar junto à família para ajudá-la a cumprir sua função como unidade estrutural da sociedade e como instrumento basilar da educação da criatura humana. No sentido particular, a EPB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, de âmbito nacional. É considerada de utilidade pública federal pelo decreto 72.220 de 11/05/73. Na Bahia é de utilidade pública estadual pela lei 3690 de 04/01/79 e em Salvador de utilidade pública municipal pela lei 2970 de 18/07/78. Além disto, tem registro no MEC sob nº 262.234-75.

Em setembro de 2009 a EPB efetuou um planejamento estratégico onde, ao lado de traçar metas e objetivos que visavam sua atualização, definiu:

Sua Missão: Ajudar pais, futuros pais e agentes educadores a formar verdadeiros cidadãos.

Sua Visão: Em 2014, ser reconhecida como associação voluntária de referência em assuntos de educação e relacionamento familiar.

Seus objetivos:

1. Conscientizar os pais de sua responsabilidade e de seu papel na educação dos filhos;
2. Atualizar pais e educadores em práticas e princípios psicopedagógicos;
3. Promover maior aproximação família/escola na perspectiva de uma educação integral do ser humano.

Seus participantes colaboram efetivamente, para que os objetivos da entidade sejam atingidos: reforço à família, conscientização da paternidade responsável, preparação para um mundo em constante mudança, transmissão de conhecimentos básicos de Psicologia e Pedagogia e de técnicas educativas que favoreçam a reformulação de conceitos e a convivência harmoniosa entre pais e filhos.

Na busca desses objetivos, verifica-se uma constante atualização que leva à necessidade de uma educação permanente, essencial nos dias atuais, desenvolve o sentido da colaboração, da solidariedade e responsabilidade com a comunidade onde está inserida (colégios, paróquias, centros comunitários, etc.) estabelecendo-se uma convivência fraterna entre seus membros. O objetivo maior é o desenvolvimento do ser humano em sua caminhada para o outro e a busca do Transcendente.

A EPB é uma instituição particular, voluntária e gratuita que está aberta a todos os interessados na educação e orientação de pais e educadores, independente de sua raça, credo religioso, condição social, cultural e político-partidária.

É formada por casais voluntários que, após um curso de formação e aperfeiçoamento, se dedicam à tarefa de orientar os pais que frequentam os seus círculos de debates e estudo. Sendo trabalho voluntário e comunitário, os casais que dele participam estão imbuídos da importância da dádiva (MAUSS, 2008) e das consequências do seu trabalho: Dar, Receber e Retribuir. Ao dedicarem seu tempo, esforço, estudo na orientação dos pais, eles recebem em troca não só a gratidão, mas, tão importante quanto, a retribuição das experiências desses pais que resultam no enriquecimento de sua própria formação.

É um movimento voluntário onde se pratica, sem qualquer interesse de reconhecimento social ou financeiro, o espírito da dádiva (GODBOUT, 1997). Isto reflete a variedade e a riqueza do voluntariado. As pessoas que fazem ação voluntária, segundo o autor, fazem-no por prazer e recebem mais do que dão, mesmo no caso dos grupos onde o serviço prestado é unilateral e não recíproco, como na EPB. Diz Godbout (1997, p.107):

Não é por grandeza de alma que ajo. Recebo muito das pessoas que ajudo. Esta declaração pode parecer surpreendente vinda dos voluntários, que habitualmente são associados ao modelo tradicional do dom caritativo e do trabalho “gratuito”, precisamente no sentido de “não retribuído”, o que só é verdadeiro em termos contabilísticos e de mercado: não há retribuição material. Mas há uma retribuição, e importante. Não é, talvez, inútil retroceder ao sentido da palavra “voluntário”: ato voluntário, livremente aceito, gratuito no sentido de livre e não de ‘trabalho gratuito’, expressão que deixa necessariamente supor algo de anormal, visto que adota como referência as normas do universo do trabalho, e que todo trabalho deve ser pago.

Altruísmo e solidariedade são valores morais socialmente constituídos, vistos como virtudes do indivíduo (CORRULÓN, 1996). Do ponto de vista religioso acredita-se que a prática do bem salva a alma; numa perspectiva social e política, pressupõe-se que a prática de tais valores zelará pela manutenção da ordem social e pelo progresso do homem. A caridade (forte herança cultural e religiosa), reforçada pelo ideal, as crenças, os sistemas de valores, e o compromisso com determinadas causas são componentes vitais de engajamento. Não se deve esquecer, contudo, o potencial transformador que essas atitudes representam para o crescimento interior do próprio indivíduo.

Ao analisar os motivos que mobilizam os casais da EPB em direção ao trabalho voluntário e comunitário, descobrem-se, entre outros, dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal: a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática, e o social, tomada de consciência dos problemas ao se defrontar com a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa. Corrulón (2010, p.1):

Quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, engajado, participante e consciente, diferenciamos também o seu grau de comprometimento: ações mais permanentes, que implicam em maiores compromissos, requerem um determinado tipo de voluntário, e podem levá-lo, inclusive a

uma “profissionalização voluntária”; existem também ações pontuais, esporádicas, que mobilizam outro perfil de indivíduos.

O trabalho voluntário, no Brasil, conforme Reis (2001) existe desde a fundação da Santa Casa de Misericórdia em Santos, na data de 1532 e está regulamentado através da lei 9.608/98, publicada no Diário Oficial da União em 19/02/1998. Em seu art. 1º define o trabalho voluntário como “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.” Este conceito não difere do difundido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1985) para quem voluntário é o “jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos”.

Na “Declaração Universal sobre o Voluntariado” realizada em Paris, em setembro de 1990, a *International Association for Volunteer Effort (IAVE)* resumiu que ser voluntário é:

Uma escolha espontânea embasada nas motivações e opções pessoais;

Uma participação ativa do cidadão, na vida comunitária das cidades;

Contribuir para o melhoramento da qualidade de vida e também para o aperfeiçoamento das pessoas, enquanto seres humanos;

Querer e se empenhar para a construção de um mundo mais justo, alegre e mais pacífico.

O trabalho voluntário da EPB enquadra-se inteiramente nos conceitos transcritos, onde está implícita a principal motivação para o exercício do voluntariado: a satisfação do seu executor. Este tipo de atividade gera uma realização pessoal, um bem estar interior advindo do prazer de servir a quem precisa. Funda-se no sentimento de solidariedade e amor ao próximo, na alegria de sentir-se socialmente útil. Sobre os casais e sua disponibilidade Matta(1979, p.25), que conheceu de perto o trabalho desenvolvido pela EPB, refere que:

[...] missão, tarefa e afeto se misturam em tudo isso, e a lição maior, aula magna, está em que os casais líderes da EPB não só dizem, mas fazem,

não só falam, mas oferecem, eles próprios e suas famílias, o exemplo vivo, duro e alegre, contingencial e sempiterno, tenso na preocupação, no riso-humor e amor de suas próprias vidas no cotidiano. Um cotidiano de recorrente amor aos semelhantes e de profunda devoção à Sagrada Família e a Deus Onipotente... Os casais líderes da seção baiana da EPB conquistaram um raro equilíbrio de Razão, Amor e Ação Prática: doutrina, afeto e serviço à comunidade, ajudam milhares de casais baianos a resolver dificuldades de relacionamento diário com os filhos e de sua construção familiar comunitária [...].

Semelhante foi a opinião de Coutinho (1979, p.25):

[...]fiquei muito impressionado com a vitalidade que pais e mães de família demonstravam, desenvolvendo uma atividade, às vezes cansativa, sem evidência de fadiga. A disciplina, o interesse e a compreensão davam o tom do encontro... os meus amigos da EPB sempre determinados, sempre alegres, sempre prontos na missão apostolar de ajudar aos jovens, à família, à comunidade, movidos sempre pela incontida vontade de servir ao próximo [...].

O voluntariado é uma relação humana, rica e solidária. (DAL RIO, 2004) Não é uma atividade fria, racional e impessoal. O voluntário doa sua energia e criatividade, mas ganha em troca contato humano, convivência com pessoas diferentes, oportunidade de aprender coisas novas, satisfação de se sentir útil.

Voluntariado é ação e escolha. Não há hierarquia de prioridades. As formas de ação são tão variadas quanto às necessidades da comunidade e à criatividade do voluntário. Não há fórmulas nem modelos a serem seguidos. Voluntariado é compromisso além de ser importante ferramenta de inclusão social.

Cresce de importância, e mesmo mérito, o valor desse trabalho quando se sabe ser ele exercido numa época de exacerbado individualismo.

O individualismo moderno, alimentado pela sedução do novo, segundo os modelos oferecidos pela moda, promoveu uma ética lúdica e consumista, que foi abandonando não somente os valores das tradições religiosas, mas qualquer sistema de significado que exigisse disciplina, rigor, sacrifício, fidelidade aos compromissos assumidos, para perseguir as metas propostas. A afirmação de um estilo de vida independente, autônomo, caracterizado por escolhas livres, deu origem a um indivíduo instável, de convicções voláteis e compromissos fluidos. (PETRINI, 2003, p.24).

Diante do exposto, a seguir serão apresentados os objetivos, geral e específicos, da presente dissertação de mestrado;

1.1 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar os novos conceitos de família e seus reflexos nas permutas intergeracionais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as relações intrafamiliares nas famílias recompostas.

Analisar como a Escola de Pais do Brasil tem atualizado os seus ensinamentos sobre as relações intergeracionais.

1.2 MÉTODO

Para elaboração dessa dissertação de mestrado, tomou-se como fonte de embasamento a classificação proposta por Sellitz et al. (1967, apud GIL,1999, p.43). Esta pesquisa se configura como um estudo descritivo que objetiva, fundamentalmente, fazer um delineamento das características de determinados grupos de pessoas, bem como demonstrar possíveis relações entre certas variáveis.

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa se desenvolveu por meio da seleção e compilação de informações retiradas, analisadas, processadas e reconstruídas na literatura consultada que consistiu em livros, artigos, revistas, periódicos que tratam do objeto do estudo.

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias trata do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita, documentos eletrônicos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.(MARCONI; LAKATOS (2001, p.43-44).

A pesquisa bibliográfica, no caso específico dessa dissertação, é apropriada por se tratar de um estudo com foco social.

Nas ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe ou de qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o pesquisador, tornando-o solidariamente imbricado ou comprometido (MINAYO, 2003, p.14-15).

Os resultados obtidos por intermédio desse tipo de pesquisa auxiliam no desenvolvimento de todas as fases e instâncias da investigação empreendida (LOPES,1999).

Ao se pesquisar a história e a ação da ESCOLA DE PAIS DO BRASIL(EPB), sob o ângulo das relações intergeracionais, houve a necessidade de uma pesquisa bibliográfica dessas relações e, posteriormente, uma pesquisa documental nos arquivos da instituição.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo o levantamento das contribuições científicas e culturais existentes sobre certo tema, sendo a pesquisa que

[...]se efetua tentando resolver um problema ou adquirir novos conhecimentos a partir de informações publicadas em livros, documentos

similares (catálogos, folhetos, artigos etc.). Seu objetivo é desvendar, recolher e analisar as principais contribuições teóricas sobre um determinado fato, assunto ou ideia [...] (GALLIANO, 1986, P.109)

Nesta etapa, afirma Severino (1983, p.112):

[...]. o espírito será posto frente aos fatos, a outras idéias, tendo a oportunidade de cotejar suas primeiras intuições com as intuições alheias ou com fatos objetivos. Deste confronto nascerá uma posição amadurecida. Talvez seja preciso abandonar idéias anteriores, acrescentar outras novas, reformular outras. Isto quer dizer que nossa primeira formulação não será, necessariamente, definitiva: inicialmente, e do ponto de vista lógico, será tão somente provisória. [...].

O “uso da biblioteca” se apresenta como imprescindível, porque nela se encontram as experiências, observações e bases conceituais já realizadas, sem as quais é impraticável haver verdadeira observação científica.” A revisão da literatura ajuda ao pesquisador delimitar e definir o problema, fazendo com que se evite o manejo de ideias confusas e pouco definidas”. (RUDIO, 2001, P.49).

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado.(SILVA ;ALMEIDA; GUINDANI, 2009) A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetivos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Afirma Cellard (2008, p.295):

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante... Além disso, muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente[...].

Neste trabalho foram utilizados documentos importantes e históricos da EPB, como ata de sua constituição, jornais internos com as conclusões dos seus primeiros congressos, atas que contêm as modificações estruturais, os primeiros estatutos e suas alterações posteriores, além dos manuais de orientação aos seus participantes e os anais impressos dos congressos nacionais.

Como partes dessa dissertação tem-se:

A **Introdução** que salienta a importância da família na sociedade e, face às suas mudanças na contemporaneidade, a necessidade que os pais têm de uma orientação dos princípios básicos da psico-pedagogia familiar. Como uma instituição privada e voluntária, a EPB, formada por casais, se dispõe a colaborar consoante sua finalidade. São apresentados, ainda, os objetivos da dissertação e o método utilizado.

O capítulo 1- A Família em Transformação- faz referência a alguns estudos acadêmicos Lévi-Strauss (1982); Engels(2002); Roudinesco (2003) sobre a origem das famílias primitivas. Na chamada família moderna salienta-se a importância do patriarcado, onde é marcante o papel do homem, fato estudado, entre outros, por Samara (1986); Freyre (1992); Scott (1995); Narvaz e Koller (2006)

A partir dos anos 60 do Séc. XX, a família - agora sob o rótulo de “contemporânea”- passa por grandes transformações, provocadas por fenômenos sócio-econômico-culturais como globalização, individualismo, feminismo. São modificações muito estudadas, dentre outros, por D’Ávila Neto (1997); Féres-Carneiro (1998); Romanelli (2002); Petrini (2005), cujas contribuições acadêmicas são trazidas ao texto. Os conceitos de família se alteraram, o que é salientado por Nobre (1987); Venosa (2002); Castilho (2003);Petrini (2003); Tepedino (2004); Lobo (2005); Singly (2007); Donati (2008).

No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 traz alteração substancial relativa à família, principalmente em relação à mulher na sociedade conjugal, à situação dos filhos provenientes de relações extraconjugais. Além disso, a legislação infraconstitucional tem contribuído para maiores facilidades das separações matrimoniais, bem como igualdade de uniões homoafetivas, equiparadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, às uniões estáveis entre homem e mulher. Tudo isso tem conduzido ao surgimento de novos modelos de famílias, fragilidade e complexidade dos laços familiares.

Capítulo 2 – Permutas Intergeracionais na Família - Como se não fossem suficientes as causas mencionadas, tem-se o fenômeno do aumento da vida média das pessoas, a presença dos “avós-jovens” com cada vez maior participação na família. Importante que esses fatos demográficos e sociais sejam estudados, pois têm contribuído de maneira marcante para o funcionamento das famílias. Não é rara

hoje a convivência de quatro até cinco gerações no mesmo espaço familiar. Isto requer, para pais, filhos e netos um novo aprendizado, uma maneira diferente de encarar a realidade do envelhecimento.

A EPB não ignorou o fenômeno da longevidade nos tempos atuais. O tema do 42º Congresso Nacional (2005) foi “Meus pais, meus filhos, meus netos - A convivência das quatro gerações”.

Estes fenômenos do envelhecimento e da longevidade na vida familiar têm sido estudados por Morin (1989), Beauvoir (1990), D’Andrea (1996), Okuma (1998), Marques, Dias e Costa (2010). No caso específico do Brasil, considerado, até a algumas décadas atrás, um país de jovens, a situação tem se modificado muito. Pode-se mesmo considerá-lo como um país em processo de envelhecimento, não só pelo aumento da expectativa de vida - 73 anos - mas pela redução dos índices de natalidade Moreira (2001), Oliveira (2002), IBGE(2010), Pessini (2011).

Para melhor avaliar o comportamento dos velhos na família, é importante considerar as diferentes maneiras como eles se comportam e como a sociedade com eles convive. Dessa relação resultam os mais diversos tipos de comportamento e as conseqüentes maneiras como os arranjos familiares se adaptam a esses comportamentos. Para ilustrar são trazidas à consideração algumas teorias acadêmicas, tais como a do desengajamento de Cummings e Henry (1961), a da atividade de Harvighurst (1968) e Oliveira (2002), a da modernização de Cowgill e Holmes (1972), a do colapso da competência Kuypers e Bengston (1973), a da Continuidade de Kart, apud Nery (1999). Para complementar o enfoque do envelhecimento, analisam-se os aspectos médico-geriátrico Cascais (2009) e Matos (2008), filosófico Crescenzo (2001) e Sêneca (2000) Procura-se, ainda, estabelecer uma distinção entre envelhecimento e longevidade Houaiss apud Alves (2011). A longevidade saudável tem contribuído para tornar a velhice uma etapa da vida cada vez mais produtiva e influente. Coutinho (2001), Costa e Campos (2003), Araújo, Carvalho (2005) e Neri (1999) trouxeram contribuições importantes para a compreensão do fenômeno da velhice como contribuição social e sua cada vez mais marcante influência no modo de viver da família pós-moderna. Lima, Viegas (1988), Lenoir (1998), Bourdieu (2003) têm trabalhos acadêmicos que embasam o entendimento do senso comum do comportamento dos “velhos-jovens”. Neste sentido, este trabalho dedica especial atenção aos “avós-jovens” pela importância

que estão tendo nas relações intergeracionais. Dumazedier (1976), Lopes, Neri e Park (2005).

Capítulo 3 - Complexidade das relações intergeracionais nas famílias recompostas - sabe-se que as relações intergeracionais (pais- filhos, avós-netos etc.) não são simples, mesmo nas famílias nucleares bem estruturadas. Essas relações tornam-se muito mais complexas nas famílias reconstituídas onde participam diversos arranjos pessoais com as mais diferentes origens, tradições, valores, afirmam Samara (1986), Duarte (1994), Segalen (1999), Lobo (2009).

À medida que os laços familiares se tornam mais frágeis, cresce o número de separações e de novas uniões, surgindo daí a convivência e influência de padrastos, madrastas, enteados, avós e tios não consangüíneos. As relações intergeracionais, nesse contexto, exigem novos comportamentos e negociações: Morgan (1991), Thery (1995), Singly (2000), Cadolle (2000), Mason et al (2002), CUTSEN(2004).

Capítulo 4 - A Escola de Pais do Brasil - Neste capítulo procura-se explicar o que é, como funciona e a importância do trabalho da EPB junto às famílias. Para tanto traz-se um pouco de sua história : fundação, crescimento, declínio e o atual esforço de atualização. Os documentos utilizados foram atas, relatórios publicados, revistas, jornais, basicamente pesquisa documental. Faz-se, em seguida, uma descrição da metodologia do seu trabalho. Utilizaram-se os seus manuais de orientação¹ que ao longo do tempo sofreram atualizações ditadas pela própria dinâmica do trabalho.

Por último, estudam-se as relações intergeracionais, principalmente entre pais e filhos sem descurar daquelas entre avós-netos e as das surgidas nas famílias reconstituídas. As fontes utilizadas foram os manuais da EPB, os anais dos congressos nacionais (cuja relação se encontra nos anexos). Destes, estão publicados em livro 32 e 15 tiveram suas conclusões e alguns trabalhos divulgados em jornal de circulação interna. Esse acervo, ao lado dos artigos e conferências dos membros do Conselho de Educadores tem contribuído para a formação, embasamento pedagógico e atualização dos casais líderes da Instituição.

¹ Até o presente momento (2012) a EPB publicou sete Manuais de Orientação, a saber: A Escola de Pais do Brasil, org. Alzira Lopes (1974), Uma Grande Experiência, org Alzira Lopes (1977), Uma Grande Experiência II org Alzira Lopes (1981), Educar, um Desafio, coleção Escola de Pais em Ação (1988), Educar, uma Opção, coleção Escola de Pais em Ação (1991), Educar, uma Tarefa, coleção Escola de Pais em Ação (1998), Educar, um Desafio, Ed revista e ampliada, EPB (2006).

2 A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO

A palavra “família,” no mundo ocidental, foi usada pela primeira vez pelos romanos com a finalidade de nomear um novo agrupamento social surgido entre as tribos latinas com a finalidade de explorar a agricultura.”Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos com poder de vida e morte sobre todos eles” (BILAC, 2003, p.73).

Engels (1982), citando a obra do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan, menciona que as fases de desenvolvimento humano acompanham os progressos obtidos na produção dos meios de existência, ou seja, as épocas de progresso no desenvolvimento da humanidade coincidem com a ampliação das fontes de existência. Este é o princípio que permitiu a Morgan estabelecer e classificar, pioneiramente, os estágios pré-históricos de cultura, que são basicamente três: **Estado Selvagem:** período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados, sendo as produções artificiais do homem destinadas a facilitar essa apropriação. Esse período é considerado por Engels (1982) como “infância do gênero humano” e corresponde à estruturação por grupos onde cada homem pertencia a todas as mulheres e cada mulher a todos os homens. **A Barbárie:** período em que aparecem a agricultura e a criação de gado, com o início do incremento da produção, a partir da natureza, pelo trabalho humano. **Civilização:** período que se inicia com a fundição do minério de ferro e a invenção da escrita alfabética, em que o homem amplia e complexifica a elaboração dos produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte.

No capítulo II do livro “ A Origem da família, da propriedade privada e do estado”, intitulado “A família”, Engels (1982) procura, ainda com base nos estudos de Morgan sobre os iroqueses (tribos indígenas então localizadas no Estado de Nova York), além de identificar o momento no estágio evolutivo e as condições que permitiram a transformação do homem em “sapiens”, caracterizar os sistemas de parentesco e formas de matrimônio que levaram à formação da família, descrevendo as suas fases , bem como, os modelos criados ao longo do processo de desenvolvimento humano. Aos três estágios pré-históricos de cultura correspondem, por sua vez, três modelos de família: **Família Consanguínea** que é expressão do

primeiro progresso na constituição da família (MARCASSA, 2006), na medida em que exclui os pais e os filhos de relações sexuais recíprocas, os grupos conjugais classificam-se por gerações, ou seja, irmãos e irmãs são, necessariamente, marido e mulher, revelando que a reprodução da família se dava através de relações carnis mútuas e endógenas. O segundo progresso corresponde à **Família Panaluana**, da qual são excluídas as relações carnis entre irmãos e irmãs, criando a categoria dos sobrinhos e sobrinhas. É a partir desse modelo de família que são instituídas as “gens”, ou seja, um círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina que não podem se casar uns com os outros (ENGELS,1982). Com a ampliação das proibições em relação ao casamento, tornam-se cada vez mais impossíveis as uniões por grupos, que foram substituídas pela **Família Sidiásmica**, com a qual já se observa o matrimônio por pares, embora a poligamia e a infidelidade permaneçam um direito dos homens. De acordo com Engels (1982) a família sindiásmica é o estágio evolutivo que permitirá o desenvolvimento da **Família Monogâmica**. Assim, da mesma forma que o matrimônio por grupos é característica do estado selvagem, a família sindiásmica é da barbárie e a monogamia da civilização. Diz Marcassa (2006, p.2) :

Foi preciso que as mulheres efetuassem a passagem ao casamento sindiásmico para que os homens introduzissem a estrita monogamia, com efeito, somente para as mulheres. E isso foi possível porque no matrimônio sindiásmico, além da verdadeira mãe passa a existir a figura do verdadeiro pai, que se torna o proprietário, não só da sua força de trabalho, mas dos meios de produção e dos escravos. E á medida que a posição do homem ganha mais importância em função do aumento das riquezas, tal vantagem passa a interferir na ordem da herança e da hereditariedade, provocando a abolição do direito materno à filiação em prol da filiação masculina e do direito hereditário paterno.

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família, já entre os povos civilizados, é o **patriarcado**, uma forma de família que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Vale salientar que essa passagem coincide com o triunfo da civilização nascente. Baseia-se no predomínio do homem, o qual tem como finalidade procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Os laços conjugais são agora muito mais sólidos, cabendo somente ao homem o direito à infidelidade. Quanto à mulher, exige-se que guarde uma castidade e fidelidade conjugal rigorosa, todavia, para o homem não representa mais do que a mãe dos seus filhos. A monogamia, portanto, não é fruto, de modo algum,

do amor sexual individual e não se baseia em condições naturais, mas econômicas, isto é, o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva.

A partir do período chamado de Civilização, por Engels (1982), caracterizado pelo predomínio do homem e cujo objetivo expresso é o da procriação dos filhos e a preservação da riqueza através da herança (ROUDINESCO, 2003) divide a evolução da família em três etapas: **TRADICIONAL, MODERNA e CONTEMPORÂNEA.**

A Família Tradicional - quando não era dada importância à vida afetiva dos cônjuges, pois os casamentos eram arranjados pelas famílias para assegurar a transmissão de bens patrimoniais. O lugar “pater família” era fortemente marcado e a figura do pai se constituía como fator de identificação dos filhos.

A Família Moderna surgiu com o advento da industrialização e o enfraquecimento das grandes propriedades rurais. Esta família valorizou a reciprocidade dos sentimentos. Na divisão do trabalho entre os cônjuges cabia ao homem o espaço público do mundo do trabalho fora de casa com o encargo de prover todo o grupo familiar e à mulher o espaço privado do lar, com a tarefa de cuidar da casa e ocupar-se dos filhos. A instituição do casamento era valorizada. Lévi-Strauss (1982), diz-nos, ainda, que a família moderna admite três fatores que bem a caracterizam:

- a) Ser originária do casamento.
- b) Ser formada por marido, mulher e filhos nascidos dessa união.
- c) Existirem laços legais, direitos e obrigações entre esses membros, sendo que esse entrelaçamento de direitos e deveres envolvem diversos aspectos, como econômico, religioso, sexuais, sentimentais, dentre outros.

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, (NARVAZ; KOLLER, 2006), mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: a) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, b) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia

femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (SCOTT,1995). Nos dois períodos mencionados anteriormente, a família tinha funções bem definidas: a) ser reprodutora: conceber filhos, contribuindo para a manutenção da espécie humana; b) econômica : garantir a sobrevivência e uma vida material digna aos seus membros; c) estratificadora: onde a família transmitia aos seus descendentes a profissão e o “status” social.

Ressalte-se, ainda, que esses dois períodos apresentavam marcadamente dois lados da instituição familiar:

a) Conformismo às exigências sociais, mas ao mesmo tempo, resistência a essas demandas;

b) Mantém a subordinação feminina e dos filhos, protege mulheres, crianças e velhos contra a violência urbana;

c) Conserva as tradições, mas é também espaço para projetos de evolução cultural e econômica;

d) Núcleo de tensões e conflitos, mas também lugar de prazer e alegria.

A Família Contemporânea surge a partir dos anos 60 do sec. XX. Ela sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Até meados de 1960, a família tradicional, tida como estável, fornecia o código moral em posições e papéis segregados e complementares de pai, mãe e filhos, bem como o permitido e o proibido para os ocupantes de cada posição. Tais regras organizavam a experiência de socialização do sujeito, que internalizava um código moral rígido e bem demarcado. Porém , a família foi se transformando, acompanhando a modernização da sociedade. Essa transformação rápida deixou a família incerta quanto às regras a seguir (ROMANELLI, 2002). O questionamento e o redimensionamento das relações afetivas e sexuais, das ideias e comportamentos, têm como consequência um novo conjunto de representações acerca do funcionamento da estrutura familiar.

No Brasil, o paradigma familiar manteve as características da sua origem romana, a autoridade do “pater família”, o cunho de sacramento da instituição do

casamento e a solidariedade. “ A família de então era compreendida como unidade econômica e religiosa, fundada no princípio da autoridade, o chefe da família” (FARIAS, 2006, p.6). Apesar da desintegração do patriarcado rural, que ocorreu de forma diferenciada em diversas regiões do Brasil, (SAMARA,1998) a mentalidade permaneceu na vida e na política brasileira através do coronelismo, do colonialismo e do protecionismo. Diz D’Ávila Neto, (1997, p.12):

Mesmo no meio urbano, a gênese das atitudes autoritárias sobre a condição feminina deve ser entendida em relação aos esquemas de dominação social que caracterizam o patriarcado tradicional brasileiro.

A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX não haviam conquistado os direitos garantidos ao homem. Precisavam exigir seus direitos de cidadã. O Código Civil Brasileiro de 1916, patriarcal e paternalista, estabelecia que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do seu marido. Em 1934, uma nova Constituição assegurou o voto da mulher. O trabalho feminino só foi regulamentado em 1941 pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Após a segunda guerra mundial, a partir de 1945, notadamente na segunda metade do século XX, vários movimentos sociais, culturais, econômicos vieram contribuir para profundas modificações na história pós-moderna., de modo muito especial a estrutura da família. Dentre tantos, importante salientar:

A Globalização, com destaque para a mundialização das comunicações que, inseparável do desenvolvimento mundial das redes midiáticas, da difusão mundial dos modos de produção, tem levado o planeta em direção a uma sociedade universal (MORIN, 2011). Isto tem transformado o viver diário, colocando ao alcance de boa parte da população tudo que se passa no mundo, nos mais variados ramos do conhecimento. São os costumes, as modas, as descobertas que modificam a visão de mundo. Para o bem e para o mal conhecem-se outros modos de viver que causam admiração, desejos de imitar ou rejeitar. Fruto dessa globalização aflora como inescapável consequência um desenfreado consumismo. É o deslumbramento que os objetos suscitam, na sua efêmera frivolidade. A moda deixa de ser privilégio de uma elite para se tornar um fenômeno de massa (PETRINI, 2005). Inaugura-se

um tempo separado de suas origens e de seu destino: homens e mulheres sem raízes e sem metas, a não ser a fruição dos bens que a modernidade oferece.

Aliada a esse consumismo e como consequência do sistema capitalista que domina quase todo o mundo civilizado, assoma de forma avassaladora, como marca indelével dos dias atuais, o Individualismo. Diz Petrini (2005, p.1):

A glorificação do presente e das satisfações que o mercado pode oferecer, ainda que efêmeras e frívolas, vai reformando a cultura da solidariedade e faz emergir um acentuado individualismo. [...]. O individualismo moderno, alimentado pela sedução do novo, segundo os modelos oferecidos pela moda, promoveu uma ética lúdica e consumista, que foi abandonando não somente os valores das tradições religiosas, mas qualquer sistema de significado que exigisse disciplina, rigor, sacrifício, fidelidade aos compromissos assumidos, para perseguir as metas propostas. A afirmação de um estilo de vida independente, autônomo, caracterizado por escolhas livres, deu origem a um indivíduo instável, de convicções voláteis e compromissos fluidos. Por isso, o indivíduo moderno não pode conviver com disciplinas e enquadramentos, com a obediência a prescrições antigas. A cultura do efêmero não tem a pretensão de mudar a sociedade ou as pessoas, de organizar o futuro.

Como se tudo isso não bastasse para influenciar o modo de ser da família, explode nos anos 70 do sec. XX, com força avassaladora e irremovível, o movimento feminista, certamente a maior revolução social desse século.

O Feminismo - Com ele as mulheres tomaram não só consciência do seu valor e da sua importância, mas procuraram ocupar os espaços antes reservados ao domínio masculino. É uma revolução que está longe de terminar. Ocorreu, segundo Romanelli (2002), uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundou em mudanças na dinâmica familiar. Suas conquistas no mercado de trabalho evoluíram de tal forma que as mulheres chegaram a assumir sozinhas o sustento da família. Se no mercado de trabalho já não há mais “feudos” masculinos, faltava ainda o poder político. Isto já está sendo ocupado e, certamente, os progressos serão muito rápidos. Tudo isso pôs a família de “ponta cabeça” Entrou em crise e apregoou-se o seu fim. Não faltaram estudos que justificavam sua importância e tentavam mostrar um mundo sem família. Os fatos foram se sucedendo em rápida sequência: “ assiste-se à queda do tabu da virgindade, à amizade colorida, à produção independente de filho, ao casamento aberto, à inseminação artificial, à popularização dos exames de DNA para a comprovação da paternidade, dentre outras transmutações de paradigmas no comportamento da

sociedade” (FÉRES-CARNEIRO,1998, p.7), decréscimo dos casamentos e das famílias numerosas, crescimento das concubinagens, dos divórcios, das famílias monoparentais, das famílias recompostas. Constatou-se, de outro lado, que não era, como não é, uma crise da instituição familiar ou o seu enfraquecimento, mas o surgimento de novos modelos, de novas relações entre os sexos numa perspectiva igualitária, Assim, graças à sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver.A despeito das intensas crises sociais, ela, cada vez mais, se afirma como a mais importante matriz do desenvolvimento humano.

A família moderna vê-se permanentemente desafiada pela variação, às vezes vertiginosa, dos limites propostos, das aspirações de consumo pretendidas, das experiências perseguidas. Deve reconquistar cada dia as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo (PETRINI, 2003). Mudam as relações de casal e as entre pais e filhos. A paridade entre o homem e a mulher, juridicamente consolidada, começa a ter crescente relevância nas relações familiares, ainda que com diversidades apreciáveis em função da escolaridade e da classe social do casal (FÉRES-CARNEIRO,1998). A EPB nasceu exatamente quando começou a mudar a família patriarcal, com a finalidade de ajudar pais e filhos a enfrentarem com equilíbrio as mudanças em andamento. Nesse mesmo período estavam em curso, no Brasil, agitações políticas e econômicas que trariam grandes repercussões na organização social do país. (Ver cap.5)

2.1 Conceitos contemporâneos de família

Do quanto anteriormente visto, a família contemporânea assume novas roupagens e conceitos que muito a diferenciam das famílias tradicionais e modernas. Nobre (1987, p.1) apresenta um conceito bastante abrangente para família:

[...] um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um “modus” peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto

de códigos(normas de convivência, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade

Castilho (2003, p.1), por sua vez assim a define:

A família é o lugar do reconhecimento da diferença, do aprendizado de unir-se e separar-se.[...] É um sistema em constante transformação, por fatores internos à sua história e ciclo de vida em interação com as mudanças sociais. Sua história percorre a dialética continuidade/mudança, entre vínculos de pertencimento e necessidade de individuação.

Petrini (2005, p.28) chama a atenção para o fato dessa família participar dos dinamismos próprios das relações sociais e sofrer as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. “A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidade que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto e erro”.

Segundo Tepedino (2004 p.25) “a família é o ponto de referência central do indivíduo na sociedade; uma espécie de aspiração à solidariedade e à segurança que dificilmente pode ser substituída por qualquer outra forma de convivência social”.

Antigamente as famílias tradicionais eram orientadas por aspectos como obediência e obrigação. Atualmente a dinâmica familiar se baseia nos princípios da plena reciprocidade entre os gêneros, da liberdade e responsabilidade. Assim, a família acolhe o processo da individualização de cada um dos seus membros que querem desenvolver projetos individuais ao mesmo tempo em que almejam a reciprocidade familiar. Desse modo a família se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos (SINGLY, 2007). Antes as pessoas viviam para a família, agora esta vive para as pessoas que dela fazem parte pelos mais variados laços que as unem. O elemento central não é mais o grupo reunido, mas os membros que a compõem. Desse modo ela é, ao mesmo tempo, relacional e individualista. Enquanto sistema relacional está inserida numa diversidade de contextos e constituída por pessoas que compartilham sentimentos e valores, formando laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, todavia com especificidades e funcionamento próprios (DONATI, 2008). Avulta, assim, na constituição das famílias contemporâneas os aspectos da individualidade, da liberdade individual, da

responsabilidade com os filhos, da igualdade e da diferenciação dos papéis. O grande desafio imposto ao casal contemporâneo é o da construção de laços conjugais sem alterar a individualidade de cada um dos parceiros, isto é, manter a singularidade sem por em risco a manutenção do vínculo.

O “eu” reclama cada vez mais o primeiro papel. Isto obrigou os homens e as mulheres a mudarem sua maneira de conceber a vida comum. Essa se tornou atraente, pois permite o reconhecimento de uma pessoa enquanto pessoa. A relação amorosa ou afetiva é vista como um espaço favorável à revelação progressiva da identidade pessoal, não devendo assim sufocar. Cada um busca a fórmula mágica que lhe possibilite ser “livre junto.” (SINGLY, 2007, p.16).

Assim, a base para a constituição da relação conjugal é o respeito à individualidade e a necessária existência do amor, do afeto.

Com o advento do Estado Social, no século XX, o conceito de família, no Brasil, sua função e características sofreram significativas mudanças. A legislação brasileira desde o Período Colonial adotou como modelo a família patriarcal (FREYRE,1992), a qual passou a entrar em crise com os valores que lhe atribuiu a Constituição de 1988, (LOBO,2006). Esta Constituição, aliás, não fez mais do que atender à realidade social que não mais era atendida pelo estatuto constitucional então vigente.

O regime constitucional anterior a 1988 seguia valores estritamente masculinos e rígidos ao considerar a questão da família. Nessa esteira, até 1977, o ordenamento jurídico brasileiro não acatava o divórcio, e, quando a Emenda Constitucional 09/77 decidiu pela sua celebração, no país, restringiu-o à possibilidade de um segundo casamento. “No Código Civil de 1916, podem ser citadas outras normas fundamentadas no patriarcalismo, a exemplo da limitação da capacidade de trabalho da mulher casada, a submissão da mulher à vontade do marido e a proibição do reconhecimento dos filhos extraconjugais”. (VENOSA, 2002, p.28).

O legislador brasileiro, no entanto, a partir da segunda metade do século XX, foi gradativamente mudando este cenário, vencendo diversas barreiras, até conseguir atribuir direitos aos filhos ilegítimos e considerar a mulher como plenamente capaz (VENOSA, 2007).

É importante destacar que, anteriormente a 1988, a família possuía proteção jurídica apenas pelo fato de a mesma existir. O ordenamento jurídico tutelava a família, entendendo-a somente como uma entidade instituída de maneira formal, que tinha em si mesma um fim, buscando preservá-la de alguma manifestação externa que representasse ameaça para a sua sobrevivência. Com o surgimento da Constituição Federal de 1988, este cenário se modificou (TEPEDINO,2004). Segundo esta mesma fonte, a Constituição Federal vigente consagrou, definitivamente, novos valores, que têm como embasamento a modificação do conceito atribuído à unidade familiar, base do sistema. Assim, o art. 226 da Constituição entende como família tanto aquela que se embasa no casamento, como a “ união de fato, a família natural e a família adotiva”,(VENOSA,2007, p.16).²

Se analisados os artigos abaixo citados, percebe-se que o núcleo da tutela constitucional transfere-se para as relações familiares oriundas do casamento, e que a proteção da família enquanto unidade produtora de valores culturais, éticos, religiosos e econômicos, dá espaço para a tutela referente ao desenvolvimento dos filhos (TEPEDINO, 2004).

A Constituição de 1988 reconhece a união estável como entidade familiar e indica que a lei deve facilitar a sua conversão em casamento, diminui o prazo para o divórcio e estabelece a isonomia de direitos e deveres entre o homem e a mulher. Desta forma “ a Constituição de 1988 não mais considera apenas o vínculo formal para atender ao aspecto funcional da família, em especial, primando pela dignidade de cada um de seus membros” (CRUZ, 2005, p. 2).

A Constituição de 1988, para além do conceito formal da família, entende que a união estável é também família e que todos os seus membros, independentemente

² Observar os art. 226 a 230 da Constituição:

Art. 226- A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão:[...]

Art. 230- A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

da origem são amparados pelo princípio da dignidade humana, não se aceitando, assim, qualquer discriminação com os filhos havidos ou não no casamento.

Não ficou somente aí a extensão jurídica do conceito de família. Em recente e histórica decisão, o Supremo Tribunal Federal (STF), em reunião plenária de 04 e 05, de maio de 2011, decidiu, por unanimidade, que é equiparável à união estável entre casais heterossexuais aquela entre casais homossexuais. Reconheceram os ministros que reside no amor o elemento básico para a formação do casal, independente do gênero e orientação sexual dos parceiros. Disse o ministro Marco Aurélio de Mello (2011) em seu voto:

[...] Em detrimento do patrimônio, elegeram-se o amor, o carinho e afetividade entre os membros como elementos centrais da caracterização da entidade familiar. Alterou-se a visão tradicional sobre a família, que deixa de servir a fins meramente patrimoniais e passa a existir para que os respectivos membros possam ter uma vida plena comum. Abandonou-se o conceito de família enquanto “instituição em si mesma”... O reconhecimento da entidade familiar depende apenas da opção livre e responsável da constituição da vida comum para promover a dignidade dos partícipes, regida pelo afeto existente entre eles [...]

O ministro Celso de Mello, decano do STF, em seu longo voto, cita considerações de Roberto Iotti Vecchiatti (“Manual da Homoafetividade” 2008,p. 220/221. Editora Método), a saber:

[...] mudou-se **o paradigma da família**: de uma entidade fechada dentro de si, válida por si mesma, passou a **existir somente em função do amor** entre os cônjuges/companheiros, tendo em vista que a sociedade passou a dar mais relevância à felicidade, portanto à afetividade amorosa, do que à mera formalidade do casamento civil ou a qualquer outra forma preconcebida de família.

Nesse sentido, o reconhecimento do “status” jurídico-familiar da união estável, por si, alçou o afeto à condição de princípio jurídico implícito, na medida em que é ele, afeto (amor romântico, no caso) o motivo que faz com que duas pessoas decidam manter uma união estável. O elemento formador da família contemporânea é o amor familiar, mas é o amor romântico que dá o passo inicial para a constituição da união estável, embora haja outros argumentos a corroborar a afirmação de que o afeto é um princípio jurídico [...]

Na família contemporânea, por força mesmo dessa concepção, reside no amor o elemento básico para a formação do casal. O que subsiste para a manutenção do vínculo é o amor, desaparecendo este, não tem mais razão de ser aquele. Tornaram-se frágeis os laços conjugais e cresceram enormemente as

separações. Mas, como é próprio da natureza humana não viver isolado, aumentaram também as novas uniões, dando vaza aos mais diversos arranjos familiares. Para se adaptar às novas situações, a família reveste-se de novas roupagens. A família universal e única passa a ser quase uma abstração que não corresponde à realidade. As muitas utilizações variadas desse termo - família - exigem que se especifique de que família se trata: em que lugar vive, a qual estrato social pertence, em que época se situa. Para se realizar uma análise conceitual da família, é impossível qualquer pretensão de universalidade. A generalização do conceito de família, para designar instituições e grupos sociais tão diversos historicamente, acaba por ocultar as diferentes formas de organizações familiares.

Dentre tantos modelos de formação familiar, podem-se destacar:

a) Nuclear simples - família constituída pelo casal em que ambos tiveram apenas uma união e têm ou já tiveram filhos;

b) Mononuclear - constituída pelo casal em que ambos tiveram apenas uma união e nunca tiveram filho(s);

c) Monoparental feminina simples - organizada em torno da figura feminina, que não tem companheiro cohabitando;

d) Monoparental masculina simples - organizada em torno da figura masculina, que não tem companheira cohabitando;

e) Nuclear extensa - família constituída pelo casal, em que ambos tiveram apenas essa união e têm ou já tiveram filho(s), com agregados adultos morando juntos;

f) Nuclear com avós cuidando dos netos - família constituída pelo casal de avós, que cuidam e educam os netos de menos de dezoito anos;

g) Reconstituída - família constituída pelo casal, em que um deles ou ambos já tiveram mais de uma união conjugal

h) Homoafetiva - família constituída por casal de mesmo gênero.

Em todas essas situações, as famílias encontram-se organizadas de maneiras diferentes, de acordo com suas próprias necessidades e possibilidades, para enfrentar os desafios contemporâneos com os quais a família se defronta.

Longe de considerar estas novas formas de “famílias desestruturadas” como no passado, tal fenômeno passa a ser considerado como uma “recomposição” das relações familiares. O essencial é reconhecer que independente da maneira como a família se estruture e os desenhos que assuma, ela é um importante grupo no qual as pessoas, adultos e crianças, constroem e reconstróem sua subjetividade.

As facilidades de rompimento e recomposição dos laços conjugais trazem incríveis e surpreendentes situações. A convivência dos novos laços de parentesco dificulta a formação do “espírito de família” (SEGALEN, 1999) , pois são inúmeras as origens , hábitos, costumes, sentimentos e convicções. Avulta, assim, a importância da criação dos laços de amizade entre a nova parentela como ponto de apoio para a solidariedade e a afetividade. Os liames das novas famílias são tênues e rapidamente podem se romper se não houver, por parte de todos, o verdadeiro desejo de consolidar a nova família.

Com esses novos figurinos, a família já não dita, como no passado, normas. Em realidade ela é fruto da sociedade e procura se adaptar para sobreviver.

Não é a partir da família que se pode explicar a sociedade, mas - ao contrário- é a sociedade que se introduz na família. São os processos macrossociais que lhe conferem seu princípio de explicação. Desta forma, a família deve ser compreendida levando-se em conta o conhecimento das relações humanas que aí se desenvolvem (BILAC, 2003, p.33).

A família vai se transformando e se remodelando de acordo com os contornos da sociedade na qual está inserida. Mais e mais as relações familiares estão marcadas pelo contexto econômico-sócio-cultural de uma sociedade em determinado momento histórico. As transformações produzem, assim, consequências importantes na estrutura e na dinâmica familiar. Os diversos arranjos domésticos se formam mediante as necessidades do grupo familiar e permitem pensar a família como um segmento social que se configura conforme a contextualização histórica. Disto tudo decorre a enorme complexidade das relações intergeracionais no seio de uma família onde certos arranjos de parentesco sequer têm uma nomenclatura definida. São novas relações que desafiam a capacidade de convivência dos novos núcleos que se formam e para os quais a relação entre as várias gerações é um desafio.

Aqui ficam mais claros os desafios que a EPB enfrentou desde a sua constituição: oferecer ajuda aos pais para que, na fluidez de suas realidades familiares, pudessem dar conta de suas responsabilidades educativas.

3 PERMUTAS INTERGERACIONAS NA FAMÍLIA

No mundo intergeracional da família seus membros se constituem como sujeitos, como seres, e os seus comportamentos só são compreensíveis sob a luz da organização e funcionamento de um sistema de relações, cujo contexto delimita e confere significado a tudo que ocorre em seu interior. “Podemos definir uma família como um grupo que vive junto pela paixão de estar junto, onde uns entram e outros saem, num aprendizado constante de mudança e atualização da rede de afetos”. (CASTILHO, 2003, p.1). Nesta ótica relacional sistêmica, a família funciona como uma entidade onde a interação de seus membros mantém uma interdependência recíproca capaz de controlar o seu equilíbrio.

A relação entre gerações se dá na estrutura mítica de cada família. As gerações primam pela diferença e quanto mais permeáveis e definidas forem as fronteiras geracionais, mais fácil será o relacionamento.

A família é um sistema que se modifica no tempo, um sistema vivo. Seu processo evolutivo consiste num avanço progressivo até novos estágios de desenvolvimento e crescimento. Isso se dá na recuperação do tempo, na integração do novo com o velho, do horizonte futuro com o presente e a experiência passada. (CASTILHO, 2003, p.2)

3.1 Relações familiares e envelhecimento

No mundo todo, o envelhecimento da população tem sido um fenômeno de significativa importância, pois, à proporção que as sociedades tornam-se mais velhas, seus problemas de saúde agravam-se, desafiando tanto os sistemas de saúde quanto à seguridade social (DATASUS,2009).

Com o aumento da expectativa de vida, várias gerações vivem, simultaneamente, no mesmo espaço, com isso torna-se necessário mudar o conceito que a sociedade tem sobre o velho, uma vez que muitas pessoas pensam ser a velhice uma fase de perdas e declínios, tendo uma imagem negativa sobre essa fase da vida.

Se as gerações são continuamente construídas, desconstruídas e reconstruídas, a relação entre elas também está sendo refeita. Novas relações, por sua vez, determinam novos comportamentos das gerações num movimento dialético de retroalimentação permanente (MARQUES; DIAS; COSTA, 2010). Fica-se então instigado a saber o que ocorre na relação entre gerações. Conflito, competição, afetividade, indiferença, autoritarismo, igualitarismo? Afinal como se relacionam os diversos grupos etários?

As relações interpessoais entre indivíduos jovens e os de idade avançada têm variadas implicações psicodinâmicas (D'ANDREA, 1986). Alguns jovens consideram que os velhos não podem mais ter lugar na sociedade, negam as contribuições que eles têm dado e o cabedal de experiências que adquiriram e com o qual podem ainda contribuir para o progresso. Esta negação leva ao temor que esses jovens têm de se identificarem com os mais idosos. Esta distância afetiva entre as gerações, assim como a pequena co-participação das experiências dos mais velhos, provoca nos mais jovens uma ansiedade de realizarem muitas coisas para as quais só teriam condições com mais idade. Por outro lado muitos jovens desejam que os idosos se mantenham no mesmo nível de auto-suficiência de tempos passados. Esta forma de agir dos mais jovens pode ser entendida como meio de defesa contra a percepção antecipada do que lhes poderá ocorrer na velhice.

Tais procedimentos mostram que o velho tem de interagir com um meio cujas exigências são impostas pelos mais jovens; diante disto, a pessoa idosa precisa ter um ego relativamente forte para suportar as tensões advindas das modificações internas e das pressões externas atuais.

Considere-se, a propósito, as palavras de Okuma (1998, p.15-16)

A velhice pode ser vista como uma fase com potencial para o crescimento, à semelhança das demais fases do curso da vida, o que faz com que as fronteiras do envelhecimento sejam modificadas em relação à realidade atual. A visão sobre a velhice vem sendo lentamente mudada. Pode ser um tempo para novas explorações pessoais excitantes, para crescimento psíquico e prazer de viver.

Both (1999) insiste na necessidade de que se estabeleça um diálogo aberto, solidário, sincero, construtivo entre todas as gerações e que seja possibilitado aos “velhos” a oportunidade de, pela comunicação e interação social, criarem uma

identidade de cidadãos, de participantes do processo de reconstrução de uma sociedade mais humana. Não há dúvida de que um dos primeiros desafios, nesse sentido, é o próprio “velho” considerar-se e permitir-se ser cidadão.

Marques, Dias e Costa (2010) pontuam que tal idéia pode ser considerada impossível ou até parecer utopia, quando no mundo os ideais predominantes são de uma sociedade cientificamente programada e globalmente integrada pela lógica do capital (MORIN,1989).

Seria improdutivo, portanto, nesta mesma lógica, raciocinar-se em solidariedade, em diálogo, em interação comunicativa, em história de vida, em qualidade para as pessoas de terceira idade. Entretanto são essas preocupações elementares que fazem o sentido da existência e não permite que a vida se torne um acontecer sem sentido (BOTH,1999).

3.1.1 - Teorias do Envelhecimento

3.1.1.1 - Aspecto Social

O Processo de envelhecimento é natural, inquestionável e irreversível. A transição demográfica encontra-se em diferentes fases ao redor do mundo. Em conjunto com a transição epidemiológica resulta no principal fenômeno demográfico do século XX, conhecido como envelhecimento populacional. Ao contrário do que se imagina comumente, o processo de envelhecimento populacional resulta no declínio da fecundidade e não do declínio da mortalidade. Uma população torna-se mais idosa à medida que aumenta a proporção de indivíduos idosos e diminui a proporção de indivíduos mais jovens, ou seja, para que uma determinada população envelheça, é necessário haver, também, uma menor taxa de fecundidade). No Brasil a expectativa de vida, segundo Pessini (2011), apresenta interessante evolução: entre 1950 e 1955 era de 50,9 anos, entre 2000 e 2005 de 68,3 anos . Dados do

censo do IBGE de 2010 já mostram uma expectativa de vida de 73,1 anos, com acentuada modificação na pirâmide etária do País.³

Forçoso é reconhecer que a cultura brasileira, principalmente nas camadas mais pobres, faz com que o idoso se sinta como um objeto em desuso, pois a velhice é encarada como uma fase de declínio, decadência que leva o ser humano a ter baixa estima.

Segundo Oliveira (2001, p.38): “envelhecimento deve ser considerado como um processo natural e não como uma doença terminal.”

A morte, entretanto, não se constitui em um privilégio da velhice. As políticas sociais supervalorizam os jovens e desprezam os idosos. O comportamento humano, no entanto, não deve ser estereotipado. A aproximação da velhice não diminui as faculdades do indivíduo. Desta forma, o idoso não deve ser visto como um ser enfermo, frágil e assexuado.

Nas últimas décadas, diversos autores, como Harvighurst (1968), Holmes e Cowgill(1972), Del Valle (2000) entre outros, dedicaram-se a elaborar teorias da idade avançada, como tentativa de compreender o comportamento dos idosos face aos desafios da sociedade contemporânea. Tais teorias serão apresentadas a seguir:

a) Teoria do desengajamento ou da desvinculação

Criada por Elaine Cummings e William Henry (1961, apud MARTINEZ; DEL VALLE 2000) segundo a qual o envelhecimento traz um decréscimo, inevitável entre o ser que envelhece e as outras pessoas. Dessa maneira, é o próprio idoso que se retrai, que se afasta do convívio social e, à proporção que consegue esse isolamento, ele se sente infeliz. O idoso é visto como alguém que tem deterioradas algumas das suas funções biológicas, psíquicas e sociais, o que gera um

³ Ver nos anexos os seguintes gráficos ilustrativos: Evolução da população total, segundo os censos demográficos e projeção, Brasil- 1950/2050; Distribuição da população, por sexo, segundo grupos de idade, Brasil- 2010, Pirâmide etária absoluta, Brasil-2010, Pirâmide etária absoluta, Brasil-2020, Pirâmide etária absoluta, Brasil-2050

retraimento da vida social, enquanto a sociedade o inclui, cada vez menos, nas suas atividades.

O desengajamento é, pois, uma consequência de um fator psicológico, inerente ao indivíduo, e de um fator social que é estranho a ele. Para BUSSE (apud OLIVEIRA, 2002) o isolamento do idoso é consequência da redução da sua capacidade física. Ainda não se consolidou uma opinião a respeito dos benefícios ou prejuízos do isolamento, entretanto, sabe-se que o isolamento compulsório das pessoas idosas afasta qualquer possibilidade de ganho.

A teoria do desengajamento tem no seu bojo o pressuposto que a pessoa, à proporção que avança em idade, sofre modificações biológicas que lhe acarretam perdas nos seus papéis sociais. Essa teoria se opõe à teoria da atividade que defende o nível de atividade como um fator de retardamento no processo do envelhecimento.

Ao abordar a teoria do engajamento, Freitas et al (2003) salientam que a mesma tem dupla funcionalidade: uma para a sociedade e outra para o indivíduo. Para a primeira, cria espaços para pessoas jovens e eficientes e para o idoso prepara-o para o engajamento total que é a morte. Essa teoria, segundo os autores, propõe que a sociedade se afasta das pessoas idosas, da mesma forma que estas se isolam do convívio social.

b) Teoria da Atividade

Robert Harvighurst criou, em 1968, a teoria da atividade, segundo a qual a pessoa ativa está menos sujeita à depressão e ao pessimismo. A teoria se embasa em três premissas fundamentais:

- a) A maioria das pessoas idosas mantém níveis constantes de atividade;
- b) O estilo de vida durante a fase de amadurecimento do indivíduo e a situação sócio-econômica influenciam na quantidade de atividades durante a velhice;
- c) O envelhecimento com sucesso é imprescindível para que as pessoas tenham assegurados bons níveis de atividades física, mental e social.

A teoria da atividade parte do pressuposto de que só o indivíduo ativo pode se sentir feliz e satisfeito. A pessoa deve ser produtiva e útil no sentido material, dentro

do contexto em que vive. “Assim, na velhice, o indivíduo deve continuar com suas atividades anteriores ou encontrar outras que as substituam, procurando, dessa maneira, superar as restrições apresentadas pelo contexto social” (OLIVEIRA, 2002, p.141).

Há uma relação direta entre o sentir-se bem e o nível de atividade do indivíduo. Entretanto, a imagem que a pessoa faz de si própria também contribui para sua valorização social. É preciso que se encontrem estratégias de socialização que possibilitem ao idoso atuar com novos papéis na sociedade, ou manter os já assumidos. A valorização da pessoa idosa está diretamente ligada às suas condições de saúde dentro do conceito biopsicossocial.

c) Teoria da Modernização

Cowgill e Holmes, em 1972, de acordo com Freitas et al (2003) formularam essa teoria segundo a qual o “status” do idoso e a mudança de sua função social estão diretamente relacionados ao processo de industrialização da sociedade.

Deve-se, antes de qualquer análise, esclarecer o que se entende por modernização

Modernização é a transformação de uma sociedade inteira de um estilo de vida predominantemente rural, baseado na força dos animais, com tecnologia limitada, com instituições pouco diferenciadas, pontos de vista e valores tradicionais e “paroquiais” em direção a um estilo de vida predominantemente urbano, baseado em fonte de energia sem recursos dos animais, uma tecnologia científica altamente desenvolvida, instituições diferenciadas, interligadas com papéis individuais segmentados e com perspectivas cosmopolitas com ênfase em eficiência e progresso (COWGILL, 1986, p. 185-186, apud DOLL et al 2007, p. 20-21).

O declínio na redução do papel social de pessoa idosa sofre a influência de quatro fatores, afirmam Freitas et al (2003):

a) O avanço tecnológico gera novas ocupações que são absorvidas por pessoas mais jovens;

b) A urbanização causa a segregação residencial, quebrando laços familiares;

c) A educação intensiva é um privilégio dos mais jovens que se tornam mais atualizados e passam a substituir os mais idosos;

d) As tecnologias na área da saúde alteram a estrutura demográfica das sociedades, ocasionando uma competição entre as gerações, o que leva os idosos a deixarem o mercado de trabalho para os mais jovens.

Respondendo às críticas contra a teoria da modernização, segundo Doll et al (2007), Cowgill destaca que em tempos antigos, quando as pessoas sobreviviam da caça, os idosos também não desfrutavam de um “status” elevado. Assim, a autora sugere uma reformulação em forma de curva para a teoria da modernização: nas sociedades primitivas, cujo sustento dependia da caça e da coleta, as pessoas idosas não tinham “status” elevado. Nas sociedades baseadas na agricultura, aumenta a consideração por esta faixa da população, pois a economia se baseia na posse da terra, cujo domínio pertence aos mais antigos. Com a modernização, cujas marcas são a urbanização e a família nuclear, este “status” dos idosos entra em declínio.

d) Teoria da Continuidade

Teoria inicialmente proposta por Atchley (1989) apud Nery (1999).

As pessoas idosas tendem a sustentar estruturas já existentes, utilizando estratégias também já conhecidas e aplicadas anteriormente. Para isso, elas se valem da memória e se expressam através de idéias, experiências, preferências, disposições e habilidades.

A continuidade externa se mantém por pressões também externas e requer relações pré-estabelecidas que incentivem o idoso a tentar a sua continuidade. Esse fato pode ocorrer pela necessidade de apoio social, de enfrentar um estado novo como uma aposentadoria ou uma viuvez (FREITAS et al, 2003).

Para KART(apud NERI, 1999) a Teoria da Continuidade tem os seguintes fundamentos:

- a) A continuidade interna abrange a memória cujo pré-requisito é a existência prévia de experiências, idéias, preferências, afeto, habilidades, temperamento e disposições;

- b) A continuidade externa se mantém pelas pressões e atenções e pode ser estimulada pelas necessidades básicas do ser humano, a exemplo de alimentação, vestuário, abrigo e integração com as demais pessoas;
- c) A expectativa das pessoas pode estimular a continuidade nos idosos, assim como pela vontade de enfrentar com saúde os diversos papéis que as mudanças sociais lhe apresentarem como viuvez, ninho vazio e aposentadoria, entre outros.

Os críticos desta teoria argumentam que apesar do seu significativo apelo social, a Teoria da Continuidade considera o indivíduo apenas em relação aos seus semelhantes, sem questionar se os diversos fatores estruturais podem interferir na continuidade.

e) Teoria do Colapso de Competência

Criado por Kuypers e Bengston (1973) essa teoria analisa as consequências que podem advir pelas perdas que ocorrem com a idade. À proporção que as pessoas têm suas atividades limitadas ou perdem algo que lhes é querido, elas se debilitam e vão tendo suas competências reduzidas.

Segundo esta teoria, o idoso, em virtude do seu autoconceito, já é vulnerável. À medida que ele passa por uma crise de saúde, por exemplo, e fica limitado em uma de suas competências ou habilidades, ele vai se autodefinindo como incompetente, dependente ou inadequado. Isto aumenta a sua vulnerabilidade e termina por influencia-lo de forma negativa, social e psicologicamente. Este quadro, no entanto, pode ser revertido por meio da “terapia da reconstrução social”.

3.1.1.2 - Aspecto Médico - Geriátrico

As pessoas com 65 anos de idade⁵ ou mais são consideradas idosas. Atualmente esta idade, que foi convencionada sócio e economicamente, já está defasada dos problemas próprios da senescência, a qual se refere não apenas à

⁵ Nos países de terceiro mundo é considerado idoso quem tem 60 anos ou mais.

pessoa, mas à sua saúde biológica e psico-social cujo nível de qualidade liga-se à praxis continuada de uma atividade física e social (CASCAIS, 2009). A longevidade, no entanto, representa uma conquista da humanidade. Nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, o acelerado processo do envelhecimento dificultou uma nova organização sócio-econômica para atender às demandas desta realidade demográfica e epidemiológica, o que requer a otimização da saúde na área geriátrica e gerontológica, talvez uma das necessidades mais urgentes para esse fenômeno (MATTOS, 2008).

É fundamental que se entenda que a avaliação do paciente idoso deve ser multidimensional, dentro da denominada Avaliação Geriátrica Ampla (AGA). Assim, uma equipe interdisciplinar avalia os aspectos físicos, funcionais, psíquicos, sociais e econômicos, até o ambiente onde o idoso vive. Esta abordagem multidimensional causa impactos relevantes na morbimortalidade e na qualidade de vida das pessoas da terceira idade, o que já está comprovado em publicações de diversos periódicos médicos (MATTOS, 2008). Segundo a mesma fonte, insuficiência cognitiva, incontinência, instabilidade postural, iatrogenias e imobilidade devem ser bem pesquisadas pelo profissional de saúde que atende a um idoso pois estas síndromes geriátricas formam os chamados “5 s” da geriatria ou gigantes da geriatria e, em uma prática adequada, devem ser abordados sempre.

3.1.1.3 - Aspectos Filosóficos

Sobre o envelhecimento, Platão (427 - 347 a.C) defendia que a velhice traz para os seres humanos o sentimento de libertação e de paz. Aos 80 anos, Platão enfatizou, ao escrever as LEIS, as obrigações que todos os filhos possuem com seus pais idosos. Suas idéias se assemelham à piedade filial que Confúcio já havia descrito.

Aristóteles (384 - 322 a.C), discípulo de Platão, e considerado um dos filósofos mais complexos, dado ao seu alto grau de cultura, defendia que podia se considerar uma velhice como boa se o ser humano não fosse acometido de

enfermidades. Para ele, o envelhecimento era um processo contínuo que provocava modificações biológicas, psicológicas e sociais (CRESCENZO, 2000).

Para Sêneca (20 a.C - 65 d.C) a velhice é uma fase boa, como tudo que é natural. Em sua opinião, para que o ser humano consiga tranquilidade é necessário que ele aceite o processo de envelhecimento e saiba tirar proveito desta fase que nem todas as pessoas conseguem galgar (SÊNECA, 2000).

As vivências com grupo de terceira idade demonstram que o processo de envelhecimento é parcialmente reversível, não apenas na aparência, mas também, em um grande número de funções que podem ser reabilitadas: no nível motor, no psicossomático e nos padrões de resposta emocional e intelectual.

Os fatores mais importantes no processo de reabilitação são de caráter afetivo. Esta afirmação não parece estranha, pois, o gênesis da inteligência, de acordo com Piaget (2001) fundamenta-se nas primordiais estruturas afetivas e no processo de formação da identidade. O idoso, conseqüentemente, experimenta uma perda violenta de suas relações afetivas dentro de uma sociedade que, muitas vezes, o rechaça, ocasionando uma desvalorização e perda de sua identidade como ser humano. Estas situações levam-no à inatividade, desorientação e principalmente à falta de motivação para viver suas funções intelectuais que, concomitantemente, vão se paralisando.

O conceito de deterioração intelectual do idoso, como um fato consumado, deve ser questionado. Pode-se dizer que o processo de envelhecimento de um indivíduo é o resultado complexo de sua estrutura biográfica e hereditária.

A cada dia surgem novas medidas de proteção ao idoso, programas são lançados para inseri-lo em uma sociedade que o recusou.

No campo da promoção e educação em saúde, por exemplo, os centros de saúde, os visitadores domiciliares, os programas de saúde da família, entre outros, devem divulgar entre os idosos a promoção de uma vida saudável na terceira idade, seja por meio de folhetos, vídeos em salas de espera de ambulatórios, informações sobre hábitos saudáveis [...]. (VERAS et al, 2002, p.18)

Desde 1997, discute-se o Estatuto do Idoso que se transformou em 2003 na Lei n. 10741, regulamentando os direitos relacionados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, quando, normalmente se tornam menos produtivas.

Segundo essa Lei, a família, a sociedade, os poderes públicos e entidades particulares têm o dever de proporcionar com absoluta prioridade, ao idoso, uma vida plena, segura e digna, em total condição de liberdade, ao lado da sua família e da comunidade.

Essa prioridade se estende à saúde, à educação e ao lazer, dentre outros aspectos, relacionados ao art. 3o da referida lei Brasil (2003,p.33). Neste sentido, há de se destacar a pele como um dos órgãos que denota fisicamente o processo de envelhecimento, em virtude de fatores internos, a exemplo da genética e de fatores externos como as agressões advindas do meio ambiente. Os primeiros, na maioria das vezes, são de difícil controle o que não acontece com estes últimos.

3.2 Longevidade

Longevidade e envelhecimento são conceitos que, embora estejam correlacionados, possuem diferentes significados. Segundo o dicionário, longevidade significa: característica ou qualidade de longo; duração da vida mais longa que o comum; envelhecimento significa: ato ou efeito de envelhecer; ato ou efeito de tornar-se velho, mais velho, ou de aparentar velhice ou antiguidade (HOUAISS apud ALVES, 2011).

No final do século XX, houve um significativo crescimento da média de longevidade da população brasileira e mundial. Os avanços na área médica e o surgimento de novas tecnologias possibilitaram um progressivo aumento na longevidade do ser humano e cresce a cada dia o número de indivíduos que vivem mais de 100 anos.

A partir do aumento da longevidade da população, tornam-se mais atuais os questionamentos referentes às relações familiares entre pessoas de gerações e culturas diferentes. No III Congresso Brasileiro de Bioética, ocorrido no ano 2000, Ronald Green (controlador da cidade de Nova York) referiu-se a uma pesquisa cuja amostra foi constituída por pessoas adultas e onde se perguntou qual a melhor

opção: deixar os familiares idosos em instituições gerando recursos por meios de impostos ou mantê-los em casa recebendo uma renda complementar para esta função, a alternativa escolhida para a maioria das pessoas foi a primeira (GOLDIM, 2004)

Para English (1991) os filhos não possuem obrigação para com seus pais apenas porque são filhos. Defende esta autora que “ os deveres dos filhos adultos são aqueles dos amigos , e resultam do amor entre eles e seus pais, ao invés de ser uma obrigação de retribuição aos sacrifícios anteriores de seus pais” (ENGLISH, 1991, p.147).

Por sua vez Jecker (1995) afirma que a maior parte dos indivíduos admite terem os pais deveres especiais para com seus filhos, mas não existe consenso de opiniões sobre o fato de que os filhos adultos sejam obrigados a prestar assistência aos seus pais idosos, embora, legalmente, os filhos tenham a obrigação de cuidar de seus pais na velhice.

Meyers, Kipnis e Murphy (1993) admitem que os filhos têm deveres especiais para com os pais e apresentam vários argumentos que justificam a responsabilidade que os filhos adultos devem ter em relação a seus pais, a exemplo de reciprocidade e gratidão, além dos deveres que se deve às pessoas vulneráveis.

Aristóteles (1985) propunha que a dívida dos filhos para com os seus pais era impagável, aceitando a tese de que os filhos devem amparar os pais envelhecidos.

Atualmente, é possível que convivam no mesmo espaço pessoas de várias gerações de uma mesma família o que resulta em colocar lado a lado diversas leituras de valores e de mundo. As pessoas mais idosas, por falta de humildade ou por serem menos adeptas a mudanças, são mais difíceis de se adaptarem a esta diversidade.

Além disto, os mais jovens sentem-se onipotentes e este sentimento associado a pouca flexibilidade das pessoas idosas termina por criar um cenário favorável ao surgimento de conflitos. Em Rei Lear, William Shakespeare demonstrou com propriedade a situação de ocupação espacial de poder familiar e de perda de humildade. Por outro lado, uma das possibilidades de conflito é o fato de uma geração passar o poder para a que lhe sucede sem, no entanto, abrir mão do

mesmo. Ademais, os filhos, agora detentores do poder, podem o exercer de forma impiedosa em relação aos seus pais, caracterizando situações de abuso (GOLDIM, 2004).

A convivência prolongada entre gerações pode gerar outra possível situação que é a dos filhos já velhos cuidarem de seus pais. Assim, estes filhos na velhice desempenham o papel de cuidador, mas não possuem a chance de serem cuidados. Há de se destacar que é de suma importância a motivação para o cuidado. Se o mesmo é resultante de um ato de amor, há um sentido positivo. Mas, se o mesmo resulta de um dever, há, então, um significado de obrigação e, neste caso, pode não haver amor.

O fato de as pessoas terem uma perspectiva de vida por mais tempo não torna diferentes as relações familiares, mas imprimem maior complexidade a estas relações, uma vez que aumenta o número de pessoas interagindo.

O maior número de interações propicia o advento de relações caóticas (MORIN, 1989). Com o escopo de conseguir uma nova ordem, buscam-se organizar estas relações com a redução de seus participantes, por meio da exclusão daqueles mais vulneráveis que são os idosos e as crianças.

Houve um tempo em que se afastavam, com certa facilidade, as crianças do convívio familiar. Mas, ao se reconhecerem as crianças como sujeitos de direito e ao se declararem que os adultos possuem deveres para com as crianças, os mais velhos passaram a ser o objeto dessas reduções.

Destarte, a nova ordem pode surgir justamente por uma estratégia oposta, de inclusão de todos no processo, reconhecendo suas diferenças e possíveis contribuições (GOLDIM, 2004).

Halbwachs (2004), contesta o fato de a idade servir de princípio para a constituição de grupos socialmente reconhecidos. Afirma o autor que a idade não é um dado natural mesmo quando serve de instrumento para medir a evolução dos indivíduos ou dos animais.

Karsz (1988, p.34-35) caracteriza a velhice como:

O processo discursivo e institucional que visa uma adequação tão perfeita quanto possível entre, por um lado, um sujeito real e concreto que tem uma

certa idade, um modo de vida dado, problemas e dificuldades de diversa natureza, mas também forças e capacidades reais e, por outro lado um conjunto de representações, definições e dispositivos a partir do qual o dito sujeito é percebido e tratado

Vive-se hoje mais do antes. Grande parte do aumento da longevidade deve-se a melhorias do meio ambiente, água tratada, eliminação de epidemias. As infecções que antes dizimavam populações inteiras podem ser controladas com relativa facilidade. Diagnósticos precisos e novas formas de tratamento permitem a cada ser humano esperar viver mais tempo. Disto resulta uma imagem de juventude antes insuspeitada. Os acima de 60 anos têm mostrado uma aparência tão diferente de um “velho” que houve necessidade de criar uma mais adequada denominação. Não mais “velho” mas “terceira idade”

A longevidade tem gerado considerável impacto nas famílias contemporâneas como se verá a seguir.

3.3 A velhice como representação social

A história das representações sociais situa-se na interrelação entre os atores sociais nela envolvidos, o fenômeno e o contexto que os circunda. Dessa maneira, as representações sociais se constituem por meio dos processos sócio-cognitivos que ocorrem nas interações sociais, o que quer dizer que elas possuem implicações para a vida cotidiana e que a comunicação e os comportamentos adotados por um grupo de indivíduos acerca de um objeto, e resultam da maneira como os atores sociais percebem esse objeto e do significado que o mesmo assume em suas vidas. O objetivo da teoria das representações sociais é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. As representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não familiar, isto é, uma alternativa de classificação, categorização e nomeação de novos acontecimentos e idéias, com as quais não se tinha contato anteriormente.

De acordo com Coutinho (2001), os fenômenos advindos do contexto social investem-se simbolicamente, isto é, recebem significâncias e nomes que interferem

na sua avaliação e que lhes explicam e dão sentido. Desta forma, a representação social da velhice integra o cotidiano social, e, desde os mais remotos tempos, recebe significados, integrando, assim, aspectos históricos e socioculturais dos idosos. Esses significados, à proporção que circulam, modificam-se e assumem conotações diferentes segundo os modelos vigentes em cada época e formação social.

É cediço que estes significados resultam da interação entre o conhecimento científico e o senso comum, por meio de influência recíproca e permanente entre esses dois universos, que tem como uma das suas consequências uma pluralidade de significados veiculados por meio da mídia, assimilados e socialmente reelaborados. A fim de conviver com essas implicações, os homens criam representações que lhes ajudam na orientação de seus comportamentos durante sua experiência com esta problemática.

Para Costa e Campos (2003) o uso da teoria das representações sociais é de significativa importância à proporção que se atua com um marco conceitual que abrange, não só o nível intrapessoal de análise quanto o intergrupar. Neste contexto, pode-se transitar das representações pessoais para as cognições no nível grupal, permitindo que o pesquisador apreenda os aspectos compartilhados de uma representação.

Deste modo, o processo de construção de representações sociais da velhice acontece por meio de trocas de conhecimentos populares e científicos das experiências grupais e sociais que se repetem ao longo da vivência dos indivíduos. Pesquisar as representações sociais da velhice implica fazer uma leitura não só dos aportes teóricos normativos e científicos, mas também do conhecimento cotidiano (senso comum) elaborado e compartilhado pelo grupo de pertença, procurando perceber como essas representações emergem, as relações que estabelecem entre si e em que medida uma determina a outra.

As representações sociais da velhice têm implicações na vida cotidiana, à medida que os comportamentos adotados por um indivíduo ou grupo de indivíduos acometidos da prática desta são resultantes do modo como eles representam socialmente essa prática e do significado pessoal que esta adquire em suas vidas (ARAUJO; CARVALHO, 2005).

O estudo das representações sociais da velhice tem a possibilidade de contribuir para que melhor se compreendam as representações dos significados com que os indivíduos se relacionam com uma velhice bem-sucedida.

As representações são dotadas de componentes cognitivos intrínsecos no que se refere ao processamento e acomodação dos fenômenos rerepresentados, isto é, apresentado mais de uma vez, segundo a interpretação do ator social, cujos sentimentos, crenças, valores e estereótipos estão intrínsecos. Este fenômeno não possui apenas base cognitiva, mas histórica, social e cultural nas quais a representação se forma.

Neri (1999) enfatiza que o não conhecimento do significado de ser velho gera práticas focadas na ideologia, contribuindo para que se mantenham e se propaguem mitos, preconceitos e estereótipos negativos sobre a velhice. A categoria velhice varia de acordo com as estratificações sociais, embora seja comum se definir quem é velho a partir da variável idade. No entanto, é necessário, neste estudo, que se perceba qual a base empregada para se conceituar quem é velho.

De acordo com Barreto (1988), há alguns anos, os diversos autores que se referiam à psicologia da idade avançada privilegiavam os aspectos cognitivos em relação aos demais, enfatizando perdas e déficits, formulando normas genéricas em lugar de descrever tipos e variações, esquecendo a continuidade entre a senescência e as fases que a precedem.

Atualmente, a visão focada em déficits nas diversas competências, deu lugar a uma direção mais construtiva. Realmente, a fim de evitar que as perdas sejam o viés, é imperativo usar medidas de prevenção no sentido do seu controle e redução, promovendo o desenvolvimento psicológico dos indivíduos idosos e criando condições sociais e comunitárias para que esse desenvolvimento possa ganhar expressão visível, contrariando os estereótipos ligados ao envelhecimento.

Face ao negativismo partilhado por muito tempo, é necessário pensar que, ao envelhecer, o indivíduo pode se valer das vivências passadas, assim como dos conhecimentos adquiridos, enriquecendo as suas experiências, mantendo determinadas atividades, e fazendo um melhor emprego das suas funções intelectuais, apostando nas relações satisfatórias mais próximas com as demais

peças e em atividades que lhe propiciem bem-estar e desenvolvimento psicológico e social.

Em verdade, os princípios classificatórios do mundo, até mesmo os mais adequados, sempre remetem para os embasamentos de cunho social. Independentemente dos meios culturais, os sinais físicos e, mais comumente, as propriedades biológicas, a exemplo de idade e sexo, são critérios que classificam os seres humanos no espaço social. A escolha destes critérios associa-se, geralmente, ao advento de instituições e de profissionais especializados que fazem destas definições o sustentáculo das respectivas atividades.

O envelhecimento, enquanto processo individual de vida, liga-se à noção de pessoa, variável de sociedade para sociedade. Lima e Viegas (1988) discutem a igualdade jurídica relacionada à noção de indivíduo. A idéia de pessoa consiste em uma categoria existente em todas as sociedades, representando um paradigma de relações entre os membros de uma sociedade e, simultaneamente, a relação destes com o contexto social em que se inscrevem. É um conceito que cristaliza em si valores, padrões de comportamento, o sistema moral, costumes e códigos jurídico-religiosos específicos.

A noção de indivíduo situa-se no ciclo biológico da vida, a saber: nascimento, crescimento e morte, comum para todos os indivíduos. A forma variável como se vivencia este ciclo biológico relaciona-se diretamente com os contextos sociais resultantes de uma diversidade cultural e histórica.

A sociedade ocidental adotou a definição de pessoa conforme os padrões da igualdade jurídica. Entendeu-se, assim, que as fases do ciclo de vida dos seres humanos aconteciam segundo a cronologia de idades biológicas absolutas. A idade não se constitui em um dado contíguo à consciência universal, pois “um indivíduo humano isolado, privado de todas as relações com os seus semelhantes e sem apoio na experiência social, não saberá mesmo que vai morrer”. (HALBWACHS, 1935, apud LENOIR, 1998, p.118). E continua este autor: “[...] é, pois, uma noção social, estabelecida por comparação com os diversos membros do grupo[...]” (HALBWACHS (1935), apud LENOIR, 1998, p. 119).

Ariès (1979) corrobora esta ideia, quando afirma que foi na França, no Século XVI, que a idade apareceu pela primeira vez como critério classificatório, quando se generalizou a inscrição, nos registros paroquiais, dos nascimentos.

Neste contexto, percebe-se que a idade, apresentada durante um período, é resultante de uma certa prática social explicada, principalmente, pela necessidade de uma prática administrativa.

A “velhice demográfica” é mais um dado que conduz para o critério de idade, mas que varia de acordo com a composição da população, como demonstra um estudo realizado por Halbwachs apud Lenoir, (1998) a respeito de nupcialidade na França no período em que ocorreu a guerra e no que lhe sucedeu. Este estudo, definindo socialmente as idades, foi elaborado em virtude da composição numérica das gerações e explicou que o fato da população masculina de 23 a 38 anos ter diminuído foi uma das consequências da guerra.

Esta realidade causou a elevação dos jovens no parâmetro das idades, levando-os a assumir responsabilidades que antes eram exercidas por indivíduos com mais idade. “Esta transformação é acompanhada de uma redefinição da idade legítima para o casamento e mais geralmente da idade em que os “jovens” acedem ao estatuto do adulto” (HALBWACHS, 1935 apud LENOIR, 1998 p. 270). Isto indica que manipular a categoria idade resulta sempre em uma nova definição dos poderes que se atribuem aos diversos momentos do ciclo de vida competente a cada classe social.

O valor que o mercado de trabalho atribui aos indivíduos é outra variável que interfere na determinação do envelhecimento social. Lenoir (1998), ao se referir à relação direta que existe entre a hierarquia profissional e a hierarquia social aponta a importância da atividade profissional como um dos aspectos que deve ser considerado. “A hierarquia das formas e dos graus de envelhecimento no campo das profissões parece reproduzir a hierarquia social e respeitar essa “hierarquia” até no interior das empresas” (LENOIR, 1998, p.67).

Assim, a idade da reforma e sua manipulação exemplifica essa ideia se for considerado que implicitamente ela contém as duas dimensões presentes na definição de idade: a oposição de grupos sociais e o confronto entre gerações.

A divisão social do trabalho contém tanto a divisão de tarefas como as categorias que servem para se aperceberem os grupos sociais e avaliá-los. Ela representa uma luta dos grupos sociais que objetivam estruturar a repartição das tarefas entre os grupos sociais e, portanto, também as categorias de percepção e de avaliação desses grupos. Ela corresponde a uma luta entre os grupos sociais para estabelecer os princípios relativos a uma determinada visão do mundo social, com a finalidade de manter ou de transformar o posicionamento que cada indivíduo possui no espaço social (BOURDIEU, 2003)

3.4 Os avós “jovens” e a convivência de 4 - 5 gerações

As relações entre idosos e crianças estabelecem-se num espaço em que ambos são atores privilegiados de trocas intensas. A sociedade contemporânea privilegia a força da juventude e sua capacidade de produção, acabando por situar a criança e o idoso num espaço de “não ser”, pois considera que a criança ainda não produz e que o idoso deixou de produzir. Essas duas categorias etárias acabam por identificar-se e aproximar-se, pois não sendo ouvidas pelo adulto jovem, detentor de posição privilegiada, acabam por estabelecer entre si um diálogo mútuo e muitas vezes prazeroso. Assim, as relações intergeracionais construídas entre idosos e crianças são recheadas de afeto e estima.

A revolução provocada pela longevidade tem contribuído para uma nova elaboração cultural. A nomenclatura “terceira idade”, em vez de velhice, indica não a fase final da vida, mas uma nova maneira de vivê-la. Essa forma de experiência do envelhecer é elaborada na sociedade moderna quando aumenta a expectativa de vida e quando a ideologia individualista está implicada em todos os níveis da vida. Neste contexto, a representação da velhice negativa é substituída por uma imagem positiva na visão de especialistas e da sociedade como um todo (LOPES; NERI; PARK, 2005). Esta positividade elege a juventude como um modelo de vida, visto **não mais como uma fase da vida, mas como uma forma de viver**. Assim, todos podem manter os sinais que a sociedade moderna elege para se viver: a jovialidade, a esperança, a saúde, a alegria, a vida sexual e afetiva. E os idosos, cada vez mais, desenvolvem um estilo de vida participativo e integrado. Hoje a imagem clássica de velhos rabugentos e conservadores, professando um punhado de regras sem muita

lógica para a vida cotidiana é falsa se se pensar que essas pessoas são sujeitos formados e educados em um ambiente social muito mais aberto do que podem imaginar os da nova geração. Da liberdade sexual ao uso das drogas, essa geração de avós mais jovens conheceu todas as etapas da vida. A questão é saber como eles desejam colocar tais experiências à mostra.

Os avós podem cuidar, transmitir informações culturais resgatadas de suas memórias e conhecimentos adquiridos através da experiência.

A criança, dotada de agilidade e avidez por conhecer, pode impelir o velho a movimentar-se para acompanhá-la, a revirar suas memórias e saberes para oferecer-lhe o que mais anseia. Diante da criança que transborda a vivacidade que lhe é própria, o velho sente-se preencher pelo desejo de viver. Essa proximidade pode ser vista com maior facilidade na relação entre avós e netos (LOPES et al, 2005, p.4)

Devido à maior expectativa de vida decorrente do aumento da longevidade e da melhoria da qualidade de vida, na atualidade os avós podem, muitas vezes, acompanhar a vida de seus netos até que estes cheguem à idade adulta. Além disto, a idade em que uma pessoa torna-se avô ou avó também tem sido muito mais variada, havendo avós de “primeira viagem” com idades entre 35 e 70 anos. Ser avô ou avó por um período maior de vida pode trazer, como consequência, mudanças nos laços intergeracionais e até no significado do papel a ser desempenhado na relação, devido à possibilidade de maior convivência entre as gerações.

Assumir o papel de avô significa um árduo trabalho, uma vez que parte-se de um modelo pouco delineado. Esta função é feita de retalhos, lembranças e incertezas. Talvez se trate de se deixar conduzir pela sabedoria dos netos para ir aprendendo a ser avô/avó. É surpreendente a emoção pelo envolvimento e transformação que ocorre em um instante preciso devido a um ato que não é seu, mas dos filhos. Tornar-se avô/avó não é um fato cronológico, mas uma contingência da vontade do filho que quis ser pai.

A cada momento das relações familiares, a figura dos avós pode assumir um importante papel, a depender de como se é avô/avó. Para salientar a importância dos avós na vida dos netos, podem-se citar os seguintes pontos:

- 1) A primeira consideração é que os que se casaram entre os anos 1968-1975 e são hoje avós fazem parte da primeira geração que pôde escolher a contracepção química, ou seja, são casais que escolheram ter poucos filhos,

vindo normalmente de famílias numerosas, eles puderam optar em ter filhos desejados e afetivamente planejados;

2) Esses avós de hoje viveram todo o processo de liberação sexual e independência da mulher e, portanto, são pessoas não somente cômicas da sexualidade, mas que também, em alguns casos, vivenciaram o divórcio e novas relações amorosas. Isso era raro nas gerações anteriores;

3) Essa geração de jovens avós se enquadra no momento de ruptura entre os antigos modelos conservadores e repressores de educação, e se inserem em um novo contexto de mudanças das relações pais e filhos, um modelo regulado por mais liberdade de discussão e trocas, uma postura mais aberta, também na escola;

4) Uma geração que, em sua maioria, rompeu com o tabu da virgindade e colocou à mostra a sua sexualidade.

Essa geração de avós é pré-condutora e, porque não dizer, artífice de um processo de profundas mudanças nos valores e na ordem interna da família nuclear. Culturalmente esses avós estão comprometidos com uma novidade que, de alguma forma, hoje se consuma na figura de seus netos. Olhando dessa perspectiva, podem-se distinguir variados modos de ser avô/avó hoje:

Avós formais - manifestam interesse constante pelos netos, porém buscam estabelecer um lugar convencional que não interfira no papel dos pais;

Avós distantes - manifestam pouco interesse por seus netos e têm com eles contatos esporádicos, como natais e aniversários;

Avós depositários de sabedoria - são aqueles que transmitem seus valores e oferecem modelos de comportamento;

Avós lúdicos - rompem com a relação de autoridade. A relação é tomada como fonte de prazer e de satisfação pelos netos e por eles próprios;

Avós de substituição - ocupam o lugar dos pais, assumindo o papel deles.

Esses são os jovens avós que, vivendo seu tempo, curtem seus netos e trazem, na medida do possível, sua rica contribuição para a convivência das

gerações da família multifacetada e complexa de hoje. O avô pode possuir um conhecimento sólido que não seja simplesmente uma lembrança do passado, mas que poderá ser, com sua experiência, o ponto de partida para novas posições e novos postos a serem alcançados por um tipo de homem que faz da sua aventura de estar vivo uma nova reinvenção cognitiva e intelectual a cada dia vivido.

Doravante as pessoas idosas já não são apenas as guardiãs da memória coletiva das instituições. São também criadoras de uma nova economia, de uma nova sociedade e de uma nova cultura que interessam a todas as gerações e às relações entre elas (DUMAZIDIER, 1976).

A presença dos avós e, não raro, de bisavós, na família tem trazido novos arranjos de convivência motivados por variadas razões onde quase sempre está presente a ausência da mulher, de casa, por força de suas atividades profissionais. Surgem, assim, as mais diferentes necessidades de acomodação e interrelação das diversas gerações.

Ao longo da vida vêm se construindo os papéis de filho, pai e avô. É na família que se vive a experiência das relações intergeracionais. Os encontros e desencontros dos interesses pertencentes ao curso da vida podem ser manifestados nessas relações.

Diversas áreas do saber já dedicaram sua atenção para a realização de estudos sobre relações familiares e relações entre gerações. Em distintos arranjos familiares podem ser observadas diferenças dos laços existentes entre os membros da família. A partir da segunda metade do século XX, em todas as partes do mundo, surgiram transformações nas estruturas familiares. Por exemplo, com o aumento do número de divórcios constata-se o surgimento de novas uniões conjugais, caracterizando o estilo de vida familiar moderno, e possibilitando o surgimento de novos pais, novas mães e novos avós.

Neste contexto, observa-se a convivência, na mesma casa, de pessoas com diferentes idades que compartilham experiências, interesses e valores diferenciados. Porém, a relação saudável entre gerações é possível, e desejável, desde que haja respeito entre elas com adaptações favoráveis a cada etapa do curso de vida, considerando as características individuais e o contexto sócio-histórico e cultural existente no grupo social. A vida em família implica coexistência de valores, normas

e comportamentos singulares. São desafios a serem enfrentados e que não podem ser evitados.

Como a expectativa de vida para o ser humano aumentou, várias gerações vivem simultaneamente, tornando-se necessário que se mude o conceito que a sociedade tem sobre o velho, pois várias pessoas pensam que a velhice é uma fase de perdas e decadência, tendo, assim, uma imagem negativa a respeito dessa fase da vida. (Aspecto já analisado neste trabalho em “A velhice como representação social” p.51)

A era atual é de transição de valores culturais e sociais relacionada à velhice. Vários idosos são social e afetivamente independentes, possuindo metas de vida que deverão ser concretizadas, o que dá sentido à sua própria existência.

Como toda fase do desenvolvimento humano, a velhice também tem ganhos, os quais se relacionam à capacidade de estabelecer prioridade, a conhecimentos especializados, à prudência e precisão, isto é, o idoso se torna mais seletivo nas experiências sócio-emocionais, adquirindo uma compreensão ampla, realista e objetiva da própria existência

4 COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NAS FAMÍLIAS RECOMPOSTAS

No final do século XX, o modelo de família conjugal moderna perdeu seu lugar como o tipo mais prevalecente na sociedade pós-moderna (RIBEIRO, 2005).

Atualmente, é cada vez mais comum encontrar outros tipos de arranjos familiares, como os originados dos recasamentos, onde os laços de parentesco múltiplos tornam difícil a definição. Essas novas famílias se constroem sobre ciclos vitais interrompidos de famílias anteriores e, devido, principalmente, ao envolvimento dos filhos do primeiro casamento, podem surgir vários tipos de conflitos e sentimentos. “Esses conflitos vão desde a dificuldade em nomear os novos papéis à convivência entre meio-irmãos, passando pelos conflitos de lealdade aos pais biológicos e o exercício da autoridade” (RIBEIRO, 2005, p.4).

As famílias recompostas são um arranjo, não necessariamente oficializado, de convivência familiar, em que, no mínimo, um dos cônjuges foi casado anteriormente, tendo ou não filhos dessa união. O relacionamento familiar nessa nova família é complexo e exige paciência para superar a ambiguidade da situação e conceder a cada membro da nova família espaço e tempo necessários para que os sentimentos de pertença sejam restabelecidos, bem como para o desenvolvimento de uma vida conjugal satisfatória que inclua as relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados (RIBEIRO, 2005).

4.1 Parentalidade Social

As desuniões havidas no ambiente familiar geraram uma pluralidade de trajetórias, familiares e individuais, que integram o processo mais amplo de sequências e de transições familiares que, de forma crescente, desencadeiam as configurações familiares recompostas. Nesta acepção, as famílias recompostas se constituem em famílias de transição.

A ausência do enquadramento jurídico para as novas formas de famílias poderá gerar diversos problemas na sua organização, porém, mais importante do que isso são, talvez, as questões relacionadas com a divisão dos papéis. Não se trata aqui da divisão clássica entre pai e mãe, mas entre os protagonistas

masculinos envolvidos no processo de recomposição: o pai biológico e o novo companheiro da mãe. “À parentalidade biológica vem somar-se a parentalidade social” (SEGALEN,1999, p.209).

O debate em torno das interações entre os vários protagonistas das recomposições familiares centrou-se, nos últimos tempos, na procura de respostas às seguintes questões: qual a natureza dos laços estabelecidos entre os membros destas configurações recompostas? Poderão os padrastos, em certos casos, substituir o pai biológico ausente? Se não o fizerem, qual é o seu lugar? Que papel, na educação, na socialização e no sustento econômico dos seus enteados(as)-podem ou devem representar os padrastos? Qual a natureza do laço entre padrastos e enteados? Quem é o verdadeiro pai da criança? O pai biológico ou o pai social? (LOBO, 2009) A isto se soma o exercício do poder que, via de regra, assume grande conflito nas famílias recompostas em fase de consolidação.

Para Foucault (1993), não existe uma teoria geral sobre o poder, pois ele se exerce, se disputa e funciona em rede. **Poder é uma relação.** Esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder (RUSCHEL, CASTRO, 1998)

Na família, onde o indivíduo reproduz-se como sujeito, as relações de “mando e obediência” também aparecem como estruturantes (DUARTE,1994). É no grupo familiar que ocorre a internalização do sistema de regras e condutas sociais no campo do relacionamento interpessoal, fornecendo um modelo natural para a estrutura social (PICHÓN-RIVIÈRE, 1986). A família forma um sistema social único, estruturado nos valores culturais da sociedade em que se insere. Sua organização implica o estabelecimento de laços de intensa convivência emocional, além de unidade de cooperação econômica e consumo coletivo, dando-lhe condições para vivência individual e coletiva, por intermédio de noções fundamentais como procriação, cuidado com a saúde, criação e aperfeiçoamento de pautas sociais e culturais. É através da educação que se transmitem conhecimentos de pais para filhos, sempre permeados por possibilidades psicológicas, determinantes culturais e ideológicos (SAMARA,1986).

As relações intergeracionais são desiguais devido aos diferentes papéis sociais. A característica assimétrica das relações, efetivas na complexidade social, desestabilizam em muitos momentos e aspectos as relações de poder, desenvolvendo conflitos que alguns autores catalogam como conflitos de gerações. Saliente-se que os choques nas relações pais/filhos **são diferenciados na família de orientação e na família de procriação**, onde as relações entre eles, adultos, tendem ser afetivas, mas autônomas.

4.2 Padrastos / Madrastas

O significado social da relação entre padrastos e enteados adquiriu relevância nos dias de hoje, porque os pais biológicos, em média, têm um contato limitado com os seus filhos após uma separação. Os laços entre o pai biológico e as crianças fragilizam-se quando o vínculo conjugal se quebra, principalmente quando não é muito forte o significado do papel da paternidade (SINGLY, 2000). No entanto, seja qual for a razão, esta fragilidade das relações entre pais divorciados e filhos não deixa de ser inquietante.

Na verdade, a identidade do homem/pai estrutura-se muito mais pelo projeto profissional, remetendo para segundo plano o projeto de parentalidade, do que a identidade da mulher/mãe. Daí os homens desenvolverem menos competência relacional e terem pouca disponibilidade para as crianças quando vivem com a mãe dos seus filhos. É claro que, depois da separação, esses laços entre o pai e as suas crianças podem se tornar ainda mais tênues (CADOLLE, 2000). Talvez nem pais nem padrastos saibam exatamente o que é a parentalidade, e essa incerteza os fragilize a ambos, remetendo todo o poder para a mãe.

A mulher sempre desempenhou um papel maternal em seu nome e em nome do casal, ao passo que o homem tem mais dificuldade em dissociar a identidade paternal da conjugal, o que pode justificar o fato de os homens perderem muitas vezes o contato com os seus filhos biológicos após um divórcio ou separação, e reconstituírem uma vida familiar com outras crianças (CUTSEN, 2004).

Mesmo assim, é certo que o pai biológico, apesar de nem sempre ser uma evidência, não se escolhe. Ele existe simplesmente, o seu lugar e o seu papel raramente são postos em causa, até mesmo quando é acusado de “destituição paternal”. Ao contrário, o padrasto não é um parente das crianças, mas invade-lhes o quotidiano, entra na casa delas, muitas vezes sem pedir autorização, ocupa um lugar privilegiado no quarto da mãe e, por tudo isso, tem de provar com o tempo que é capaz de ser “qualquer coisa no meio” — entre parente e estranho ou um “parente estranho” (BEER,1988) - um amigo, um cúmplice, um *outsider* íntimo. (PAPERNOW,1993). E quem sabe, com algum tempo, imaginação, jeito e paciência, um segundo pai ou um quase-pai? Tudo indica que o papel de padrasto, sendo um papel de composição, se constrói com vontade e no tempo, e cuja legitimidade se conquista continuamente (THERY, 1995).

Pais e padrastos, numa configuração familiar recomposta, não devem ser pensados em separado. Porque só através da relação das crianças com os seus pais, elas poderão reconhecer no padrasto alguém que pode partilhar com eles a sua educação (*idem*).

Na verdade, o padrasto não entra na família por causa das crianças, mas por causa de um adulto (neste caso a mãe) e, além disso, numa fase de reforço dos laços entre a mãe guardiã e os filhos. Ou seja, as mães sozinhas e os seus filhos criam um novo sistema familiar, e é precisamente neste sistema em que se partilha uma história, se intensificam relações e se restabelecem regras, que chega o padrasto (CHERLIN; FURSTENBERG JR, 1994).

Em todo o caso, a chegada do novo companheiro da mãe também pode representar um reforço no orçamento da nova família e, conseqüentemente, um aumento da estabilidade econômica e da qualidade de vida do agregado familiar (MORGAN, 1991).

Se nos casos de viuvez (mais raros nos dias de hoje) o padrasto vem preencher um lugar que ficou “vazio”, as situações de separação e de divórcio fazem dele um “ator suplementar do dado familiar” (LE GALL; MARTIN, 1991, p.62)

De qualquer modo, o problema relacionado com a incorporação do padrasto na constelação familiar não diz apenas respeito à sua posição institucional, na medida em que se trata de um problema de papel, e os mecanismos de legitimação

desse mesmo papel passam pelas interações entre as crianças, a mãe e o pai biológico. E, por essa razão, cada um desses atores pode entrar ou favorecer a forma como se institucionaliza este papel, consoante o modelo de família ao qual ele se insere. (LOBO, 2009).

A relação entre padrastos e enteados tem sido objeto de várias pesquisas empíricas realizadas ao longo das últimas décadas: CLINGENPEEL, BRAND e LEVOLL (1984); LE GALL e MARTIN(1991); MARSIGLIO(1995); GANONG et al(1999); McDONALD e DeMARIS(2002).

Assim, as relações entre padrastos e enteados estão muito dependentes da experiência de vida de todos os protagonistas da rede familiar, e inscrevem-se numa história que os dois pais biológicos, em parte, já escreveram (CADOLLE, 2000, p.78).

Apesar da notória sobrerrepresentação das famílias de padrastos, ou seja, das famílias estruturalmente compostas por uma mãe (que tem a guarda dos filhos), pelo(a)s seus(suas) filho(a)s e por um padrasto (que pode também ser pai guardião ou não), os cientistas sociais, com particular destaque para os norte-americanos, sempre descuraram a importância da construção social de um modelo de papel de padrasto que muitas vezes é o substituto do pai das crianças da sua mulher (COLEMAN; GANONG,1990). E, no entanto, as pesquisas sobre este tipo estrutural de configuração familiar raramente ficam indiferentes à influência, tanto positiva como negativa, da figura do padrasto na estabilidade social, emocional, intelectual dos seus enteados, já para não falar dos aspectos econômicos (HETHERINGTON,1987; COLEMAN;GANONG,1990).

É certo que esta influência pode variar consoante o sexo, a idade e a atitude das crianças, a duração da recomposição, o investimento pessoal do padrasto (BRAY, 1988; THÉRY,1998) mas, também, com a posição que este ocupa na estrutura de classes. Isto é, a construção social da relação entre padrastos e enteados, para além de ser um “processo”, inscreve-se nas relações sociais de sexo e de classe (DIDIER, LE GALL, 1992, p.2). Trata-se da complexidade inerente à vida nas famílias recompostas, e que passa essencialmente por este plano da afirmação da parentalidade social

Tudo indica que o fato de o padrasto ser ignorado pelo direito o envolve numa trama de ambiguidades, reforçadas pela acentuada valorização das conexões biológicas entre pais e filhos nas sociedades ocidentais. Ele pode aparecer aos olhos de muitos como um “potencial usurpador da verdadeira filiação— a filiação através do sangue” (THÉRY, 1995, p.97). Muito embora a figura do pai autoritário tenha perdido legitimidade social, a questão da autoridade ainda representa a “linha de clivagem” entre o pai biológico e o padrasto, e quando o pai não está presente é a mãe que assume essa função de autoridade (SINGLY, 2000, p.267).

Com efeito, independentemente da estrutura familiar, é a mãe que toma as decisões relativas a cada um dos filhos, porque de fato é ela que conhece os gostos, os horários, as ocupações de cada um deles, muito mais que o pai. E, além disso, é ela que está presente na maior parte do tempo e em todas as situações, porque o tempo que as mães e os pais dedicam aos seus filhos é realmente diferente.

Apesar do reconhecimento generalizado das diferenças entre os papéis do pai biológico e do padrasto, muito pouco se tem avançado na reconceitualização deste último papel (MASON et al, 2002). No entanto, cabe perguntar aqui: têm os pais biológicos um modelo para seguir? Como constroem a sua identidade de pais? Por oposição ao modelo de referência dos seus pais ou seguindo esse mesmo modelo? Se tais questões se colocam em relação aos pais biológicos, pode-se muito bem imaginar o quanto de perplexidade e incertezas cercam o comportamento dos chamados “pais sociais” ou padrastos em relação aos seus enteados. Aqui nada resulta de forma automática, bem pelo contrário, nada é deixado ao acaso, tudo é negociado e planejado. Os padrastos oriundos do recasamento estão sempre em busca de um papel para desempenhar, ao lado dos dois pais biológicos com participação ativa na vida das crianças. Em muitos casos, entretanto, são padrastos que partilham o dia-a-dia com as crianças, e essa partilha do cotidiano é o chão de onde brota a verdadeira parentalidade (seja biológica ou social). Porque, quanto à figura do pai, a paternidade biológica mesmo reforçada juridicamente já não é suficiente para, só por si, justificar o lugar de pai, e, por isso, a paternidade social pode ocupar um lugar de destaque nas recomposições familiares.

Ser padrasto implica construir e reconstruir no tempo um modo de ser e de estar que não colida com os outros atores - mãe, pais biológicos e crianças- cujos

papeis sempre estiveram socialmente definidos e inscritos numa história familiar que já está em parte escrita.

4.3 Fratrias

Nas famílias recompostas, consoante a história passada de cada um dos elementos do casal, muito varia o número de crianças existentes. Na fratria recomposta partilham-se vínculos de aliança e de consanguinidade conforme a filiação de cada criança. A existência de crianças provenientes de casamentos anteriores aumenta a complexidade da estrutura dos papéis e das relações familiares nas configurações recompostas (LOBO, 2009).

As famílias recompostas são famílias de geometria variável, isto é, o número de elementos no grupo doméstico varia quando, por exemplo, nos fins-de-semana ou nas férias, chegam os filhos biológicos do padrasto.

Ora, é nesta altura, em que todos os irmãos estão juntos, que se torna necessário, da parte dos adultos, tempo disponível e tato para conseguirem que se estabeleçam relações de irmãos, ou seja, de cumplicidade entre todas as crianças. É certo que, quando existe pelo menos um jovem adolescente na casa, ele está muito mais interessado em adquirir a sua autonomia e independência do que participar ativamente na construção do “grupo de cúmplices”.

Outra tarefa crucial dos pais, mães, madrastas e padrastos destes grupos domésticos é, precisamente, o de reconstituir uma memória partilhada e partilhável por todos os elementos da família recomposta. Isto é, ajudar as crianças a situarem-se na sua própria história, contando-lhes as histórias passadas numa família que nem sempre foi a sua, e fazê-las entender que a partir de um certo momento elas são parte integrante do grupo de atores da história da nova família (LOBO, 2009, p. 62).

No início dos anos 90, nos EUA, segundo Ganon e Coleman (1994) aproximadamente 75% de todas as crianças que vivem numa família recomposta têm, pelo menos, um irmão ou irmã, e 20% têm um meio-irmão ou meia-irmã. Quanto ao número dos quase-irmãos é difícil de calcular; porém, cerca de um grupo doméstico em quinze tem uma estrutura complexa, isto é, ambos os adultos

recasados vivem com crianças dos casamentos anteriores na mesma casa. Na França, na mesma época, segundo Catherine Villeneuve- Gokalp (1999) cerca de 22% das crianças francesas vivem com um meio-irmão ou uma meia-irmã, e apenas 2% de crianças das famílias recompostas vivem na mesma casa com meios-irmãos e quase-irmãos.

As pesquisas sobre a natureza das relações entre todas as crianças envolvidas numa constelação familiar deste gênero (as crianças da mãe guardiã, do padrasto e de ambos) escasseiam. Assim como também são poucos os trabalhos sobre o impacto do nascimento de uma nova criança nas relações entre padrastos e enteados (AMBERT,1986; SANTROK;SITERLLE,1987;GANONG, COLEMAN,1988).

À semelhança de Catherine Villeneuve-Gokalp (1999) usa-se a designação quase-irmãos para identificar as crianças que não são filhos biológicos dos dois elementos do casal recasado. Por exemplo, quando um homem com crianças de um casamento anterior recasa com uma mulher que também tem filhos de uma relação anterior, as crianças tornam-se quase-irmãos entre si.

Ora, o nascimento de um filho do casal recomposto não só vem alterar de forma significativa toda a estrutura familiar, como tanto os adultos como as crianças passam a desempenhar novos papéis (o padrasto passa a pai e as crianças passam a meios-irmãos ou meias-irmãs da mesma criança). Com este nascimento, o laço biológico que faltava entre alguns elementos da família é repostado, mas também pode ser o começo de novos problemas (ciúmes, rivalidades), principalmente para as crianças do primeiro casamento que se vêem confrontadas com o fim da antiga família. Isto é, com o aparecimento do bebê chega ao fim, para as outras crianças, o sonho de reunião dos dois pais biológicos (CUTSEN, 2004).

Quando os cientistas sociais se debruçam sobre as relações entre irmãos, meios-irmãos e quase-irmãos no recasamento, juntam todos no mesmo grupo, inviabilizando a análise da dinâmica de cada caso em separado. Ao combinar os vários tipos, torna-se impossível identificar diferenças entre as relações dos irmãos no recasamento e as relações entre meios-irmãos e quase-irmãos. Por exemplo, quanto aos irmãos nas famílias recompostas, serão as suas relações diferentes (mais próximas ou mais intensas) que as dos outros tipos de estruturas familiares? Que efeitos produzirão as situações de estresse, de conflito ou de negociação

permanente nas relações entre irmãos que vivem com um padrasto ou uma madrasta?

Os meios-irmãos dividem-se em três grupos: aqueles que nasceram no grupo doméstico recomposto, isto é, de um casal recasado em que pelo um dos elementos deste casal já tinha filhos de um primeiro casamento; aqueles que também vivem nesse grupo doméstico recomposto, mas são filhos de apenas um dos elementos do casal; e os visitantes que também são filhos de um dos membros do casal, mas vivem numa outra casa com um dos pais biológicos.

Numa pesquisa qualitativa realizada por Anne C. Bernstein sobre famílias do recasamento que se reproduziram, os meios-irmãos dão-se melhor se a diferença entre as idades for mais acentuada, quando a família já está reunida há algum tempo e quando os meios-irmãos vivem juntos na mesma casa. Aliás, se os meios-irmãos vivem juntos a maior parte do tempo, pensam-se a si próprios como irmãos (BERNSTEIN, 1989; GANONG; COLEMAN, 1988, 1993).

Se as crianças têm pouco contato entre elas, a distinção entre meios-irmãos e irmãos é mais comum. No entanto, a informação sobre os meios-irmãos é escassa para se saber, ao certo, quando é que eles funcionam como irmãos ou sob que condições.

Quando nasce uma criança nas famílias recompostas, todos partilham desta relação biológica que, no fundo, facilita a ligação entre os vários elementos — os membros do casal, os irmãos e entre padrastos e enteados (GANONG; COLEMAN, 1988).

Mas a vinda de uma nova criança nestes grupos domésticos recompostos será sempre um fator de coesão e de unidade familiar? Em algumas pesquisas, a presença de um meio-irmão ou de uma meia-irmã afeta de forma negativa a relação entre madrastas e enteados (SANTROK;SITTERLE,1987), e afeta de forma positiva a relação entre padrastos e enteados (AMBERT, 1986). Em outras, os resultados são diferentes: o nascimento de uma nova criança afeta relativamente pouco as relações entre os elementos da família mas reduz o tempo disponível da mãe para dar atenção aos filhos do primeiro casamento

A disparidade de resultados prende-se essencialmente ao fato de não terem sido tomadas em consideração um conjunto de variáveis explicativas sobre os

efeitos do nascimento de uma criança (meio-irmão ou meia-irmã) nas relações familiares recompostas, tais como a diferença de idades, o gênero, a duração do recasamento dos pais.

A existência de quase-irmãos numa família significa que ambos os adultos têm filhos de casamentos ou relações anteriores, e significa também que, pelo menos em certa altura, tudo passa a dobrar. Se as crianças de um dos lados não vivem com o casal (os filhos do padrasto podem viver com a mãe), então se torna necessário desenvolver todos os esforços para acomodar/integrar essas crianças quando visitam o grupo doméstico. Quando todas as crianças vivem na mesma casa, isto é, quando temos relações de irmãos, meios-irmãos e de quase-irmãos no quotidiano, então as mudanças para organizar a vida familiar são consideráveis e, às vezes, tudo se complica bastante.

Geralmente na vida das famílias recompostas a complexidade é sinônimo de aumento de problemas, e as relações entre os quase-irmãos nas famílias mais complexas não são exceção. Mesmo assim, segundo Ganong e Coleman (1993), a presença destes irmãos constitui um problema maior para os pais do que para as crianças

No entanto, numa família em que os quase-irmãos tenham contatos frequentes, partilhem experiências, sejam mais ou menos da mesma idade, do mesmo gênero, cultivem os mesmos valores, têm todas as probabilidades de criarem laços fortes entre eles.

4.4 Os novos parentescos

A análise das relações intergeracionais na fase pós-divórcio pode constituir uma excelente oportunidade para examinar a forma como os papéis dos pais e dos avós se redefinem. Na família alargada do recasamento, os avós maternos e paternos têm o seu lugar, assim como, por vezes, os avós “sociais”, isto é, os ascendentes diretos do eventual novo companheiro da mãe guardiã ou nova parceira do pai não guardião.

A reflexão sociológica na área da família sobre este novo objeto, os avós, tem produzido nos EUA e na Europa um número significativo de estudos sobre as relações intergeracionais. No Brasil ainda são escassas essas pesquisas.

Um dos primeiros trabalhos a surgir sobre o tema dos avós e das relações intergeracionais na Europa foi realizado na Bélgica por Bernadette Bawin-Legros e Anne Gauthier (1992).

Na França, em 1995, Claudine Attias-Donfut (apud LOBO, 2009) realizou uma pesquisa extensiva sobre as relações entre três gerações de famílias francesas. Os avós, se estão muito presentes na vida dos seus netos, podem significar “um pilar” de estruturação das suas identidades, e constituir uma fonte de estabilidade para os seus netos, em qualquer momento da trajetória conjugal dos seus filhos (ATTIAS-DONFUT; SEGALEN, 2002). Em muitos casos, após uma separação ou um divórcio em que as crianças ficam residindo com a mãe, as relações com os avós paternos tendem a enfraquecer (CHERLIN; FURSTENBERG Jr, 1986) a não ser que o pai biológico mantenha um contato regular com os seus filhos. De fato as avós maternas tornam-se mais ativas após o divórcio das suas filhas, o que faz sentido, na medida em que são habitualmente as mães que ficam com as crianças.

Na verdade, para os sociólogos Andrew Cherlin e Frank Furstenberg Jr., os laços intergeracionais mantêm-se latentes enquanto a família funciona bem, e emergem como relações fundamentais quando a família começa a experimentar situações de conflito; por exemplo, as avós maternas são encaradas como os “bombeiros voluntários” (CHERLIN; FURSTEMBERG Jr, 1986).

No entanto, grande parte das mães guardiãs esforça-se por preservar os laços intergeracionais, mantendo as relações com os avós paternos, tios e primos do lado do pai biológico, porque eles são também a família das suas crianças (família do divórcio). Alguns estudos indicam que, de fato, se não existir esta pressão por parte das mães, as relações entre os avós paternos e os seus netos raramente são tão intensas como habitualmente acontecia antes do divórcio ou separação dos pais das crianças (ATTIAS-DONFUT; SEGALEN, 2002). Verifica-se que em muitos casos os avós podem ter uma atitude de rejeição tanto das suas ex-noras como dos seus ex-genros e até dos netos após a separação dos filhos, principalmente se tiverem mais netos de outros filhos (AMBERT, 1988).

Ainda assim, o divórcio geralmente intensifica as relações entre as crianças e os familiares da mãe guardiã ou do pai, caso tenha ficado com a sua guarda. Por exemplo, uma mãe em situação de trabalho precário pode temporariamente ir viver com os pais, ou os avós ajudarem financeiramente na educação ou alimentação dos netos. Com efeito, o recasamento das filhas não altera a ligação entre as avós maternas e os seus netos, apenas a ajuda monetária diminui quando as filhas voltam a casar.

Quando se trata de avós que se divorciaram e voltaram a casar, outros fatores entram em jogo. No caso de terem tido filhos de ambos os casamentos, estes avós, em especial os homens, tendem a dar mais atenção aos netos do atual casamento.

Se os filhos dos pais divorciados se tornam pais, as relações intergeracionais não melhoram, pelo contrário, por vezes agudizam-se e levam à ruptura das relações entre as várias gerações (ATTIAS-DONFUT; SEGALEN, 2002, apud LOBO, 2009).

Via de regra, as relações entre os avós e as crianças após um divórcio dos pais, têm maior proximidade e afetividade. Clingempeel, Brand e Levoli (1992) denominam esta tendência “hipótese da função latente”, na medida em que o divórcio pode ativar o envolvimento na vida dos seus filhos divorciados e dos seus netos, citado em Ganong; Coleman (1994).

Após um recasamento, os avós “sociais” (pais do padrasto ou da madrasta) assumem rapidamente o seu papel de avós na nova família; por seu lado, as crianças não parecem fazer muita diferença entre avós “reais” e avós “sociais”. Muito embora os pais encorajem as crianças, principalmente quando são pequenas, a assimilarem os novos elementos da família o mais depressa possível em seguida ao recasamento, na verdade, para as crianças causa-lhes menos problemas adquirirem outros familiares do que padrastos (FURSTENBERG JR., 1988, apud LOBO, 2009).

Contudo, nem sempre os resultados das pesquisas vão no mesmo sentido, ou seja, não é um dado adquirido que os avós “sociais” sejam uma fonte segura de apoio para os seus netos-enteados. Por exemplo, segundo dados do National Survey of Children, apenas 7% dos inquiridos recasados responderam que a geração mais velha não tinha tido qualquer dificuldade em aceitar os seus netos-

enteados. Para os sociólogos Andrew Cherlin e Frank Furstenberg Jr. (1994) quanto mais novas são as crianças quando os pais recasam, mais os avós “sociais” dizem sentir que os seus netos-enteados são como os seus netos biológicos.

São as avós paternas que mantêm com mais frequência os laços com as suas noras, para não perder o relacionamento com os seus netos. Por outro lado, são também as avós que alargam com alguma facilidade as suas relações afetivas com as crianças do padrasto ou da madrasta dos seus netos, isto é, aos seus netos-enteados (JOHNSON, 1988). Todavia, se o padrasto ou a madrasta viverem no grupo doméstico recomposto, as relações entre os seus pais (avós sociais) e as crianças (netos-enteados) intensificam-se.

Sabe-se, através dos resultados de pesquisas (JOHNSON, 1988) que a expansão do sistema de parentesco, devido ao divórcio e depois ao recasamento dos pais biológicos, tem repercussões significativas nos papéis dos avós, e principalmente das avós paternas. E, além disso, os avós também mudaram, como já mencionado no item 3.4 desse trabalho “os avós jovens”. Na verdade, nas sociedades ocidentais contemporâneas estes avós foram pais liberais, e hoje são na sua grande maioria divorciados, viúvos ou já estão no segundo ou terceiro casamento, o que faz com que as experiências conjugais sucessivas nas suas trajetórias conjugais os tornem mais flexíveis quanto aos novos estilos de vida familiares, e aceitem uma definição de família mais abrangente. Concretamente, os avós de hoje foram muitos dos jovens da geração de 68 que abriram os caminhos para o divórcio, as relações fora do casamento, a contracepção generalizada, e as suas crianças tornaram-se parte integrante da “nova cultura de intimidade”

Após um divórcio dos filhos, os avós tornam-se quase-familiares para as suas ex-noras ou ex-genros (BOHANNAN,1970; SEGALLEN, 2002). Por outro lado, a grande maioria das jovens mães não só são profissionalmente ativas, como muitas delas estão empenhadas nas suas carreiras, e daí serem das que mais se beneficiam com a ajuda das suas mães. Tal tendência reflete a forte solidariedade intergeracional entre mulheres empenhadas na ajuda das novas gerações de mulheres que pretendem avançar nas suas carreiras profissionais.

Um dos fatores importantes para as crianças das famílias recompostas é precisamente o alargamento da rede de familiares (família do recasamento). Isto é,

os parentes são acrescentados ou mudam de lugar quando as crianças passam de uma família para a seguinte. É certo que não é fácil perceber se as crianças se beneficiam mais ou menos com este alargamento da rede familiar. No entanto, uma coisa é certa: elas têm mais família em quantidade. Resta saber se terão em qualidade afetiva.

Particularmente interessante é o fato de o recasamento introduzir, para além de um padrasto ou de uma madrasta ou de ambos na atual configuração familiar, outros elementos de ambiguidade (avós) nas relações intergeracionais. Que direitos e responsabilidades têm e esperam estes avós “sociais” assumir?

Sabe-se que existem muitas maneiras de se ser avó e que a liberdade de ação é grande, na medida em que também para o desempenho deste papel social não existem normas e o estatuto de avós está apenas diretamente relacionado com a posição que ocupam na ordem das gerações.

Não é nada de novo dizer que o conflito - e não simplesmente paz e solidariedade - faz parte das relações de parentesco. Mas é inerente na definição dessas relações a ideia de que elas vão resistir à 'prova do tempo', de que vão persistir *apesar* dos conflitos. Ora, vive-se numa época em que o divórcio tornou-se quase rotina.

Até os mais românticos dos casais - sejam hetero, sejam homossexuais - terão dificuldade em acreditar que sua relação durará "até que a morte os separe"... Pode-se supor que é por isso que existe toda uma parafernália legal que acompanha o casamento (acordos pré-nupciais, regime de bens, etc.). Trata-se de uma relação contratual apoiada em determinadas condições.

Por outro lado, a filiação, como aparece hoje na legislação, não tem nada de condicional. As categorias do passado, que estabeleciam distinções entre filhos adotivos, legítimos, adulterinos, etc., foram abolidas. Hoje, se é ou não filho. Ponto final. Na noção de família moderna, o primado do afeto tornou a separação conjugal algo natural: quando termina o amor, termina a relação. O mesmo primado, expresso em teorias de psicologia infantil, decretou a irrevogabilidade da relação filial (LOBO, 2009, p.67):

Nas recomposições familiares, a indefinição ou a ambiguidade das fronteiras, que delimitam os contornos das famílias, torna o sistema de

parentesco mais flexível, permitindo aos indivíduos liberdade suficiente para determinarem quem faz ou não parte de suas relações familiares. E esta questão não diz apenas respeito à ordem do social, isto é, aos padrastos, quase irmãos ou avós-sociais, mas também se coloca nas relações construídas na ordem do biológico.

A partir dessa observação de Lobo(2009) talvez não seja descabido olhar para os laços de “parentesco social” como uma alternativa à degradação de muitas situações vividas em famílias biológicas.

5. A ESCOLA DE PAIS DO BRASIL

A Escola de Pais do Brasil - EPB é uma sociedade civil, fundada em São Paulo, em 1963. Tem por finalidade aprimorar a formação dos pais, ajudando-os a melhor exercerem suas funções educativas na família e na sociedade. Seu trabalho representa um aprendizado em ação, isto é, pretende atingir os pais enquanto educadores, para conscientizá-los de sua responsabilidade na formação de seus filhos, para que encontrem soluções alternativas para os problemas que os atingem.

É filiada à “Fédération International Pour L’Education des Parents”, com sede em Paris e faz parte da Federação Latino-Americana de Escolas de Pais.

É um movimento particular, voluntário, gratuito, que não faz distinção alguma quanto a raça, credo político ou religioso, condição social de seus membros.

A EPB se desenvolveu em muitas cidades do Brasil, contando hoje com 63 seccionais. Seu trabalho tem caráter preventivo e permite, através de sua metodologia, manter o nível de interesse dos pais, pois enfoca a real problemática educativa de cada grupo.

Os casais participantes do movimento colaboram efetivamente para que os objetivos sejam atingidos: reforço à família, conscientização da paternidade/maternidade responsáveis, preparação para um mundo em constante mudança, transmissão de conhecimentos básicos de psicopedagogia e de técnicas educativas que favoreçam a reformulação de conceitos e a convivência entre pais e filhos. O objetivo máximo é o desenvolvimento do ser humano, em sua caminhada para o outro e a busca da Transcendência.

A EPB exerce sua função principalmente nas escolas, mas, também em paróquias, clubes, centros comunitários, empresas, condomínios, onde os pais são chamados para participarem de um trabalho sistemático, em forma de círculo de debates, dirigido por um casal previamente preparado.

Cada círculo tem uma técnica de dinâmica de grupo diferente, que facilita o debate, a reflexão e a interiorização dos temas abordados, dentro de uma sequência lógica de desenvolvimento (EPB, 2003).

5.1 Um pouco de sua história

No início dos anos 60 do sec. XX, a família passava por abalos muito significativos que a levariam a grandes transformações nas décadas seguintes. Os pais, face às novas demandas da sociedade, achavam-se atordoados e temerosos quanto à educação dos seus filhos. No Brasil, particularmente, o ano de 1963 foi de fortes conflitos político-sociais. Um plebiscito realizado em 06 de janeiro restabeleceu o sistema presidencialista de governo, devolvendo ao presidente João Goulart os plenos poderes que havia perdido em 1961 com a introdução do sistema parlamentarista (SKIDMORE, 1976).

Jango (como era popularmente conhecido o referido presidente) tentou finalmente implementar o seu plano de governo, conciliando suas famosas “reformas de base”⁴ com os interesses conservadores. Houve severo desarranjo na situação econômica (VIANA, 1975 p.12) “a inflação cresceu aceleradamente, greves ora aqui, ora ali, envolvendo principalmente ferroviários, portuários e petroleiros, acabaram freqüentes e habituais no país; raro o dia em que não se deflagrava alguma, sob a complacência governamental”. O presidente Jango e seus aliados criavam políticas que só causavam insatisfação nos conservadores da direita (BRANCO, 1975). O país estava irremediavelmente dividido: de um lado o presidente da república apoiado pelos sindicatos, estudantes, militares de patentes inferiores, líderes políticos de esquerda, e de outro os industriais, a grande imprensa, as organizações financeiras e comerciais (GASPARI, 2004). As contestações cresceram, a imprensa deu início a uma campanha contra o radicalismo ideológico de Jango, alertando para o caminho escolhido pelo presidente. As divisões na sociedade brasileira eram patentes e preocupantes. Enquanto estouravam várias revoltas e greves pelas ruas do país, levando o presidente a pedir o “estado de sítio”, negado pelo Congresso Nacional, as forças conservadoras se organizavam e reagiam. Foi a época das famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” (com grande participação de senhoras da classe média), e da reação das altas patentes militares contra a quebra da hierarquia das

⁴ As principais reformas eram: a agrária, a urbana- controle dos alugueis e facilidades para aquisição da casa própria, a política- voto dos analfabetos e para as patentes inferiores das forças armadas: sargentos, cabos e soldados, a econômica- limitação às operações das empresas estrangeiras e controle da remessa de lucros para o exterior.

Forças Armadas. Tudo isso iria desaguar em 31 de março de 1964 com a revolução militar que depôs o presidente João Goulart e implantou um regime ditatorial que duraria 21 anos.

Foi em meio a essa situação de conflito social, que atingia a grande maioria da população brasileira e trazia enormes preocupações às famílias que, atento a essa problemática, um grupo de religiosos da Igreja Católica, juntamente com inúmeros casais, na cidade de São Paulo, reuniram-se com a finalidade de estruturar um movimento que pudesse ajudar os pais na difícil tarefa de educar os filhos.

Liderados por Madre Ignês de Jesus⁵, Pe. Corbeil⁶, Maria Junqueira Schmidt, casal Alzira e Antonio Fernando Lopes⁷, entre tantos outros⁸, e inspirados por um modelo existente em Paris, França - a “École Pour L’Education des Parents” - esse grupo, em 16 de outubro de 1963 - no salão nobre do Colégio Madre Alix, na cidade de São Paulo, em Assembléia Geral pro Fundação da Escola de Pais aprovou o primeiro Estatuto da Sociedade (Anexo F) que estabeleceu as normas para o seu funcionamento. Os artigos 2º e 3º definem seu objeto e finalidade⁹. Esta mesma

⁵ Madre Inês de Jesus (1909 - 2005) era Provincial da Congregação de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho. Formada em Filosofia e Pedagogia, escreveu os livros: Nove histórias em uma só e Desafios do Brasil.

⁶ Padre Lionel Corbeil (1914 - 2001) , sacerdote da Ordem de Santa Cruz, canadense, chegou ao Brasil em 1943. Fundou a Congregação de Santa Cruz em São Paulo e a Paróquia de “São José de Jaguaré.” Alimentava o sonho de fundar um colégio. Sua certeza na educação como transformadora da realidade e sua reconhecida tenacidade foram determinantes para a fundação do Colégio Santa Cruz em 1952 .Foi seu diretor geral de 1952 a 1992. Sua preocupação com a educação dos jovens o levou a se engajar no movimento que criou a EPB da qual foi um dos fundadores e seu presidente de honra desde a fundação em 1963 até o seu falecimento.

⁷ O casal Antonio Fernando Lopes (1909-1987) e Alzira Lopes (1918-2005) foi eleito, por ocasião da Assembleia de fundação o primeiro casal-presidente, sendo sucessivamente reeleito até o ano de 1984. Durante esse longo período, Dona Alzira - como se tornou nacionalmente conhecida no universo da EPB - foi de grande importância na expansão do movimento: conseguiu manter a EPB, em todo o território nacional, trabalhando da mesma maneira, com uniformidade de propósito, temário e metodologia de trabalho. Sob a direção deste casal a EPB influenciou movimentos similares na América Latina e Portugal.

⁸ Na Assembléia de fundação, na cidade de São Paulo, em 16 de outubro de 1963, estiveram presentes 58 casais, além de 13 religiosos católicos (padres e freiras). (Anexo)

⁹ Diz o art. 2º “ A sociedade tem por objeto a difusão, entre pais e educadores, das finalidades da educação e dos conhecimentos que os habilitem a formar a criança e o adolescente, bem como, unir os associados em torno do ideal de uma vida cristã.”

Art. 3º “ I - Organizar “círculos de pais”, isto é, grupos tanto quanto possível homogêneos, que visam a troca de experiências educativas, bem como, o estudo em equipe, de problemas relacionados com a educação no seu sentido mais amplo. II - Formar “casais animadores” para a boa execução e difusão dos “círculos” em todos

Assembléia elegeu a primeira Comissão Executiva e o Padre Lionel Corbeil como seu Presidente de Honra, cargo em que permaneceu até seu falecimento¹⁰.

Os fundadores da Escola de Pais, embora católicos, não subordinaram o movimento à sua igreja e o tornaram aberto a todos os casais, independente de raça, condição social, credo religioso ou filiação política. Em que pese essa orientação, a presença do catolicismo era preponderante. Tanto assim que nesse primeiro estatuto constava como membro da Comissão Executiva um Assistente Espiritual¹¹. Somente na reforma dos Estatutos em 1973 desaparece a exigência desse Assistente.

Em seu aspecto formal a EPB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, de âmbito nacional. Fundada em 16 de outubro de 1963 foi registrada no cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - Cartório "Dr. Arruda" sob nº 10213, em 04 de abril de 1964. (Anexo). É considerada de Utilidade Pública Federal pelo decreto 72220 de 11/05/73. Tem reconhecimento de Utilidade Pública Estadual e Municipal em todos os estados e municípios onde atua. Além disto, tem registro no Ministério da Educação sob nº 262.234-75.

Evolução da estrutura organizacional:

Em 22 de junho de 1966 a Sociedade realizou uma assembléia geral Extraordinária para reforma dos estatutos. Essa reforma trouxe importantes alterações para o seu funcionamento, inclusive com alteração do nome que passou a denominar a Escola de Pais da sede paulista de Nacional. Criou um conselho Consultivo, hoje denominado de Conselho de Educadores, como órgão responsável

os setores e camadas sociais. III - Proporcionar oportunidades para o estudo de problemas de interesse comum, através de cursos, debates, conferências, publicações, etc. IV - Usar de todos os meios ao seu alcance para a formação de um sadio ambiente familiar, escolar e social. V - Estreitar as relações entre a Sociedade e Associações de Pais e Mestres e com quaisquer outros movimentos de finalidades congêneres. VI - Estreitar as relações entre Família e a Escola.

¹⁰ A primeira Comissão Executiva foi assim constituída: Presidente - Casal Antonio Fernando Lopes; Vice-Presidente - Casal Francisco Papaterra Limongi Netto; 1º Secretário - Casal Fábio Leopoldo de Oliveira; 2º Secretário - Casal Aluysio Geraldo F. Camargo; 1º Tesoureiro - Casal Cláudio Cinelli; 2º Tesoureiro - Casal Walfrido de Souza Freitas.

¹¹ Dizia o § único do artigo 19º " A comissão Executiva eleita indicará, obrigatoriamente, um Assistente Espiritual, sempre sacerdote, para assisti-la durante a vigência de seu mandato".

pela orientação psico-pedagógica do movimento.¹² Esse primeiro conselho ficou assim constituído: Maria Junqueiro Schmidt, madre Cristina Maria¹³, Terezinha Fran, Consuelo Soares Neto, padre Huylo Quintanilha, padre Paul Eugène-Charbonneau¹⁴, casais: Oswaldo de Barros, Luiz Arrobas Martins, Odilon de Melo Franco, Joaquim Souza Campos, Hain Gruspun.¹⁵

Após diversas alterações pontuais nos estatutos em 1970 e 1971, em 1973 a Assembléia Geral de 26/09/73 promove uma revisão geral dos estatutos¹⁶.

¹² Pela sua importância a ata que contém essa reforma está em anexo. Principais alterações: art. 1º - " a Escola de Pais é uma sociedade civil, cristã, com prazo indeterminado, com sede e foro na capital do estado de São Paulo e atuação em todo o território brasileiro; § único - a Escola de Pais da sede é considerada a "Escola de Pais Nacional", competindo-lhe reconhecer todas as demais. A finalidade também foi alterada para; art. 2º " A Escola de Pais tem por finalidade aprimorar a formação de pais, de modo a que, pelo estabelecimento de uma verdadeira harmonia conjugal e de um clima propício à educação dos filhos e à colaboração com a escola, possam cumprir melhor a sua função na família e na sociedade.

Outra importante alteração foi a criação de um conselho consultivo como órgão de orientação doutrinária e assessoramento, art.20º " a sociedade terá um conselho consultivo composto de 12(doze) membros, de reconhecida competência, quatro dos quais deverão ser, obrigatoriamente, casados'.

Neste estatuto permanecia, ainda, a figura do assistente espiritual, art.24º " O Conselho Consultivo indicará um dos seus membros- obrigatoriamente sacerdote - para exercer a função de Assistente Doutrinário permanente junto à comissão executiva.

¹³ Madre Cristina Maria (1916 - 1997) religiosa cônica da Congregação de Santo Agostinho, educadora, psicóloga, fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientia. Teve participação ativa na resistência ao regime militar, na campanha da anistia e na organização de movimentos sociais. Importante colaboradora da EPB, publicou o livro 'Educando Nossos Filhos' leitura obrigatória para os casais coordenadores da EPB

¹⁴ Paul Eugène-Charbonneau, CSC (1925 - 1987), canadense, padre pela Congregação de Santa Cruz, doutor em Teologia pela Universidade de Montreal. Chegou ao Brasil em 1959 foi vice-diretor do Colégio Santa Cruz de 1965 até sua morte prematura em 1987. Professor de Ciências Religiosas na PUC-SP, de Teologia no Instituto de Filosofia e Teologia de São Paulo, de Antropologia na Escola Paulista de Medicina. Fundador da ADCE - Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas. Fundador e grande divulgador dos "Encontros de Casais com Cristo" movimento católico que se espalhou pelo país inteiro. Pe. Charbonneau foi importante conferencista da EPB e autor de inúmeros livros sobre os mais diversos aspectos da educação dos filhos e do relacionamento conjugal. Dentre seus numerosos livros podem ser citados- como bibliografia obrigatória da EPB- " Pais e Filhos: Diálogo sobre o Amor", "Educar: Diálogo das Gerações", "Adolescência e Liberdade", "Educação Sexual", " Amor, Sexualidade e Segurança ", "Educação de Ontem para Amanhã", " Drogas- Prevenção Escola".

¹⁵ Hain Gruspun(1927- 2006) - Natural da Romênia, veio para o Brasil com 5 anos de idade. Médico-psiquiatra, advogado, psicólogo clínico, prof. de Psiquiatria da Infância PUC-SP, diretor da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientia. Pesquisador, conferencista, foi dedicado colaborador da EPB para quem escreveu diversas obras sobre educação, dentre as quais se destacam: "Autoridade dos Pais", "Educação da Liberdade", " O Trabalho das Crianças e dos Adolescentes" " Assuntos de Família", este com sua mulher Feiga Gruspun.

¹⁶ A Diretoria Executiva assim justificou a necessidade da reforma total dos Estatutos Sociais : "Dado o correr do tempo, os atuais, em vigor há dez anos, desde o nascimento da entidade, já não mais atendem às necessidades, bem como para dar à entidade mater, a Nacional, características especiais que possibilitem às escolas filiadas os favores da utilidade pública federal."

Contribuiu, também, para a reforma total dos Estatutos uma grave crise surgida na afiliada de Fortaleza. Os Estatutos em vigor não davam os meios necessários à Nacional para uma adequada intervenção.

Em 10/09/1976 a Assembléia Geral Extraordinária altera parcialmente os Estatutos para modificar o nome da entidade que a partir de então passa a se chamar Escola de Pais do Brasil.¹⁷ Esses Estatutos, no seu art.2º, enfatizam a importância da harmonia conjugal como fator de equilíbrio da família.¹⁸

Na AGO de 21/06/1984 a EPB elege, pela primeira vez desde sua fundação um novo casal presidente: Zilpha e Ivo Nascimento.¹⁹

A EPB em Salvador:

Em 09 de junho de 1966 foi fundada a EPB-Seccional de Salvador - EPB-SSA²⁰.

Dos Órgãos da Instituição:

São órgãos da Associação Escola de Pais do Brasil²¹: a) a Assembléia Geral, b) a Diretoria Executiva Nacional, c) o Conselho Fiscal, d) o Conselho de Educadores , e) o Conselho Consultivo.²²

Digno de nota nesse Estatuto reformado é o desaparecimento da figura do sacerdote orientador espiritual junto à Comissão Executiva. Com isto a Escola de Pais Nacional reafirma a sua condição de cristã (art. 1º) mas não tem mais, formalmente, um vínculo com a Igreja Católica embora a grande maioria dos seus membros sejam seguidores dessa crença.

¹⁷ Assim explicou a Comissão Executiva: “[...] a evolução das atividades da entidade e a experiência adquirida no curso dos 13 anos de existência, tem demonstrado que a atual denominação não tem dado o seu exato sentido e a sua perfeita dimensão, além de não expressar corretamente a unidade do movimento, fator de grande importância para a execução de seus objetivos. Por outro lado, movimentos similares, em outras nações, se vinculam ao nome do país em que se situam, o que, aliás, da uma idéia precisa de sua extensão. Assim sendo, propunha a alteração da atual denominação de Escola de Pais Nacional para Escola de Pais do Brasil -EPB”.

¹⁸ Art. 2º “ A Escola de Pais do Brasil tem por finalidade aprimorar a formação dos pais, de modo que, pelo estabelecimento de uma verdadeira harmonia conjugal e através de conhecimentos de psico-pedagogia que lhes são proporcionados, possam eles melhor educar os filhos e cumprir sua função na família e na sociedade.”

¹⁹ O casal Alzira e Antonio Lopes- depois de 21 anos como presidente da EPB- foi substituído pelo casal Zilpha e Ivo Nascimento. A razão do afastamento da presidência foi o estado de saúde do Sr Lopes que impossibilitava o casal de continuar com a carga de trabalho que a função requeria

²⁰ Em 1965 o Cardeal Arcebispo de Salvador D. Eugênio Sales desejando um grupo pioneiro que pudesse implantar uma EPB, movimento que havia conhecido em São Paulo, promoveu uma motivação em várias escolas de Salvador. Vários casais se sensibilizaram com a proposta e formaram um grupo que recebeu treinamento para a implantação da EPB-SSA. A coordenação foi da Irmã Maria Antonieta e assistência do Pe. Franco, reitor dos Jesuitas. Ao final do curso foi fundada a Escola de Pais e eleito o seu primeiro casal presidente Margarida e Manoel Lessa Ribeiro. Este casal é atualmente Presidente de Honra da EPB.

²¹ Artigos 13º a 24º dos estatutos sociais registrados em 19/01/2005

Crescimento e Declínio

Fundada em outubro de 1963, com a presença de 43 casais, já em 1964, a EPB realizava o seu primeiro congresso nacional com a participação de 35 delegações de vários estados.²³ A partir de então a EPB desenvolveu um trabalho de expansão com cada vez mais um número crescente de seccionais espalhadas por todo o país.²⁴ No ano de 1983 contava com 155 seccionais e reunia em seus congressos nacionais mais de 2000 mil participantes.²⁵

Ao longo de sua existência, a EPB já fez 8.902 círculos de debates com a participação de aproximadamente 195.844 pessoas²⁶. Ao lado dos círculos de debates, a EPB realizou, de 1964 a 2011, 48 congressos nacionais onde foram discutidos e aprofundados os mais diversos assuntos de interesse da família.²⁷

²² A Assembléia Geral dos associados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites da lei e do estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes (art. 14º dos estatutos).

A Diretoria Executiva Nacional - DEN - coordena, supervisiona e orienta todas as atividades da EPB.

O Conselho de Educadores, órgão de assessoramento da DEN é responsável pela orientação doutrinária-pedagógica da EPB. É formado por pessoas de reconhecida capacidade intelectual nas áreas de educação, psicologia, sociologia e pedagogia.

O Conselho Consultivo, órgão de assessoramento da DEN, é formado pelos Representantes Nacionais - RN's - da DEN nos estados onde a EPB atua.

Ao Conselho Fiscal compete examinar as contas da EPB e emitir parecer.

Conta, ainda a EPB, com Delegados Regionais - DR's - que supervisionam as Seccionais e são o elo de ligação entre elas e o RN do Estado.

²³ O nº 1 do Jornal Escola de Pais, editado em outubro de 1964, traz a informação que estiveram presentes delegações desde o Amazonas, até Pelotas no Rio Grande do Sul.

²⁴ Na década de 80 do século passado a EPB atingiu seu ponto máximo com 155 seccionais. Em anexo está um mapa com a localização de todas elas.

²⁵ Informação obtida em diversos números do jornal Escola de Pais, editado pela direção nacional.

²⁶ A EPB não dispõe de um número preciso de participante de seus círculos, uma vez que, inicialmente controlava pelo número de casais, mas, posteriormente, em vista do elevado número de circulistas isolados, principalmente mulheres, passou a controlar a presença pelo número de pessoas. Não é exagero, entretanto, se estimar em aproximadamente 500.000 filhos que já se beneficiaram com os ensinamentos proporcionados pela EPB aos seus pais.

²⁷ Todos os congressos tiveram sua sede em São Paulo, com exceção do de 1979 que foi sediado em Salvador. Este congresso teve a particularidade de, pela primeira e única vez, realizar uma campanha publicitária, de alcance nacional, sobre o evento. Esta campanha foi, inclusive, tema de dissertação de mestrado, em 2005, da Profa. Ada Marques no programa de pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL. Anexo a relação completa dos temas debatidos nesses congressos, inclusive os seminários internacionais realizados em Brasília.

Os principais dirigentes da EPB não imaginavam que essa expansão pudesse indefinidamente continuar.²⁸ A partir dos meados dos anos 90 do século passado, a instituição entrou em declínio. Contava com 95 seccionais em 2004 e atualmente conta com 63 seccionais.²⁹ Realizou 198 círculos de debates em 2010, última informação disponível, e tem 920 associados.

Com vistas a investigar as causas do declínio e procurar reverter essa situação, a EPB realizou nos dias 5 e 6 de setembro de 2009, em São Paulo, um planejamento estratégico que contou com a presença dos membros do Conselho de Educadores, do Conselho Consultivo, da Diretoria Executiva Nacional e de grande número de presidentas das seccionais. Além de debater as causas da atual situação, o planejamento estratégico definiu metas para a revitalização da EPB num horizonte de curto, médio e longo prazos (dez anos). Atualmente as metas e programas estão em implantação e desenvolvimento.

5.2 As Relações intergeracionais como vistas pela Escola de Pais do Brasil

O trabalho da EPB tem como finalidade a orientação de pais e educadores na difícil tarefa de educar os filhos³⁰ ou educandos em busca da educação integral do ser humano. Para tanto concentra seus ensinamentos nas relações intergeracionais intrafamiliares, dedicando especial atenção às características e necessidades das crianças e aos aspectos sócio-econômico-culturais do mundo pós-moderno que interferem na formação dos filhos. No desenvolvimento de suas atividades, a EPB dedica especial atenção à preparação dos casais coordenadores

²⁸ A propósito leia-se o que o Pe. Charbonneau pensava já em 1986: “[...] os movimentos não nascem para se eternizarem, mas para viverem um tempo em que fazem sentido e, então arrefecerem seu vigor e cederem lugar a outras iniciativas que os substituem”(RIBEIRO, 1996, p. 26)

²⁹ Os mapas anexos mostram essas seccionais e suas localizações.

³⁰ Art. 2º do Estatuto Social: “ A Escola de Pais do Brasil tem por objetivos capacitar e aprimorar a formação dos pais, futuros pais, cuidadores e educadores, através da transmissão de conhecimentos básicos de psicopedagogia e de técnicas educativas que favoreçam o relacionamento entre pais e filhos, procurando conscientiza-los da sua responsabilidade e do seu papel na educação dos filhos ou educandos, e valorizar, fortalecer e defender a família e indiretamente formar as crianças, através de um voluntariado consciente, em busca da educação integral do ser humano, para a promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de todos os demais valores universais.”

que irão conduzir os “círculos de debates”. Essa preparação é feita através de um Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento - CAT - onde são ensinadas as técnicas a serem empregadas nos trabalhos de grupo, bem como as características e os comportamentos que se podem esperar dos membros do grupo. Além disto, e tão importante quanto, são revistos e aprofundados os temas dos círculos e os recursos disponíveis para um melhor aproveitamento.

Os ensinamentos da EPB são divulgados através de duas linhas principais: os manuais de orientação para os casais coordenadores e os anais dos congressos nacionais que ocorrem anualmente. Os manuais são de uso interno da EPB e utilizados exclusivamente pelos casais que fazem parte do movimento. Os congressos, cujos anais são publicados desde 1978, são destinados à divulgação dos mais diversos assuntos que interessam à família e têm contribuído para a atualização dos conhecimentos dos seus participantes. São fonte permanente de consulta e aprofundamento.

Consoante os desafios que a família tem enfrentado nas últimas décadas, a EPB procura atualizar os seus ensinamentos, alterando o temário dos círculos e dotando-os de roupagens e conceitos mais adequados às expectativas dos pais.

5.2.1 Os manuais de orientação

Ao longo de sua existência, a EPB publicou sete livros dedicados à orientação dos casais coordenadores. Basicamente são manuais que trazem o embasamento da preparação dos casais por meio do CAT e os assuntos dos temas que compõem o temário. Eles detalham o completo desenvolvimento dos círculos: motivação, trabalho de grupo e conclusão.

Inicialmente preparados por especialistas do Conselho de Educadores, os temários foram posteriormente reescritos com a colaboração de diversos casais orientadores cuja experiência e aprendizado na condução dos círculos ensejavam um aperfeiçoamento e atualização.

Ao analisar os vários temários, verifica-se como diversos conceitos iniciais foram sendo modificados ao longo dos 48 anos de vida da EPB.

5.2.1.1 O Temário de 1964

De 1964 a 1970 a EPB trabalhou com dois temários sucessivos de sete sessões cada um.³¹ O primeiro círculo “ A importância do lar na formação do homem” destaca o papel do pai como símbolo da autoridade e o da mãe como símbolo do amor.³² Enfatiza, ainda, que o clima de harmonia é conseguido através da correlação de muitos valores, dentre eles confiança, respeito mútuo, diálogo. As vivências de paciência, carinho, tolerância estabelecem laços de fraternidade e criam o espírito de família, indispensável instrumento para a solidariedade do clã familiar.

Os dois círculos seguintes: “Autoridade Paterna” e “Papel Integrativo da Mãe”, aprofundam o que foi mencionado no primeiro. Esses dois círculos, em conjunto com o 6º: “Castigos e Recompensas” e o 7º “Educação Sexual” refletem o clima de insegurança vivido pelas famílias na década de 60 do séc. XX. Era a época da rebelião dos jovens em Paris (1968), do movimento dos hippies com sua filosofia do “é proibido proibir”, do festival de Woodstock onde milhares de jovens desafiavam a ordem estabelecida. No Brasil eram as passeatas dos estudantes e o endurecimento da ditadura militar com a implantação do Ato Institucional nº 5 (VENTURA,1998).

O 2º temário dedicava-se ao autoconhecimento dos pais (1º círculo: “Problemas de Amadurecimento” e 2º: “Defeitos dos Pais”) e um melhor conhecimento dos filhos (3º círculo: “Fases do Desenvolvimento dos Filhos”), 5º: “Os Defeitos das Crianças” e 6º: “Educar para a Autonomia”). Todo esse material era distribuído sob a forma de apostilas e no jornal “Escola de Pais”.

Em 1971 foi publicado o primeiro livro: “A Escola de Pais”, organizado por Alzira Lopes. Escrito para “ir de encontro ao desejo de inúmeros casais que

³¹ O 1º temário tinha os seguintes assuntos: 1) A importância do lar na formação do homem, 2) Autoridade paterna, 3) Papel integrativo da mãe, 4) Ciúme infantil, 5) Como fazer do meu filho um bom estudante, 6) Castigos e recompensas, 7) Educação sexual.

O 2º temário compunha-se de: 1) Problemas do amadurecimento, 2) Defeitos dos pais, 3) Fases do desenvolvimento da criança, 5) Defeitos das crianças, 6) Educar para a autonomia, 7) Educação do amor.

³² O nº 1 do jornal Escola de Pais, publicado em outubro de 1964, traz um fichamento desse círculo em que destaca “ As ciências humanas, mormente a psicologia, vêm, dia a dia, revelando as marcas profundas que pai e mãe imprimem na alma de seus filhos; vêm procurando mostrar que a educação de uma criança será tanto mais perfeita quanto mais autêntica, mais harmônica, mais aberta for a família.

compõem a Escola de Pais no Brasil, a fim de colocarmos à sua disposição todo o material que coletamos durante estes 7 anos de experiência” (LOPES, 1971, p.8).

5.2.1.2 O Temário de 1981

Em 1981 vem a lume o livro “Uma Grande Experiência” organizado por Alzira Lopes. Lê-se em seu prefácio:

Há dezesseis anos entre nós nascida, a Escola de Pais vai-se passando de seu início obscuro e indefinido para uma sistemática melhor elaborada. E acima de tudo busca formas de educação que nos conduzam à progressiva “hominização do homem” realmente inserido neste “hoje” do mundo. (DÓRIA, 1981, p.5).

Este volume traz uma consolidação dos temários anteriores, aumentando os círculos para dez e eliminando o 2º e 3º temários. Nessa oportunidade, a EPB liderava o movimento de Escolas de Pais em vários países que trabalhavam nos moldes da escola brasileira:

Ao escrevermos esta nova edição, quase totalmente reformulada e aumentada, pensamos em ir ao encontro do desejo de inúmeros casais que compõem a Escola de Pais no Brasil, e já em outros países como Portugal, Colômbia, Bolívia e, ainda este ano, Equador, Peru, Uruguai, Panamá, a fim de colocarmos à sua disposição um material mais atualizado que é fruto do trabalho de todos os casais líderes pertencentes ao movimento (LOPES, 1981, p.9).

Esse volume traz, ainda, uma sugestão de círculo para população de baixa renda, nas periferias das cidades. Composto de sete círculos que são apresentados em linguagem mais simples e uso de cartazes ilustrativos.³³

Por transmitir os ensinamentos da EPB sobre relações familiares oriundos de uma experiência de 18 anos, apresenta-se aqui um extrato dessas lições:

1º CÍRCULO: A importância do lar na formação do homem

OBJETIVO: Cabe à família educar e ser formadora da pessoa humana. Ser a promotora do desenvolvimento, ser força viva da sociedade, transformando-a em comunidade de amor. A meta é, pois, harmonia conjugal.

É estimulante para o homem a sensação de correr riscos.

³³ São eles: 1ª importância do lar na formação do homem. 2) Autoridade no lar- o pai, 3) Autoridade no lar - a mãe, 4) Castigos e recompensas, 5) Rivalidade entre irmãos- ciúme, 6) Como fazer do meu filho um bom estudante, 7) Educação sexual.

O homem hoje tem que criar, recriar, inventar novas maneiras de ser, novas convenções, mas que estejam de acordo com os princípios básicos em que acredita. Precisamos de homens novos para um mundo novo, capazes de criar uma nova família onde os valores sempre antigos e sempre novos se reafirmam na imensa variedade de formas. (LOPES,1981, p.31).

2º CÍRCULO: Autoridade no lar - o pai.

OBJETIVO: A autoridade é algo a ser permanentemente assumido. A paternidade, quanto ao seu conteúdo, é autoridade para transmitir aos filhos não só que a vida é feita de leis, obrigações, deveres e direitos, mas, também, de valores objetivos da autotranscendência do homem.

A autoridade dos pais é necessária tanto para a formação normal da personalidade dos filhos, como para lhes ensinar a se submeterem a uma estrutura social cheia de exigências legais e éticas. É o exercício da autoridade que permite à criança descobrir o mundo das pessoas, das coisas, os valores e, por fim, no plano sobrenatural, o mundo religioso e espiritual (GRUNSPUN, 1983). A autoridade deve ser exercida com firmeza e amor, diferentemente do autoritarismo, que é imposto e exercido com agressividade, violência, causa medo e humilha. A autoridade gera confiança, tranquilidade, faz a criança desabrochar, mostra caminhos seguros, orienta, faz crescer.

3º CÍRCULO: Autoridade no lar – a mãe

OBJETIVO: A mãe como fator de equilíbrio emocional do lar, educando com serenidade e alegria, certa de que sua missão é a mais importante entre todas.

Os alicerces básicos da personalidade dependem diretamente do amor materno, do qual a criança tem necessidade tanto quanto do alimento. (GRUNSPUN, 1983). A mãe é para o filho o guia, o modelo e as normas de comportamento.

4º CÍRCULO : Necessidades básicas da criança

OBJETIVO: Necessidade de afeto e segurança nas várias fases de desenvolvimento da criança: infância, meninice e adolescência.

Segurança é a necessidade que leva o homem a ter confiança em si e tornar-se autossuficiente, a ser capaz (LOPES, 1981). Indiscutível é a sua importância para o ajustamento pessoal e social. Normalmente desenvolvida, ela abre largas

perspectivas para um bom equilíbrio. Anormalizada, gera inseguranças conscientes e inconscientes, respondendo por diferentes padrões e desequilíbrios (DÓRIA, 1968)

Afeto - ao mesmo tempo que o homem busca segurança consigo mesmo, necessita também integrar-se num grupo (necessidade de afeto). “O afeto é o impulso que leva o homem a buscar a comunicação, e a solidão é o sentimento dos que são incapazes de amar” (LOPES, 1981, p.85).

5º CÍRCULO As atitudes dos pais e seus reflexos no comportamento dos filhos

OBJETIVO: Conscientizar os pais de que suas atitudes serão repetidas pelos filhos em seus comportamentos, e são um fator educativo por excelência.

Dentre tantos comportamentos dos que podem interferir diretamente no comportamento dos filhos, a EPB, nesse círculo destaca, como atitudes prejudiciais: rejeição e abandono, ansiedade, superproteção, hostilidade, comodidade, infidelidade, entre outros. Por outro lado, há que ressaltar e estimular comportamentos como: amor, dedicação, lealdade, honestidade, capacidade de diálogo, entre tantos.

6º CÍRCULO: Personalidade adulta

OBJETIVO: Estudar as características da personalidade adulta, seus aspectos constitutivos : constituição física e fisiológica, temperamento, inteligência e vontade.

Personalidade é a individualidade de cada homem, embora todos os homens sejam portadores de uma natureza comum que os identifica como membros da mesma humanidade. Se algo existe igualando-os, cada homem é sem par. Personalidade é, justamente, esta maneira individual de cada homem assumir a natureza humana, de cada um realizar a sua maneira única de ser (DÓRIA, 1968).

“A personalidade não nasce feita e nem mesmo com predisposições latentes para se desenvolver num tipo preferencial a outros. Ela é a sua história, a resultante das variáveis de natureza somática, psíquica e ambiental” (LOPES 1981, p.90). O que cada um é hoje, é pela influência constante dos aspectos orgânico e psíquico, numa interação dinâmica com os fatores do meio.

7º CÍRCULO: Personalidade e princípios de educação na infância.

OBJETIVO: Conhecimento da personalidade e das necessidades da criança na primeira fase do seu desenvolvimento. (de zero a cinco/seis anos). Princípios de educação nessa fase.

Tarefa muito importante é o conhecimento do educando e sua educação. Como os pais devem atuar diretamente sobre os filhos, a fim de atender as suas necessidades básicas e dar-lhes a educação que irá desenvolver as qualidades, as potencialidades de cada um. Dentro desta ótica a ação educativa será metodizada, racionalizada e exercida dentro da seguinte ordem: afastar obstáculos, orientar, exercer a autoridade e, finalmente, como último recurso educativo, castigar.

8º CÍRCULO: Personalidade e educação na meninice

OBJETIVO: Conhecer melhor a criança nessa faixa de idade (dos seis aos dez anos, aproximadamente) e estudar o processo educativo na meninice.

Repetição dos métodos do círculo anterior, adaptando-os a essa etapa da vida do educando.

9º CÍRCULO: Educação sexual

OBJETIVO: Quem deve dar educação sexual às crianças, quando deve ser dada esta educação e porque dar educação sexual.

Existem dois conceitos muito importantes a serem definidos para melhor compreensão deste assunto: sexo e sexualidade. Sexo- é fisiológico, é o que acontece com o corpo em consequência do funcionamento glandular, é genital. Sexualidade é aquilo que se é por causa do sexo que se tem. É o uso que se faz do sexo, é propriamente a masculinidade e a feminilidade. Educar é, antes de tudo, um ato positivo de ensinar o bom e não uma preocupação de evitar o indesejável (CHARBONNEAU, 1979).

10º CÍRCULO: Educação para o amor.

OBJETIVO: Levar o grupo à conscientização de que a parte mais importante do processo educativo é fazer o educando passar do egocentrismo natural da infância para a oblatividade do adulto. Ensinar, portanto, o filho a amar.

O mais importante na educação para o amor é a educação para os valores, amor e felicidade sem inversão de valores. Aprende-se a amar, vivendo o amor,

sentindo a sua possibilidade, a sua razoabilidade. O amor, por ser “dom total”, traz uma exigência de permanência, supõe uma profunda responsabilidade da parte daqueles que a ele se consagram (CHARBONNEAU, 1979).

5.2.1.3 O Temário de 1988

Em 1988, a EPB sentindo a necessidade de atualização, publica um novo manual: “Educar, um Desafio”. Foi elaborado com o trabalho de casais de todo o Brasil, através de contribuições, observações em relatórios, de participações em congressos e revisões. Fruto de uma experiência acumulada de 25 anos, traz inovações que tornam os temas mais de acordo com a época. É um trabalho de construção coletiva e que reflete as grandes transformações da pós-modernidade: Globalização, Consumismo, Feminismo, entre outras. É um temário de 10 círculos que aqui será sucintamente apresentado na perspectiva de se demonstrar a preocupação da EPB em se atualizar.

1º CÍRCULO: Educação no mundo atual

OBJETIVO: Levar os circulistas a refletir sobre o mundo de hoje e sua interferência nos caminhos que os pais podem dar à educação dos filhos.

A EPB já reflexiona sobre os grandes desafios do mundo atual: as rápidas transformações, a mundialização das comunicações e seus reflexos na educação. Aqui enfatiza que educar é interferir no processo de crescimento e desenvolvimento da criança imprimindo-lhe uma direção. A EPB se afasta do pequeno mundo familiar (a Harmonia no Lar do temário anterior) e se abre para observar o mundo e como esta nova sociedade interfere no relacionamento familiar. Sem descurar do seu objetivo, orientar pais para melhor educar e se relacionar com os filhos, coloca seus ensinamentos na perspectiva da realidade pós-moderna (BERGE, 1968).

2º CÍRCULO – Amor e Segurança: alicerces de um desenvolvimento sadio.

OBJETIVO: Levar os pais a refletir sobre atitudes práticas que possam levá-los a atender as necessidades de amor e segurança dos filhos.

Ampliando o enfoque das necessidades básicas do temário anterior, aqui se reflete mais sobre a emoção. “Emoção é dinamismo que existe dentro do ser humano que o leva a sentir. A base da organização da personalidade está no sentir e no agir” (GRUNSPUN, 1984, p.12). É salientada a importância do apego, a necessidade do contato, da proximidade, da ligação com outro ser humano. É através do afeto, do aconchego, do acalentamento, da ternura, da compreensão, do contato corporal que os vínculos afetivos são reforçados e se tornam a base para relacionamentos saudáveis no decorrer da vida.

3º CÍRCULO: Mãe, esposa e mulher – sua atualidade.

OBJETIVO: A mulher, hoje, enfrenta momentos em que precisa optar entre caminhos de difícil conciliação. O círculo levará os casais a reavaliarem os valores envolvidos nas opções.

A EPB enfrenta, neste círculo, a realidade da nova posição da mulher: profissional disposta a encarar todos os desafios para se afirmar no mercado de trabalho, tornando-se financeiramente independente, assumindo posições de liderança até então insuspeitadas e, ao mesmo tempo, desempenhando seu papel de mãe e esposa. A possibilidade do controle da natalidade abriu condições para o casal fazer seu planejamento familiar: não mais famílias numerosas, mas poucos filhos livremente concebidos. A mulher enfrenta, assim, os desafios de suas mudanças frente a ela mesma e à sociedade.

4º CÍRCULO: O pai e o exercício da paternidade.

OBJETIVO: Levar ao conhecimento dos casais a importância da função paterna como elemento de equilíbrio no desenvolvimento psicológico dos filhos.

A ênfase não é mais autoridade no lar, como no temário anterior. O que se questiona é o que é ser pai? A figura do pai autoritário e provedor vai rapidamente desaparecendo (MULDWOLF, 1973). O aprofundamento dos estudos psicológicos e psicanalíticos dos desvios da personalidade mostraram que o pai participa de forma completa na organização ou desorganização da personalidade do filho. O exercício implica no desenvolvimento de alguns atributos que a caracterizam. Destaca a EPB:

a) Equilibrar as relações mãe e filho – O amadurecimento harmônico entre mãe e filho ocorre com a presença do pai. É uma aptidão do pai iniciar a relação triádica (mãe – filho- pai) encontrando o justo lugar entre mãe e filho, regulando sua distância e respeitando a ambos.

b) Dar condições para a criança perceber-se como ser autônomo – a presença do pai provoca a passagem da relação dual (mãe – filho) de natureza biológica e natural para uma relação triangular de natureza social, pertencente à ordem cultural. É a presença paterna que inicia o corte do cordão umbilical psicológico da criança com a mãe, a partir do seu nascimento. Este processo cria condições para a criança começar a se perceber, pouco a pouco como ser autônomo, independente da mãe (EPB, 1988, p.52)

Ao regular a distância nas relações mãe – filho, o pai apresenta-se como princípio incondicional da autoridade, pois por sua existência o filho vê-se obrigado a renunciar à posse exclusiva da mãe. A imagem de autoridade desdobra-se em dois caminhos: o da coação e o da proteção. Da coação quando impõem limites; de proteção quando a autoridade significa força e esta serve de refúgio à fragilidade e dependência da criança (GRUNSPUN, 1983).

A tarefa decisiva do pai é a edificação da personalidade sócio-cultural do filho. O ser humano pode nascer homem ou mulher e a criança concebida define-se sexualmente não só pelo sexo biológico ,mas também pelo lugar, pela posição psicológica que ocupa em relação ao progenitor do sexo oposto. Em outras palavras, o ser humano define-se sexualmente tanto por oposição ao progenitor do sexo oposto, como também por analogia ou identificação com o progenitor do mesmo sexo. O pai, assim, é duplamente pai: enquanto participante natural do ato de engravidar, na geração, e como representante do sexo masculino na constelação familiar, na formação da sexualidade do filho (JURITSCH, 1978)

5º CÍRCULO: A maturidade dos pais na vivência familiar

OJETIVO: Levar os casais a entenderem a maturidade como um processo contínuo de aperfeiçoamento pessoal, visando ao aprimoramento das relações intrafamiliares.

Maturidade não é um estado comportamental ou de espírito, que se adquire numa determinada idade.

A maturidade é um processo de evolução gradativa, baseado no desenvolvimento do conhecimento e da sensibilidade. Isto pressupõe uma percepção ativa e sensível: capacidade de analisar, avaliar, discernir, coragem de formular e , se for o caso, reformular opiniões, constante disposição de aprender, desaprender e aprender de novo. Assim como a vida é movimento, um constante nascer, crescer e morrer para renascer, a vida pessoal de cada um está sempre alcançando novos níveis de maturidade, num processo contínuo de vir-a-ser (EPB, 1988, p.58/59).

À medida que a pessoa é capaz de assumir os seus defeitos e suas limitações, voltando-se para si mesma em um processo autorreferente, construindo e definindo o seu “eu” como território e valores pessoais, o progresso e a maturidade estão a caminho (SANTOS,1985). Vai-se atingindo novos níveis de maturidade à medida que se aperfeiçoa o equilíbrio entre o físico, o emocional e o espiritual. A espiritualidade não é intelectualidade.

Espiritualidade é um despertar progressivo para a realidade interna do ser. É uma inspiração interior que se deve descobrir, conhecer, e que dá condições de entrar em contato com uma realidade maior, que está além do ser. A maturidade impõe o discernimento entre o mundo interior e a realidade objetiva (CHARBONNEAU, 1973, p.45).

Da maturidade dos pais, adquirida pela vivência, surge a maturidade dos filhos no caminho do vira-ser, na conquista de sua individualidade humana, que se caracteriza por uma escala de valores vivenciada, cujos parâmetros são introjetados e vivenciados no lar.

6º CÍRCULO: Ação educativa na infância e meninice

OBJETIVO: Conhecendo os aspectos da personalidade, segundo um modelo simplificado, os pais terão maior facilidade em compreender cada filho e agir conforme esse conhecimento.

Personalidade é a maneira individual de cada homem assumir a natureza humana, de cada um realizar sua maneira de ser. É a individualidade assumida pela pessoa dentro do padrão de humanidade (DÓRIA, 1968). Sucintamente, a EPB adota um esquema simplificado dos aspectos da personalidade³⁴ que, após bem compreendido, serve de fio condutor para o aspecto prático da ação educativa, ou seja como se educa. A ação se desenvolve em dois vetores: agir sobre o meio ambiente e sobre o educando propriamente dito. Para se educar é preciso conhecer o filho, a criança, em suas etapas de desenvolvimento. A criança é um ser ativo, cresce e evolui. Quando nasce é totalmente dependente do adulto para sobreviver. À medida que se desenvolve, sua trajetória deverá leva-lo a alcançar a liberdade. (EPB,1988). A infância é um período de brincar, experimentar, explorar, fantasiar. A meninice também inclui esses elementos, mas acrescenta novos, em função das novas possibilidades. Nessa fase seu mundo já se alarga com a inclusão da vida

³⁴ Esse esquema foi preparado por DÓRIA em 1968 e está reproduzido nos anexos.

escolar e do grupo de amigos. Gosta muito de conversar e saber os porquês de tudo. É a idade de ouro para o diálogo.

7º CÍRCULO: Dificuldades para se educar

OBJETIVO: É muito mais fácil criticar as dificuldades que se apresentam para a educação do que aprender a trabalhar com elas. O círculo facilitará aos pais abrirem esse caminho.

Dentre tantas dificuldades, a EPB, em 1988, destacava algumas que merecem ser examinadas:

a) O ciúme entre irmãos. O ciúme se manifesta na criança devido a uma sensação de instabilidade e de receio; ele é um conjunto de emoções que se traduzem em atitudes tais como: inveja, mau humor, irritação, maledicência, acusações injustificadas, censuras e queixas contra pais e irmãos, insatisfação permanente, agressividade, raiva ou amor excessivo, processos de regressão ou infantilidade. Normalmente se manifesta quando do nascimento de um irmão ou chegada de irmão fruto de casamento anterior da sua madrasta ou padrasto. Há geralmente manifestação de oposição ou hostilidade. Saliente-se que, bem trabalhadas pelos pais, não devem atingir situações incontroláveis. As relações entre irmãos, embora sejam repletas de rivalidade e competições, são ricas e apresentam sentimentos profundos de solidariedade;

b) Falta de vontade de estudar. Aprender é preparar-se para a vida. Educar seria trazer o mundo real para a escola, respeitando a sabedoria e a realidade que existe dentro de cada criança. A escola não sabe, ou se sabe, não quer aproveitar os conhecimentos e experiências que as crianças acumularam no seu meio ambiente e que, na maioria das vezes, são muito ricas. Os pais aprendem na medida em que procuram entender como funciona a sociedade; aprendem quando procuram entender juntos porque os filhos vão mal na escola e descobrem, muitas vezes, que o problema não é individual, mas coletivo, e que a solução depende da comunidade. Há outros distúrbios que podem prejudicar a aprendizagem: de ordem física - audição, visão - de ordem emocional ambiente de tensão entre os pais – separações - de ordem psicológica: frustrações provocadas por cobranças excessivas, comparações entre irmãos, falta de respeito ao grau de maturidade, etc. Poder-se-ia, ainda citar fatores como carência cultural da família, condições

socioeconômicas. Não se pode minimizar a influência da TV como ativo elemento de efeitos negativos e positivos na aprendizagem das crianças. Como efeitos negativos, a EPB salienta que a criança se mantém em atitude passiva diante de uma TV estática. O que a criança assiste está longe de sua experiência de vida e não realiza o esforço de aprender por si, além disto, a criança perde sua iniciativa diante da TV que impede emoções autênticas, uma vez que é estimulada sem parar, não havendo tempo para absorção. Há que se salientar que a TV tem pontos muito positivos: é o melhor meio de comunicação do mundo e, desde que os pais possam selecionar os programas, eles se podem tornar excelentes veículos de aprendizagem e formação.

8º CÍRCULO: Ação educativa na adolescência

OBJETIVO: A adolescência como fase crítica de transição no crescimento do ser humano, reúne características que os pais precisam conhecer e saber como lidar. O círculo facilitará aos pais esse entendimento.

Do nascimento até a morte, a vida do homem é um permanente vir-a-ser, um eterno renascer. Dentre os diversos estágios da vida, a adolescência pode ser crucial, talvez penosa. O adolescente passa por transformações abruptas, caracterizadas por desequilíbrios e instabilidades diversas. (CHARBONNEAU, 1980). Essas características precisam ser conhecidas pelos pais para não considerarem o jovem como problemático. Buscando uma identidade própria, o jovem deve, ao mesmo tempo, enfrentar o mundo adulto para o qual não está preparado, e desprender-se do mundo infantil ao qual ainda está ligado.

Na ação educativa na adolescência, a EPB enfatiza:

1- A personalidade na adolescência³⁵

2- Considerações sobre a autonomia: a passagem da criança de uma situação cômoda de dependência em relação aos pais, para uma afirmação gradual do próprio eu, vai escrevendo o processo de maturação do ser humano. Momento de difícil conciliação entre a busca da autonomia e atitudes de anti-independência. Se orientar é a ação educativa essencial à formação do adolescente, é pelo diálogo que se encontra o canal de comunicação necessário a essa orientação. O diálogo

³⁵ Ver no anexo o quadro “ Personalidade- Etapas de Maturidade, Adolescência “

nem sempre é fácil, Exige esforço, disposição interior e conhecimento (CHARBONNEAU, 1973)

3- Considerações sobre a liberdade: a liberdade é uma das condições essenciais para a dignidade do ser humano. Educar para a liberdade é iluminar caminhos, avaliar escolhas, sugerir opções, convidar, estimular, encorajar, em suma, orientar (EPB ,1988).

Os pais devem fazer a distinção entre o que é arbitrário e o que é ser livre. Ser livre não é ser egoísta. O adolescente tem necessidade da identificação pessoal, por isso só pensa no seu eu. De alguma forma ele é centralizante, invade a vida dos outros. Querer ser livre é um desejo autêntico, mas responder pela liberdade é um caminho mais difícil. Ensinar ao adolescente que a liberdade, às vezes, pode ser angustiante porque se vê só e ele ainda não pode se sentir só, na busca do desconhecido. Aos pais compete libertar o jovem deste estado de espírito, reconcilia-lo consigo mesmo e pacificar a sua mente na hora da escolha. (CHARBONNEAU, 1980)

9º CÍRCULO: Sexualidade humana

OBJETIVO: Levar aos casais a noção de que a educação sexual é parte integrante de qualquer projeto global de educação, e, como tal os pais devem estar em condições de abordar livremente o tema com os filhos.

A sexualidade humana é uma fonte de energia psicossomática que integra a personalidade no seu sentido mais amplo de liberdade e capacidade de amar. Ela é a chave do equilíbrio, pois da maneira como for vivida, o será para construir a felicidade ou para ter um comportamento incontrolável e destruidor.

A sexualidade humana é vivida numa relação pessoal, que une duas pessoas. O homem por ser pessoa é aberto para o outro e, por isso, a realização sexual se dá num sentido de amor ao outro. Toda relação sexual só vale na medida em que o homem e a mulher respeitam a dignidade da pessoa a quem se unem (CHARBONNEAU, 1987, p.27)

Na relação pais e filhos, a orientação sexual, através de um diálogo franco, aberto, respeitoso e oportuno, conduzirá à abordagem de temas que mais preocupam e que merecem a atenção: busca da identidade sexual, masturbação, prostituição, virgindade, relações sexuais precoces, homossexualidade , doenças sexualmente transmissíveis-DST, AIDS. Sexualidade humana se relaciona com o cérebro e é este que deve comandar a sua evolução (CHUCHARD, 1967). Os pais,

em seu relacionamento com os filhos, devem transmitir “ uma visão ampla e serena da realidade sexual, que o amor é uma troca, um conhecimento recíproco, um respeito profundo e não a posse do outro ser” (EPB, 1988, p.126).

10º CÍRCULO: A realização do ser humano

OBJETIVO: As necessidades do ser humano transcendem os limites do material em direção ao espiritual. O entendimento do amor como caminho único e completo para a realização do ser é essencial para o estabelecimento de um projeto de vida.

Como coroamento do ciclo de debates, a EPB se debruça – em seu aprofundamento do conhecimento pessoal – sobre o ser pessoa. Questiona: o que é ser pessoa? Estabelece as diferenças básicas entre animais e seres humanos e conclui com as principais características deste ser: único, social, histórico, ser como princípio, sujeito e fim de tudo, senhor da natureza, ser da cultura. Cada ser humano é único, sem precedentes nem repetições. Finalmente “ o sujeito existente reflete sobre sua vida e se pergunta sobre suas relações com o mundo: quem sou eu, o que quero e devo fazer do meu existir, qual o meu projeto existencial, o que significa o outro para mim ?” (EPB, 1988, p.129)

Em 1991 a EPB publicou o 2º volume da coleção “ Escola de Pais em ação” com o título “Educar, uma opção”.³⁶ Mantém a mesma fundamentação do volume anterior, razão porque não se tecem comentários adicionais.

Em 1998 a EPB publicou o livro “Educar, uma tarefa”.³⁷ Foi um manual pouco utilizado e que, atualmente, está em desuso.

5.2.1.4 O Temário de 2006

³⁶ Não há alterações de fundo doutrinário entre este livro e o anterior “ Educar, um desafio”. Foi escrito com a finalidade de simplificar a linguagem, com uma abordagem mais prática. “ vem satisfazer uma necessidade sentida em todo o Brasil: a necessidade de simplificação da linguagem para círculos, que permita uma compreensão imediata e que tenha um alcance prático e vivencial... Um segundo aspecto, para o qual chamamos a atenção, é a imperiosa necessidade do uso de uma linguagem cotidiana, regional e que não implique a elevação do nível de ansiedade ou angústia dos circulistas” (EPB, 1991, p.9)

³⁷ Traz um temário de apenas seis círculos para atender à solicitação de casais que , em muitas comunidades, achavam difícil trabalhar durante dez semanas. É um temário mais sintético que perdeu alguma substância em face da redução dos temas abordados.

Finalmente, em 2006 a EPB publicou uma nova edição do livro “Educar, um desafio”. Este livro merece atenção por significar um esforço coletivo de atualização dos ensinamentos da EPB.³⁸ O temário é o mesmo do livro “Educar, um desafio” de 1988, com exceção do último tema- o 10º - que passou a ser “Como marco o mundo com minha presença”.

Tecer-se-ão alguns comentários, quando julgados necessários para ilustrar a evolução do pensamento da EPB nesses últimos 18 anos (da edição de 1988 para a de 2006). Esta edição continua em vigor.

1º CÍRCULO: Educação no mundo atual

OBJETIVO PRIMÁRIO: Levar os circulistas a refletir sobre o mundo de hoje e dar um panorama de fundo do que é básico na formação do ser humano, conscientizando-os da necessidade de estar atualizados a fim de interferir de maneira efetiva no processo educacional.

OBJETIVO SECUNDÁRIO: Motivar os circulistas, “considerando que apesar do casal coordenador não ser um especialista, é capaz de passar a mensagem, debatendo assuntos educacionais de maneira clara, objetiva e, acima de tudo, atualizada, pelo conhecimento demonstrado nesse primeiro contato “(EPB, 2006, p.17).

Fazem-se considerações sobre como o “Tempo de Educação” é fundamental na vida do filho. O conhecimento sobre esse “tempo de educação” está muito avançado. Quando a EPB foi fundada, em 1963, as fases do desenvolvimento eram divididas, didaticamente, em infância, meninice e adolescência. A EPB entendia, então, que a infância era a fase mais importante do ser humano. Hoje, com os novos conhecimentos, fala-se em vida intra-ulterina, nascimento, 1ª infância, 2ª infância, puberdade, pré-adolescência, adolescência, adolescência prolongada. Todos os momentos são igualmente importantes na vida do filho. Nesse círculo, introduz-se o conceito de OPA- Objeto Primário do Amor³⁹: onde se discutem os vínculos afetivos

³⁸ Explica a EPB: “ Esta revisão é resultado de um projeto global que teve início com um planejamento estratégico da entidade, num processo onde todos aprendem e se integram, compartilhando sonhos, e cooperando para cumprir uma missão, respaldados por quase meio século de experiência em todo o Brasil” (EPB, 2006, p.7)

³⁹ Em anexo é apresentado um quadro sobre detalhes do OPA. “ Pela vida afora, principalmente na fase educativa, passamos por etapas bem características, e em cada uma destas etapas temos necessidade de nos ligar a outro ser humano com mais intensidade que aos demais que fazem parte do nosso universo. O nosso

mais estreitos que os filhos experimentam em cada etapa de suas vidas, ou seja, as pessoas a quem eles mais se ligam em cada fase do seu desenvolvimento.

Enfoca-se, ainda, o fenômeno da massificação provocado, principalmente, pela mundialização dos meios de comunicação. É a padronização dos comportamentos e costumes, a conformidade, a uniformidade, a mesmice no vestuário, no que é aceito como moda. Aqui a ação dos pais é muito importante para evitar a robotização dos filhos, levando-os a um processo de individualização, de autonomia e liberdade.

2º CÍRCULO: Amor e segurança - alicerces de um desenvolvimento sadio

OBJETIVO: Refletir sobre atitudes práticas que permitam atender às necessidades de amor e segurança dos filhos.

Salientam-se questões como: o que é educar, para que se educa, o que dificulta ou facilita o processo educativo. Chama-se a atenção para o fato de que não há uma educação neutra, uma vez que por ação ou omissão os pais marcam a vida dos filhos.

3º CÍRCULO : Mãe, esposa e mulher- sua atualidade.

OBJETIVO: A mulher enfrenta momentos em que precisa optar entre caminhos de difícil conciliação. A meta deste círculo é mostrar que suas atitudes e seu relacionamento adequado com os filhos contribuem para o desenvolvimento equilibrado dos mesmos.

Atualmente a mulher é vista em igualdade de condições e direitos com o homem. Tem identidade própria e capaz de assumir com eficiência uma atividade profissional. É independente, bem sucedida e compete no mercado de trabalho. O conceito de esposa também mudou: hoje ela é a companheira, numa sociedade a dois (EPB, 2006). Compartilha com o marido do planejamento familiar, e assume responsabilidades. O casamento é considerado uma sociedade na qual os dois têm direitos e deveres iguais.

4º CÍRCULO: O pai e o exercício da paternidade

OPA é, portanto, a nossa figura de ligação, a pessoa que mais amamos em cada etapa de nossa vida. É, digamos assim, a história de nossa humanização.” (EPB, 2006, p.22)

OBJETIVO: Levar os pais a compreenderem a importância da função paterna como elemento de equilíbrio no desenvolvimento dos filhos.

A figura paterna vem sofrendo ultimamente uma mudança radical no que diz respeito à sua atuação na educação dos filhos. O nascimento de filhos de mães solteiras, os elevados índices de divórcios têm contribuído para a criação de filhos sem a presença de pais que, sem o vínculo do casamento se eximem da responsabilidade de criá-los e educá-los. Todavia é inquestionável a importância paterna. O exercício da paternidade exige um permanente esforço para o atendimento ao novo papel que se almeja para o pai.

Os grandes momentos da condição humana: o acasalamento, a constituição de uma família, o cuidado com a prole, a fundação de um lar, a busca de amparo contra os perigos têm a presença do masculino como elemento, quando não indispensável, como ativo participante” (EPB, 2006, p.62).

No exercício da paternidade, o pai não pode se omitir quanto ao bom uso da autoridade. A autoridade é inerente à função de pai e importante instrumento de orientação quando aliada ao exemplo e à coerência. Seu exercício, que nada se assemelha ao autoritarismo (abuso da autoridade exercida de modo despótico e irrefletido) deve ser praticado com firmeza, equilíbrio e amor.

5º CÍRCULO: A maturidade dos pais na vivência familiar

OBJETIVO PRIMÁRIO: Levar os pais ou responsáveis a entenderem que a maturidade é um processo contínuo de aperfeiçoamento pessoal, cuja meta é o aprimoramento das relações intrafamiliares.

OBJETIVO SECUNDÁRIO: Levar os pais ou responsáveis a compreenderem que a sua maturidade será fator decisivo para que os filhos alcancem a sua própria maturidade e independência.

Maturidade é um processo não um “plateau”, um cume que se pode atingir. É um termo multiforme que engloba vários aspectos. Pode-se falar em maturidade física, intelectual, emocional, sexual, religiosa, moral, cívica. A vida é movimento, um constante nascer, crescer e morrer para renascer. A maturidade é um processo de evolução gradativa, baseado no desenvolvimento do conhecimento e da

sensibilidade. Isto pressupõe uma percepção ativa e sensível, capacidade de analisar, avaliar discernir, coragem de formular, e, se for o caso, reformular opiniões.

6º CÍRCULO: Ação educativa na infância, meninice e pré-adolescência

OBJETIVO: Conscientizar os pais de que o conhecimento das características que marcam cada etapa do desenvolvimento da personalidade dá condições de melhor compreender os filhos, e, com mais acerto, determinar a forma de agir.

A personalidade não nasce feita. Ela é a história de cada um, que é resultante de variáveis de natureza ambiental, somática e psíquica. O funcionamento psíquico envolve uma complexa interação entre elementos biológicos, psicológicos e sociais⁴⁰ (D'ANDREA, 1972).

7º CÍRCULO: Dificuldades para se educar

OBJETIVO: Analisar com os pais as dificuldades que se apresentam no dia-a-dia e mostrar caminhos para que aprendam a lidar com essas dificuldades.

Destacam-se, entre outras, as seguintes dificuldades, que são estudadas neste círculo: estabelecimento de limites, o ciúme entre irmãos, a falta de vontade de estudar, a influência da mídia, particularmente a televisão.⁴¹

8º CÍRCULO: Ação educativa na adolescência

OBJETIVO: Conhecer as características da adolescência e analisar as dificuldades, preocupações, dúvidas que os pais e adultos sentem no relacionamento com os adolescentes, e a partir daí, encontrar caminhos que ajudem a compreendê-los.

De saída uma constatação muito animadora que encoraja: a maioria dos adolescentes é saudável em termos psicológicos, sociais e físicos (CHARBONNEAU, 1973). A grande maioria não está nas drogas, não é violenta, não adota comportamentos sexuais de risco, não tem gravidez precoce, enfim, não está enquadrada em comportamentos negativos e prejudiciais à sua saúde física, mental, ou psicológica. Pais e adultos devem olhar para a adolescência como um tempo de riscos e de mudanças significativas.

⁴⁰ Ver no anexo: "Esquema de personalidade - infância e meninice".

⁴¹ Estes assuntos já foram explicitados na análise do livro "Educar um desafio" edição de 1988, p.90 desta dissertação.

9º CÍRCULO: Sexualidade humana

OBJETIVO: Mostrar que a educação sexual faz parte da educação global e de um projeto de vida fundamentado no amor.

Vive-se na atualidade um clima de erotização generalizada, uma banalização da sexualidade nos meios de comunicação e entre os jovens. O erotismo é uma atividade humana normal, porém o exercício da atividade sexual tem seu momento certo para se atingir o prazer do corpo e do coração e ser aliado do amor, da capacidade de dádiva de um ao outro.(GRUNSPUN, 1984, p.5).

10º CÍRCULO: Como marco o mundo com a minha presença

OBJETIVO: Levar os pais a compreenderem que sua presença no mundo deve ser comprometida com sua ação transformadora.

A presença do homem no mundo deixa marcas, se foram boas indicam que teve atitudes que beneficiaram as pessoas e provocaram mudanças positivas; se foram medíocres ou de omissão indicam que foi desperdiçado o tempo precioso que lhe foi confiado e que deveria ter sido mais bem aproveitado. Analisam-se, nesse círculo, cinco qualidades que tornam as pessoas realizadoras: auto-estima, visão, propósito, compromisso e contribuição.

Se não se vive de maneira consciente, autêntica, responsável e participativa, pode-se até ter sucesso, mas não se tem alegria porque lhe faltou a auto-estima.

5.2.2 Os congressos nacionais

A EPB já realizou, até 2011, quarenta e oito congressos nacionais, como já anteriormente mencionado. O Conselho de Educadores sempre escolheu o tema central com vistas ao atendimento de duas vertentes: o aprofundamento e atualização dos assuntos dos temários e uma abertura para novas visões de mundo, um olhar para as preocupações que as famílias contemporâneas têm em face de uma sociedade em constantes e rápidas transformações. Nessa perspectiva foram apresentados, entre outros, temas como: “Crescimento e Libertação” em 1972; “Valores em Transição” em 1973, e, na mesma linha de preocupação “Valores, que Valores?” em 1984 e “Valores que Permanecem, Valores que Amanhecem” em

2007. Em 1986 e 1987, consoante a época do término da ditadura militar, a redemocratização do país, e a preparação de uma nova constituição, que seria promulgada em 1988, a EPB realiza o 23º e o 24º congressos “Família, Liberdade e Participação” e “Que Família em que Brasil?”, respectivamente. A explosão dos jogos eletrônicos e a sua influência sobre os jovens, levou a realização, em 1998 do congresso “O Videogame da vida - Virtual ou Real?”. O problema do uso de drogas, cada vez mais preocupante, motivou o 19º congresso “Pais, Filhos e Tóxicos”, em 1982. A adolescência, preocupação sempre constante dos pais, seja por desconhecimento dessa idade, seja pelos perigos e seduções do mundo vistos através dos poderosos veículos de propaganda, mereceu a atenção da EPB nos congressos de 1966 “ Pais Atualizados, Adolescente Feliz”; “Adolescência” em 1976; “ Juventude Hoje, que Família Amanhã ?” em 1985; “Nutrir Sonhos e Aspirações, Alimentar Esperanças- Crianças e Adolescentes” em 1993 e, finalmente “Desafios da Família: Autonomia, Competência e Solidariedade” em 2006.

Nessa dissertação procura-se trazer o pensamento da EPB, através dos seus congressos, sobre os assuntos tratados nos capítulos anteriores: as mudanças da família na contemporaneidade, as permutas intergeracionais e, finalmente, a complexidade das relações intergeracionais nas famílias recompostas.

5.2.2.1 A família em transformação

A instituição família está sempre dentro da história e da sua atualidade (EPB, 1996). Não se pode condenar suas novidades ou suas novas maneiras de viver vida.

Ao tratar das mudanças na família contemporânea a EPB (1996) diz que, no sentido estrito a “família moderna” não existe. O que existe, de fato, é uma multiplicidade de formas familiares, fruto, por sua vez, da grande variedade de culturas que estão por baixo da formação histórica de um povo, o brasileiro, inclusive.

Frequentemente se pensa que no Brasil todos vivem o matrimônio e a família de acordo com os padrões europeus e católicos que moldaram no passado, e ainda hoje, as famílias brancas, de classe média, rural ou urbana. Esquece-se que existem outras maneiras associativas e organizativas do universo institucional e da dinâmica interna da família (VALLE, 1996, p.10).

Nos últimos 50 anos, com o crescimento das cidades e americanização do estilo de vida, foram disseminadas formas novas e divergentes de casamento, relações intersexuais e de família. Hoje fazem parte integrante do comportamento

familiar, tornando-o cada vez mais heterogêneo. O advento das redes de TV tiveram função determinante na difusão de tais modelos. Aí estão as novelas, onde as concepções e expectativas dos membros da família, a distribuição de papéis e tarefas, são muito diversas das que se encontram nas famílias surgidas das tradições mais antigas (VALLE, 1996).

Não se nega que a pós-modernidade existe e atinge com força, praticamente, todas as famílias impondo-lhes fundas transformações. Em que pese tudo isso, a mensagem da EPB, no congresso de 1995, coerente com a posição que emana de seus ensinamentos, é:

a história da família é cíclica. Recomeça em cada casal, em cada época, em cada geração. Cada família se apóia nas precedentes e precede as seguintes, isto é, cada família se apóia na resultante de todas as forças acumuladas no decorrer da vida das famílias anteriores, no caldo de cultura já existente, do qual apenas se serve para sustento de sua própria fragilidade (SIGAUD, 1996, p.7).

Com as transformações ocorridas na sociedade brasileira, a família sofreu mudanças consideráveis, desde a época em que o casamento era decidido pelo grupo familiar mais amplo (EPB,1988). A base do relacionamento matrimonial é, hoje, a atração existente entre os cônjuges, o núcleo familiar é mais restrito e mais independente em relação à parentela mais ampla.

Os processos de industrialização, urbanização e secularização da sociedade contribuíram significativamente para essas mudanças, como também para a perda de importância da família como grupo na sociedade como um todo e para sua instabilidade interna” (CAMPOS (1988, p.65).

Essa instabilidade é, muitas vezes, causa de separações, entre casais, que ocorrem frequentemente, e nem sempre com as mesmas consequências. Nas camadas mais pobres, a mulher fica com a responsabilidade do sustento dos filhos sem qualquer ajuda do ex-companheiro. Isto a leva a procurar outro companheiro, de cuja relação acabam nascendo outros filhos. Nota-se, pois, que se tornam cada vez mais freqüentes as famílias matrifocais, isto é, centradas nas mulheres. O que acontece com as crianças nascidas em tal situação? Certamente vivem privações não só físicas, mas sociais e psicológicas resultantes do fato dessas crianças nunca terem experimentado, ou só durante um tempo limitado, a totalidade do processo de interação na família (EPB,1988). Essas crianças, possivelmente, serão não só carentes, mas também poderão desenvolver uma imagem totalmente negativa da vida familiar que as impedirá, muitas vezes, de serem felizes no futuro. Em relação a esse aspecto, a EPB (1988) enfatiza que a socialização não será adequada nem

suprirá todas as necessidades do jovem, se a família, enquanto tal, não assumir esse papel. A família provê não somente o cuidado físico, mas também ensina às crianças a interpretação dos pais da realidade social circundante e é dentro da família que a personalidade da criança se desenvolve nos anos iniciais e formativos (CAMPOS, 1988). Sabe-se que quanto mais estável for a família, mais seguros os filhos se sentirão em casa. “A criança que vive à sombra de um lar desfeito é frequentemente perturbada por idas e vindas pelo mero fato de que as relações essenciais não são promovidas, ou foram quebradas e desfeitas numa época muito impressionável” (MORRISH, 1983, p. 188).

No congresso de 1987, Charbonneau falando sobre mudanças na família, indicava três modelos emergentes de organização familiar:

[...] o primeiro modelo é a família-fusão, cujos fundamentos são a intensidade da relação amorosa, resultado de uma vida comum pré-matrimonial; um longo período antes de o primeiro filho nascer; cada um faz o que quer e diz que faz. Essa família-fusão tem características positivas, como intensa solidariedade afetiva, profunda preocupação com o carinho, constante avaliação do casal sobre sua convivência. Entre os modelos emergentes, este é, atualmente, predominante.

O segundo modelo emergente é o família associação, caracterizada por ser constituída por um casamento sem vínculo jurídico e sem compromisso definitivo. As características da família-associação são as seguintes: elevadíssimo índice de divórcio, baixíssimo índice de nascimento, fim da distinção entre filho legítimo e ilegítimo⁴², triunfo do individualismo, ausência de projeto: a união segue o desenrolar dos acontecimentos.

O terceiro modelo é o da família-espontânea, que se forma a partir de um amor paixão, vivido em alta tensão e geralmente sem preparação alguma. Suas características são: a coabitação pura e simples, uma sensação de provisório, uma preocupação de autenticidade, bem ou mal entendida, total liberdade dos dois parceiros, partilha sistemática de todas as tarefas, recusa de qualquer legitimidade jurídica para o filho, tornando-se frequentemente numa situação monoparental (CHARBONNEAU, 1988, p.21-22).

Frente a tantas mudanças, a EPB, nesse congresso de 1987, trouxe uma mensagem de esperança:

Há um renascimento à vista e essa geração que sofreu por ter pais separados, essa geração que foi esmagada pelas paredes do lar que ruiu, essa geração construirá alguma coisa diferente do que foi a sua família. Será uma família nova, na qual se pode acreditar. Ela ultrapassará esse momento de crise para encontrar a felicidade (EPB, 1988, p. 23).

⁴² Pe Charbonneau falava em 1987 antes que a Constituição Federal que estava em elaboração determinasse legalmente o fim dessa distinção.

5.2.2.2 Permutas intergeracionais na família

A família tem uma vida singular, com tarefas específicas e uma missão que lhe é própria: a pessoalização do ser humano. Ser pai ou mãe é ser enviado à prática do amor, que se desdobra na vivência com os filhos. Viver o amor é ensinar aos filhos como se deve amar. O que provoca a missão é ter consciência de que aos pais foi confiada a tarefa de educar, de desenvolver e promover o crescimento dos filhos desde o seu nascimento (EPB, 1997). Nessa sua missão, a família está constantemente se analisando e reavaliando.

A família diante de si mesma enfrenta, justamente, essa atitude de julgamento, em que todos os seus componentes devem se deter e reexaminar, com cuidado e seriedade, possíveis erros e reajustes em suas atitudes. Estaremos vendo, assim, os familiares conscientes de suas funções enquanto família, executando uma autoanálise proveitosa e necessária (MIELNICK, 1997, p.26).

A família empreende um processo de se reeducar e autoeducar, no sentido de evoluir com o momento da civilização que se está atravessando.

Com o perigo real e imediato dos costumes, hábitos, religião, língua, enfim, dos valores espirituais que desejamos transmitir aos nossos filhos, sofrerem alterações que escapam ao nosso domínio e controle, devemos nos conscientizar, colocar a família “diante de si mesma”. A educação dos pais se funde com a educação dos filhos através do que todos trazem de fora, juntamente com os valores internos adquiridos em outros ambientes extrafamiliares (MIELNICK, 1997, p.28).

No congresso de 1997, a EPB destaca a necessidade de permanente reciclagem em quase todas as atividades humanas, de novos estudos de atualização para revisão e remontagem de conceitos. Diz Mielnick:

Devemos estar aptos e suficientemente liberados, a fim de podermos nos livrar de conceitos antiquados e abandonados na atualidade da ciência.

Além das influências inegáveis da transmissão genética de pendores, talentos, criatividade, raciocínio superativo e tantos outros, é preciso pensar na influência do ambiente familiar: valores, conceitos, situações específicas ao ser humano. Eles também estão sofrendo uma transformação visível e de grave importância para os familiares, tanto pais, irmãos, parentes e outros adultos significativos da casa, como para as crianças que se encontram sob esse impacto. Dentro dos conceitos estabelecidos pela EPB e das correntes psicológicas atualizadas, consideramos que os pais, participantes ativos da dinâmica de educação, podem, no momento importante da família “diante de si mesma” toma por base os seguintes conselhos: 1) permitir o desenvolvimento infantil com mais liberdade e restrição mínima; 2) reconhecer os defeitos próprios e corrigi-los; 3) aprender a ser mais tolerantes, porque é um novo aprendizado demorado, delicado e difícil (MIELNICK 1997, p.29).

A EPB (1997) exorta a confiança que os pais precisam ter no seu trabalho educativo, sabendo esperar com paciência e tolerância os resultados dessa

educação. Todos os conselhos e atitudes ensinados às crianças, irão florescer a seu tempo. Pais inseguros só podem transmitir dúvidas e fraquezas aos seus filhos. Ter confiança no que fazem e saber esperar. A recompensa dessa educação virá: os filhos, certamente, terão um caminho íntegro, uma personalidade plenamente realizada, um temperamento equilibrado e entrosado.

Ao se debruçar sobre si, a família se interroga que fatores têm contribuído para tantas transformações nas relações intergeracionais. Ao lado dos fatores externos: sociedade em rápida transformação, globalização das comunicações que tornam as pessoas muito iguais e sem senso crítico para escolhas que não sejam uma repetição do que todos fazem em todo mundo, há alterações que, ainda que não sejam tão evidentes, estão deixando marcas profundas no modo de agir da família. Já de si multifacetada, a família da pós-modernidade tem uma singular característica oriunda do envelhecimento da população. A longevidade dos atores familiares tem muito contribuído para modificações nos seus comportamentos.

Hoje em dia, nesses tempos de valorização da juventude, a terceira idade se destaca por não mais se conformar com papéis coadjuvantes de menor expressão. Os “avós modernos” fazem questão de ter vida autônoma: sabem se ocupar, têm programas próprios e querem (e podem) ser felizes por si mesmos. Não é que seu amor e dedicação aos filhos e netos tenham desaparecido no sorvedouro do individualismo. Os avós de hoje querem e têm condições de ter sua própria vida, necessitam manter vivos seus canais de contato e apoio- mútuo, por sinal, com seus filhos e netos.

No congresso de 2005, a EPB indagava: há plausibilidade em se reivindicar e cultivar um papel pedagógico ativo da geração mais idosa na educação da família hoje? Estariam os adolescentes e os jovens adultos de nossos dias, cheios de modismos juvenis, abertos a um diálogo pedagógico com seus avós? Em que campos de influência dos avós poderia estar se dando de forma positiva? Em que outros ele é pouco provável? Como favorecer e implementar um possível intercâmbio de experiências entre as gerações? Que complementação deveria existir na ação dos pais e avós para impedir intrusões prejudiciais? Quando iniciar e como dar sequência ao diálogo intergeracional, respeitando atribuições e espaços tanto dos pais e avós quanto dos netos em sua caminhada individual rumo à idade adulta? (EPB, 2006). A resposta a essas indagações vai no sentido de uma

valorização da contribuição que o diálogo intergeracional pode ter na educação dos mais jovens. Embora as situações e possibilidades variem de família a família, tem-se a firme convicção de que a interação educativa entre as três gerações traz benefícios para cada uma delas.

A condição para uma aprendizagem que beneficie a todos é que exista uma verdadeira convivência e intimidade entre as várias gerações e que, ao lado de uma visão partilhada, embora autônoma, os pais e os avós saibam criar uma prática pedagógica dialogal em que cada parte possa exercer seu papel em consonância com o da outra parte. Daí essa tese pedagógica que a EPB propõe e defende: pode decorrer uma melhora de vida da família como um todo e de cada um em sua individualidade. Nenhuma outra instância social (nem a EPB, nem a Igreja, nem a assistência psicológica, nem uma boa escola), por importante e útil que possa ser, poderá substituir à altura os benefícios que uma família traz a si mesma quando cria condições de um válido diálogo em seu próprio seio. A experiência mostra que onde existe essa prática dialogal e interdependente há, simultaneamente, um potenciamento na capacidade de os membros da família maior se educarem mutuamente, de cada um saber agir de maneira ativa e proativa na tensão hoje existente entre o vivido em uma família educacionalmente madura e o experimentado nos ambientes externos com os quais cada membro da família precisa se envolver para poder se inserir de forma adulta na sociedade e na cultura (VALLE, 2006, p.13).

Os avós podem e devem acompanhar a evolução dos seus netos, não apenas orientando como também aprendendo. Seria um pecado de omissão pedagógica não oferecer aos netos e aos seus próprios filhos as lições aprendidas por eles no passado. E, por outro lado, seria uma perda para eles próprios não gozarem da oportunidade de crescer no convívio com seus netos e bisnetos. A esperança desses avós (e bisavós) é que também seus filhos e netos os possam perceber como pessoas que têm uma colaboração específica a dar no crescimento do bem estar dos que eles mais amam, mesmo sabendo que outra é a época e outras as condições culturais (EPB, 2006). Os “avós jovens” têm consciência de que, para poderem ser educadores, é indispensável criar um diálogo bem respeitoso e realista entre as partes envolvidas. Sem uma reflexão mais aprofundada sobre o que poderia ser uma “convivência educativa intergeracional” torna-se difícil um entendimento construtivo entre as partes. Neste sentido “convivência” tem tudo a ver com “intimidade”, com relacionamentos interpessoais baseados na aceitação, na confiança e no apoio mútuo. Aponta para uma visão do grupo familiar no qual se cultivam e se partilham as coisas boas e ruins, as alegrias e as dificuldades. “ A ênfase é posta no carinho que cada membro da família dá ao outro, na certeza de que poderá contar com sua presença em um mundo que se torna cada vez mais centrado em interesses parciais” (VALLE, 2006, p.19).

A convivência intrafamiliar, onde estão se relacionando avós, pais, netos, em face aos ambientes externos permissivos, onde se destaca uma sociedade de consumo na qual a satisfação imediata do desejo de cada um é o grande critério para a realização pessoal (individualismo), traz um embate que, cada vez mais, se torna conflituoso. É uma tensão permanente entre o “ambiente” que se gostaria existisse no seio da família e esses “ambientes externos” carregados de apelos que poluem o ambiente da família e sobre os quais ela tem um controle apenas indireto e limitado. (EPB, 2006). Assim como as gerações mais velhas- dos avós e dos pais- conseguiram viver, conviver e sobreviver a esse ambiente de desregramentos culturais e sociais das épocas nas quais tiveram que viver, assim as gerações jovens e as crianças de hoje poderão se desenvolver com boa capacidade de resistência e defesa nos ambientes carregados de desafios de hoje. A condição (EPB, 2006) para tanto parece clara: as crianças e jovens de hoje precisam encontrar em suas famílias um ambiente no qual se cultivam relações interpessoais saudáveis e se estabelecem formas humanizadas de convivência. Em tal contexto é perfeitamente possível formar-se uma personalidade à altura dos desafios e possibilidades que as gerações do futuro terão que enfrentar em um mundo bem distinto daquele que foi dos seus pais. “ caminho melhor poderia existir que o de uma boa convivência e diálogo entre as três gerações que normalmente existem em cada família: os avós(inclusive bisavós) de diversas idades?” (VALLE, 2006, p.21).

Todas as gerações - e não só os jovens- vivem em uma só e mesma sociedade e cultura. Todas, cada qual à sua maneira, experimentam a perplexidade gerada pela chamada pós-modernidade. Diz Valle:

A derrocada do mundo socialista, os vazios gritantes do neoliberalismo e a dificuldade que as religiões encontram para voltar a serem “dadoras de sentido último” fazem com que os jovens se sintam especialmente inseguros e em busca de algo. É exatamente aqui que o diálogo intergeracional tem sua grande função, uma função que nós mais velhos só poderemos exercer se tivermos lucidez ante o que está acontecendo e humildade para reconhecer que não sabemos tudo, mas sabemos que a vida tem um sentido maior que não pode ser perdido (VALLE, 2006, p.25).

No diálogo que as gerações que convivem na família hoje devem procurar cultivar em seu seio, cada um tem uma colaboração a dar. Dessa troca, sedimentada pelo afeto e a mútua confiança é que sairá a família do futuro.

5.2.2.3 Famílias recompostas, complexidade dos vínculos

São limitados os estudos da EPB sobre as famílias recompostas após a primeira separação do casal, com ou sem filhos. Uma das poucas abordagens está no 34º Congresso Nacional em 1997 sob o tema geral “Família, construção e reconstrução”.

A separação de um casal de primeiro casamento é sempre um processo traumático que leva a constantes discussões, causando nos filhos conflitos de lealdade, sensação de abandono, destruição de figuras de pai, mãe, homem e mulher. As perdas facilitam o aparecimento de patologias que, às vezes, necessitam de ajuda profissional, a fim de transformar esse quadro em processo menos destrutivo para todos (EPB,1998). Essa sensação de destruição é real porque anteriormente existia uma construção de realidade familiar e esta foi destruída. Nesse período ainda não se construiu outra realidade, causando muito sofrimento, insegurança, frustração impotência e baixa autoestima, gerando medo e desesperança. Quanto mais for possível a convivência com o luto desse período, maiores condições para a formação de uma nova realidade familiar. Após a separação normalmente vem a fase que Levy (1998) chama de acomodação: diminuição de pontos nevrálgicos a serem negociados, a recuperação gradual da auto-estima, da competência e da diminuição do sofrimento.

A desfocalização do luto pelas perdas sofridas e o sentimento de maior estabilidade no novo momento, promovem o aparecimento de maiores investimentos na construção familiar e individual, principalmente na área social. O processo de divórcio psíquico inicia-se nas primeiras fantasias sobre a possibilidade de romper o vínculo matrimonial e termina quando se inicia o movimento de construção individual. Nesta fase é comum o recasamento (LEVY, 1998, p.103).

Há definição de novos comportamentos e papéis instrumentais e emocionais, onde a família passa a funcionar com dois progenitores quando existe apenas um. É um momento de incerteza com o futuro, pois ainda não definido pelos cônjuges em litígio qual será o rumo que irão tomar. Ao se decidir por um novo casamento, não se pode deixar de avaliar as novas responsabilidades, não só com a nova família, como com aquela da qual se está separando. Assim como o primeiro casamento, que teve o seu ciclo vital rompido, significa a união de duas famílias, um segundo casamento envolve entrelaçamento de três, quatro ou mais famílias. Ao pensar sistemicamente,

percebem-se vários sistemas entrelaçados e a complexidade dessa situação. Cada subsistema carrega sua história, seus mitos e suas crenças. No recasamento esses subsistemas se entrelaçarão, formando um novo sistema que deverá construir uma realidade onde exista espaço para todas as histórias.

Nossa cultura não possui ainda padrões rituais estabelecidos para ajudar a manejar situações com novas estruturas familiares. Em termos de parentes e o oferecido pela sociedade como madrasta e padrasto, as conotações negativas aumentam as dificuldades para famílias que estão passando por esta vivência. Muitas dificuldades no recasamento vêm através da tentativa de utilizar normas, funções, ou seja, o padrão do primeiro casamento. Esta tentativa de copiar modelos de família “intactas” pode provocar muitas frustrações, uma vez que nas novas famílias não se pode negar uma história anterior de vida do novo casal (LEVY, 1998, p.104-105).

O fato de que nas famílias reconstituídas o vínculo parental antecede o vínculo conjugal, frequentemente madrastas e padrastos podem competir com seus enteados como se os relacionamentos fossem do mesmo nível. Os tradicionais papéis relacionados a gênero, exigindo que as mulheres assumam a responsabilidade pelo bem estar emocional da família, colocam a madrasta e a enteada em posições antagônicas e a ex-esposa com a atual em situações adversárias, especialmente com relação aos filhos (CASTILHO, 1995).

O Grupo de Interesse “Novas estruturas da família pós-divórcio” do 34º Congresso Nacional da EPB, em 1997, trouxe as seguintes conclusões:

Um novo modelo de família requer, em primeiro lugar, fronteiras permeáveis, permitindo aos filhos ir e vir facilmente conforme combinado nos acordos. Em segundo lugar, a aceitação das responsabilidades de maternidade e paternidade, ou seja, a reconstrução da hierarquia dentro do sistema. Em terceiro lugar, é importante não haver rigidez quanto a tarefas domésticas, pois a família precisará que trabalhem dentro e fora de casa. Num recasamento padrastos e madrastas devem ter relacionamentos parecidos com padrinhos, madrinhas, tios e tias. Não devem tentar excluir ou combater a influência dos pais biológicos (EPB, LEVY, 1998, p.105).

Na família reconstituída não é fácil a situação do padrasto e madrasta. Muitas vezes se sentem explorados e perturbados com os filhos dos cônjuges, principalmente quando são adolescentes. Sentem-se excluídos e precisam lidar com o fato de que a parceria de co-maternidade ou co-paternidade é vivida muito mais com o ex-marido ou com a ex-mulher do que com o esposo ou a esposa atual.

Infelizmente, a intimidade instantânea que as famílias recasadas esperam de si mesmas não é possível. Os novos relacionamentos são mais difíceis de negociar, uma vez que já existe um passado. Ter paciência para tolerar a ambiguidade da situação, conceder espaço e tempo para sentimentos do passado é crucial. Estar

muito atento a fronteiras, limites e muita flexibilidade são ingredientes importantes na construção da nova família (LEVY, 1998).

Nas famílias reconstituídas há mais dificuldades para ajustar-se quando existem vários meninos(as) de ambos os progenitores na mesma casa, vindos de pais biológicos diferentes e crianças resultantes do novo recasamento (MATHIS, 1998). Novas fronteiras nesse sistema irão aparecer na concepção do filho que começa a questionar quem são os verdadeiros membros da família, qual seu espaço, quem está no comando, na disciplina, nas decisões, nos limites. Esses parâmetros são importantes para os jovens, pois eles buscam “interpretar” a situação que melhor lhes convém em relação ao seu “status” do momento. Por fim, vê-se que existem muitas combinações entre novos pais, novas mães, filhos e filhas de um lado, filhos e filhas de outro e novas crianças. É uma teia de complexos relacionamentos a exigir elevados graus de discernimento e boa vontade.

6. CONCLUSÃO

A presente dissertação pretendeu, consoante seu objetivo, “analisar as relações intergeracionais na família contemporânea e suas implicações nos ensinamentos da Escola de Pais do Brasil”.

As mudanças sócio-culturais da pós-modernidade trouxeram consequências marcantes na organização da sociedade. Os movimentos de emancipação da mulher, a mundialização das comunicações, a expansão do sistema capitalista com seus tentáculos em praticamente todo mundo ocidental, trouxeram profundas e rápidas transformações em praticamente todos os setores da vida moderna. A família não ficou à margem dessas transformações. Tem sofrido nos últimos tempos mudanças significativas que a levaram ao afastamento do tradicional modelo de família patriarcal que já não atende aos anseios da sociedade. Esse modelo centralizador que tem no pai o senhor inquestionável da organização familiar, hierarquizado, autoritário e prepotente, tem dado lugar a novos comportamentos onde a liberdade, a autonomia, a igualdade entre seus membros têm contribuído para a formação de uma família mais igualitária e mais solidária.

Essas transformações, todavia, não se têm operado de forma paulatina e serena. A rapidez com que têm ocorrido deixam os atores perplexos e, muitas vezes sem referencial de comportamento. Pensou-se, no passado que, talvez, a família não mais fosse necessária. Contudo, por força mesmo de sua origem, como se viu na introdução dessa dissertação, a família calcada na necessidade gregária do homem e da função geratriz na sociedade, tem mantido o seu sentido de perenidade. Por isso mesmo, a cada abalo, tende a adaptar-se à própria evolução social. Assim, com novos modelos e roupagens, a família consegue recuperar o seu espaço e sua importância. Para tanto ela se utiliza de mecanismos de defesa que a revigoram. Aí estão a ação das igrejas, do estado e de inúmeras organizações sociais. Dentre essas instituições, a EPB se insere com uma atuação já de 49 anos de existência.

Ao se analisarem as transformações porque tem passado a família, perpassaram-se diversos aspectos que, não sendo os únicos, aqui mereceram um exame mais detalhado:

1) Os novos conceitos da família contemporânea trazem uma luz sobre as transformações que ora se assiste. Enquanto no passado as famílias tradicionais eram orientadas por aspectos de obediência ao pai, que a exigia sem contestação, os casamentos eram feitos em atendimento, principalmente para atender aos interesses do clã, sobretudo os de ordem econômica e política, hoje a base das uniões é o amor, o afeto. Desse modo a dinâmica familiar se baseia nos princípios da plena reciprocidade entre os gêneros, da liberdade e responsabilidade.

2) A melhoria dos meios de assistência à saúde das populações, com as vacinações em massa, os controles das epidemias, o tratamento da água e esgoto, a maior sensibilidade à preservação do meio ambiente tem contribuído, de modo marcante, para uma melhor qualidade de vida e o seu conseqüente prolongamento. Neste aspecto destaca-se a longevidade como um fenômeno atual de relevância para o modo de ser da família. Os avós que, antigamente, eram uma figura de segundo plano ou mesmo um peso na estrutura familiar, hoje têm uma importância não só social como, até econômica. A longevidade dos avós, sua higidez, sua preocupação com o físico e a saúde (bem em sintonia com o culto à juventude dos dias atuais) tem contribuído para que a convivência de várias gerações no seio das famílias não seja mais um fato de chamar atenção. Os “jovens avós” participam, cada vez mais, da vida social, afetiva e econômica das famílias, contribuindo com sua experiência para uma melhor integração do núcleo familiar. A velhice não mais é considerada uma fase da vida, mas uma forma de viver.

Os avós podem cuidar, transmitir informações culturais, resgatadas de suas memórias e conhecimentos adquiridos através da experiência. Destaca-se que, como conseqüência de um período maior de vida, há mudanças nos laços intergeracionais e até no significado do papel a ser desempenhado na relação, devido à possibilidade de maior convivência entre as gerações.

3) Viu-se que as uniões matrimoniais são hoje ditadas pelo amor, pelo afeto e não subsistem quando esse sentimento desaparece. Como conseqüência da facilidade do rompimento dos vínculos, as relações dos casais vão se tornando cada vez mais frágeis. Cresce o número dos divórcios, mas pela rejeição do ser humano de viver só, cresce também o número das novas uniões, formais ou informais. As desuniões havidas na família têm gerado uma pluralidade de trajetórias, familiares e individuais, que integram, de forma crescente, as configurações familiares

recompostas. As novas uniões formam uma teia de relações complexas que geram um emaranhado de parentesco social com as mais diversas situações. A posição de padrastos, madrastas, enteados, avós sociais tornam os relacionamentos nas famílias recompostas de difícil absorção o que exige, para o equilíbrio dessas famílias, grande dose de discernimento, paciência, boa vontade e maturidade.

4) Dentre as instituições que se dedicam a orientação dos pais, no sentido de melhor educarem seus filhos, escolheu-se para essa dissertação o trabalho da Escola de Pais do Brasil- EPB. Consoante sua missão “Ajudar pais, futuros pais e agentes educadores a formar verdadeiros cidadãos”, ela está engajada na tarefa de atuar junto à família para ajudá-la a cumprir sua função como unidade estrutural da sociedade e como instrumento basilar da educação da criatura humana.

A EPB atua através de reuniões com pais e mães reunidos em colégios, paróquias, condomínios, centros comunitários etc. Seu trabalho de orientação se dá por meio de círculos de debates onde são abordados os problemas mais comuns com que os pais se defrontam no seu dia-a-dia de educadores.

É um trabalho voluntário, sem vinculação religiosa ou política. Podem participar pais de qualquer raça credo, condição social e cultural. Os ensinamentos da EPB são divulgados através dos manuais de orientação aos casais coordenadores dos trabalhos e dos congressos nacionais anuais que servem para aprofundar e atualizar os temas de interesse das famílias..

Ao repassar todos os círculos de debates e os congressos cujos temas mais de perto interessavam a essa dissertação, algumas conclusões podem ser tiradas:

4.1 - A EPB tem uma filosofia nítida, concreta e indisfarçável. Sem ser confessional, é cristã, apóia a família estruturada, mostra os efeitos danosos da separação dos pais, da indisciplina, do descontrole sexual, da falta de amor.

4.2 - É uma entidade conservadora, mas não é fechada. Sem abdicar de seus princípios, é aberta às inovações, às mudanças.

4.3 - A EPB desenvolve um trabalho preventivo, profilático. Não terapêutico, o que é função de especialistas. Assim, procura prevenir problemas nas áreas familiar, sexual e escolar face às mudanças em curso na sociedade (BARROS, 1997).

Os objetivos da EPB, explicitados nas obras citadas, chama a atenção para a necessidade de contribuir para a formação de jovens críticos que precisarão desaprender no futuro tudo aquilo que não tiver mais sentido, tornando-se, portanto, capazes de selecionar o que lhes interessa, de escolher, de antecipar o futuro. É nessa perspectiva, que se chama a atenção para as novas condições de vida e para a necessidade de refletir, a fim de buscar soluções para os problemas emergentes. A família não é um sistema autônomo do sistema social mais amplo e não pode, por isso, ser analisada isoladamente do seu contexto.

A EPB atingiu, de início, principalmente famílias da classe média, tanto no que se refere aos casais líderes, como aos casais participantes dos círculos. Os princípios e os ideais propostos também refletiam a ideologia das camadas médias. Hoje há, certamente, uma ampliação, e cada vez mais círculos atingem as camadas populares, funcionando em escolas de bairros mais distantes e até periferias. A consequência disso é a necessidade de se estenderem os estudos no sentido de que a linguagem utilizada possa ter ressonância entre as populações mais carentes e, principalmente, para que possam ser consideradas as situações anômalas das famílias surgidas (CAMPOS, 1988).

Finalmente, a contribuição que a EPB pode e deve prestar coloca-se no plano de uma reflexão sobre como se pode tentar reduzir proporcionalmente o número das famílias matrifocais e como se pode ajudar as mães que educam sozinhas seus filhos a compreenderem suas limitações e as superarem da melhor forma possível. Não foi sem razão que, nos seus congressos, a EPB tem procurado ampliar o quadro dentro do qual se deve discutir a tarefa dos pais conscientes do que acontece dentro da família e dentro da sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. F.; CARVALHO, V. A. M. L. E. **Aspectos sócio-históricos e psicológicos da velhice**. Mneme - Revista de Humanidades, UFRN, v. 06, n. dez-jan, p. 01-12, 2005.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: EDUNB, 1985.

BARRETO, J. **Aspectos psicológicos do envelhecimento**. Psicologia, 6(2), 1988, p.159-170.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHENCK, D. B.; SCHNEIDER, E. J.. **Educação e Afeto: uma ligação necessária**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v.2, n.6, jul./set. 2004. Disponível em <<http://veterinariosnodiva.com.br/books/educacao-e-afeto.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

BERGE, A. **A liberdade na educação**. Rio de Janeiro, Agir, 1968

BILAC, E. D. . **Família: algumas inquietações**. In CARVALHO, Maria do Carmo

BOTH, A. **Gerontologia: Educação e longevidade**. Passo Fundo -RGS- Imperial, 1999.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003

BRANCO, C.C. - **Introdução à Revolução de 1964, Tomo 2 - A Queda de João Goulart**, Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada no dia 5 de

outubro de 1988. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Estatuto do Idoso.** 2003. Disponível em:<
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/idoso.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2011.

CAMPOS, M.C.S.S. **Família e sociedade brasileira na perspectiva da Escola de Pais.** In Anais do 24º Congresso da EPB, São Paulo, Dag, 1988.

CARVALHO, M.C.B. (org) **A família contemporânea em debate.** São Paulo, Cortez, 2002.

CASCAIS, J. G. . **Aspectos gerontológicos e geriátricos do senescer.** 2009.
Disponível
http://Geri%C3%A1tricosdoSenescer.pdf?attachauth=ANoY7cp9hURd4cZI8iDFfymkl_dwrlp

CASTILHO, T. **Família e relacionamento de gerações,** Painel do Congresso Internacional Educação de Gerações. SESC, São Paulo, outubro 2003.

CELLARD, A. **A Análise documental,** in: Poupart, J. ET AL **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** . Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARBONNEAU, P.E. **Amor e Liberdade.** São Paulo, Herder, 1968

_____. **Educar- Diálogo de Gerações.** São Paulo, Pedagógica e Universitária Ltda, 1973.

_____. **Educação Sexual.** Pedagógica e Universitária Ltda., São Paulo, 1979.

_____. **Adolescência e Liberdade.** São Paulo, Pedagógica e Universitária Ltda. 1980 .Anais do 24º Congresso da EPB, São Paulo, DAG, 1988.

_____. **A família brasileira de amanhã.** In Anais do 24º congresso nacional, São Paulo. DAG, 1988.

CHERLIN, A. J.;FURSTENBERG JR, F. **Stepfamilies in the United States: a reconsideration.** Annual Review of Sociology, nº 20,p.359-381, 1994.

CHUCHARD, P. **Necessidade de amor. São Paulo, Herder, 1967.**

CORRULLÓN, M. B. **Trabalho Voluntário** - Conselho da Comunidade Solidária, 1996.

COSTA, F. G; CAMPOS, P. H. F. **Práticas institucionais e representações da exclusão na terceira idade.** In Campos, P. H. F; Loureiro, M. C. S. (orgs.). **Representações sociais e práticas educativas.** Goiânia-GO: Educ., 2003.

COUTINHO, A. - **Nossa Experiência com os Casais Líderes da Escola de Pais de Salvador** - in Revista Escola de Pais, nº 2, p.25, 1979. Publicação da EPB-SSA.

COUTINHO, M. P.L. **Depressão infantil:** uma abordagem psicossocial. João Pessoa-PB, EdUFPB, 2001.

CRESCENZO, L. de. **História da Filosofia grega:** a partir de Sócrates. Lisboa: Presença, 2000.

CUTSEN, C. **Família recomposta. Entre o desafio e a incerteza.** Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

D' ANDREA, F. F. **Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico.** Rio de Janeiro, 12ª edição, Bertrand Brasil, 1996.

D' ÁVILA NETO, M. J. **Mulher: cultura e subjetividade.** Coletâneas da Anppep- nº 7, p.11-24. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

DAL RIO, M. C. **O trabalho voluntário- uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado.** São Paulo: Editora SENAC, 2004.

DATASUS 2009. **População de idosos no Brasil.** Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso 15 ago. 2011.

DOLL, J, *et al.* **Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. Estudos interdisciplinares do envelhecimento.** Porto Alegre, v. 12, p. 07-33, 2007.

DONATI, PP. **A família no sec. XXI - abordagem relacional.** São Paulo: Paulinas, 2008

DORIA, C.M.S. **Educando nossos filhos.** São Paulo, Sedes Sapientiae, 1968

DUARTE, A. **Ensaio crítico: Poder e violência no pensamento crítico de Hanna Arendt.** Rio de Janeiro: Dumará, 1994.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ENGLISH, J. **What Do Grown Children Owe Their Parents?** In *Aging and Ethics: Philosophical Problems in Gerontology.* Edited by Nancy S. Jecker. Clifton, N.J.: Humana, 1991.

EPB - **Educar, um Desafio.** São Paulo, DAG, 1988.

_____. **Educar, uma Opção.** São Paulo, DAG, 1991.

_____. **Educar, uma Tarefa.** São Paulo, Loyola, 1998.

_____. **Educar, um desafio.** São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Anais do 21º Congresso Nacional “Maturidade e Relacionamento”**, São Paulo, Tribuna de Santos, 1985.

_____. **Anais do 24º Congresso Nacional “ Que Família, em que Brasil? São Paulo, DAG,1988.**

_____. **Anais do 27º Congresso Nacional “Casamento & Casamentos”**. São Paulo, DAG, 1991.

_____. **Anais do 31º Congresso Nacional “O Poder da Família”**. São Paulo, DAG,1995.

_____. **Anais do 32º Congresso Nacional “A família e sua atualidade”**. São Paulo, Marco, 1996.

_____. **Anais do 33º Congresso Nacional “Filhos Nascendo, Filhos Crescendo, Família Mudando”**. São Paulo, 1997.

_____. **Anais do 34º Congresso Nacional “Família, Construção e Reconstrução”**. São Paulo, Marco, 1998.

_____. **Anais do 42º Congresso Nacional “Meus Pais, Meus Filhos, Meus Netos: Convivência das Quatro Gerações”**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Anais do 46º Congresso Nacional “Família nos Tempos que Correm. Para Onde Vai?”** São Paulo, Fundação Bradesco, 2010.

FARIAS, C. C.. (Coord.). **Temas atuais de Direito e Processo de família**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. 1998,

www.scielo.br/scielophp?pid=s0102. Acesso em 15 de julho, 2011.

FOULCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Grall, 1993.

FREITAS, E. M. *et al.* **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: 28ª ed. Record, 1992.

GALLIANO, A. (Org) **O método científico**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986

GANONG, L. H., COLEMAN, M. **Do mutual children cement bonds in stepfamilies?** Journal of Marriage and the family, 50, 1988.

GASPARI, E. - **Ditadura Envergonhada** - São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODBOUT, J.T. **O espírito da dádiva**. Lisboa: Instituto Piaget-Divisão Editorial, 1997.

GOLDIM, J. R. **Bioética, Relações familiares e envelhecimento**. 2004. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/bioetica/velho.htm> > Acesso em: 02 ago. 2011.

GRUNSPUN, H **Autoridade dos Pais e Educação da Liberdade** São Paulo, Almed, 1983.

_____. e GRUNSPUN, F. **Assuntos de Família**. São Paulo, Kairós, 1984.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JECKER N. S. **Family relationships**. In: Reich WT. Encyclopedia of Bioethics. 2 ed. New York: Simon & Schuster Macmillan, 1995.

JURITSCH, M. **Sociologia da Paternidade**. Petrópolis, Vozes, 1978.

LENOIR, R. **Objeto Sociológico e Problema Social**. In CHAMPANHE, P. et al Iniciação à prática sociológica. Petrópolis, Vozes, p.59-106, 1998.

LÉVY STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

LEVY, S.J.F.A. **Novas estruturas da família pós-divórcio** in Anais do 34º Congresso da EPB, São Paulo, Marco, 1998.

LIMA, E. VIEGAS, P. H. **“A diversidade cultural do Envelhecimento: A construção social da velhice**, in ver. Psicologia, vol. VI, nº 2, 1988, p.49-158.

LOBO, C. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 59, 2009, p. 45-74.

LOBO, P. L. N. . **Do poder familiar**. Jus Navigandi.Teresina, a. 10, n. 1057, 2006. Disponível em:< <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8371>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

LOPES, A. **A Escola de Pais do Brasil** , São Paulo, Salesianas, 1971.

_____. **Uma Grande Experiência**. São Paulo, Salesianas, 1977.

_____. **Uma Grande Experiência- Vol. II** - São Paulo, Salesianas , 1981.

LOPES, E. S. L.- NERi, A. L. - PARK, M. B. **Ser avós ou ser pais: os papéis dos avós na sociedade contemporânea.**”Textos sobre o envelhecimento” vol.8, nº2 Rio de Janeiro: 2005. Em http://revista.unati.ufrj.br/scielo.php?script=sci_arttext&p Acesso em 19 de julho, 2011-12-01.

LOPES, M. I. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 4ª Ed p.134, 1999 Lumen Juris, 2008.

MARCASS, L. **A origem da família, da propriedade e do estado - Friedrich Engels**, publicada em 2006 in
[HTTP://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewf](http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewf) Acesso em 25/09/2011.

MARCONI, M. de A. - LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 5ª Ed rev. ampl. p.43-44, 2001.

MARQUES, C. L. S. - DIAS, J.F.S. - COSTA, V. R. P. **As relações intergeracionais: encontros ou conflitos?** In EF Deports.com. Revista Digital ano 15. nº 150, Buenos Aires, novembro, 2010 <http://www.efedeports.com> Acesso em 17/10/2011.

MARTINEZ, A.; DEL VALLE, A. **Teoria y política de la tercera edad**. Revista Universitária: Valencia, 2000.

MATHIS, R. **Família reconstruída: convivência dos filhos com novos irmãos e familiares adquiridos**. In Anais do 34º Congresso da EPB, São Paulo, Marco, 1998.

MATTA, J. E. - **Nossa experiência com os casais líderes da Escola de Pais de Salvador** - in Revista Escola de Pais, nº 2, p.25, 1979. Publicação da EPB- SSA .

MATTOS, A. **Educação médica em geriatria**. Medicina , Ano IV. N. 11. set./out. 2008.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Edições 70, 2008.

MELLO, M.A. **Voto na Adin 4277**, sessão do STF 05/05/2011, in [HTTP://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?op=true&cod.](http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?op=true&cod.) Acesso em 15/08/2011.

MELO, C. **Idem, idem.**

MIELNICK, I. **A Família diante de si mesma** in Anais do 33º Congresso da EPB, São Paulo, Marco, 1997.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOREIRA, M. M.. **Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais**. In **O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso**, org. Laura L. Rodríguez Wong. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG e ABEP, 2001.

MORGAN, L. A. **After marriage ends. Economic consequences for midlife women**. Londres: Sage Publications, 1991.

MORIN, Edgar. **Idéias contemporâneas**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2011.

MORRISH, I. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

MULDWORF, B. **La paternidad**. Madrid, Guadarrama, 1973.

NARVAZ, M. G. - KOLLER, S. H. **Famílias e patriarcado: da prevenção à subversão criativa**. [HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0102) Acesso em 22/09/2011.

NERI, A. L. **Qualidade de vida na idade madura**. Campinas: Papyrus, 1999.

NOBRE, L. F. **Terapia familiar**: uma visão sistêmica. In Py, L. A. et all. Grupo sobre grupo. Rio de Janeiro. Rocco, 1987.

OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física: fundamentos e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1998.

OLIVEIRA, R. C. S. **Velhice: teorias, conceitos e preconceitos**. A terceira idade. São Paulo: v. 13, nº. 25, ago. 2002.

OLIVEROS F.O.; ALTAREJOS, J. . **Os avós jovens**. Portal da família 2007. Disponível in: < <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo511.shtml> > Acesso em: 15 ago. 2011.

ONU **Resolução sobre a criação do Dia Internacional do Voluntário - 05 de dezembro** in <HTTP://www.iipc.org/voluntariado.php>.

PEREIRA, C. M. S. . **Instituições de Direito Civil**. Vol. V. Direito de Família. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PESSINI, L. **Envelhecimento humano**: Disponível em:< <http://www.pime.org.br/mundoemissao/mmsaudedesafios.htm>> Acesso em: 18 jul. 2011.

PETRINI, G. **Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história e da sociologia**. In <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini.01htm> Acesso em 15/7/2011.

_____. **Pós-modernidade e família: um itinerário de comportamento**. Bauru, São Paulo: ADUSD, 2003.

PIAGET, J. **Inteligência e afetividade**. Buenos Aires: Aique, 2001.

PICHON-RIVIERE, H. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POSTER, M. **Teoria Crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RIBEIRO, M. L. **30 Anos da Escola de Pais na Bahia**, in Revista Escola de Pais, SSA, vol.17, 1996, p.26.

RIBEIRO, R.M.F. **Adoção emocional em famílias de recasamento**. UFRJ - Eicos-
Dissertação de mestrado, 2005.

REIS, J.T. **Monografia “Trabalho Voluntário e Direitos Humanos”**, apresentada no curso de Aperfeiçoamento de Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos, PUC Minas Virtual, 2001.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar , 2003.

RUDIO, F. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petropolis: Vozes, 2001.

RUSCH, A. E. CASTRO, O.P. **O vínculo intergeracional: o velho, o jovem e o poder**. In Psicologia: reflexão e crítica vol.11 noº3 Porto Alegre, 1998.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=50.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. SãoPaulo: Brasiliense, 3ª Ed, 1986.

SANTOS, O. B. **Maturidade e normalidade**. In Anais do 21º Congresso da EPB, São Paulo, Tribuna de Santos, 1985.

_____. **Reflexão sobre a EPB: para onde vamos?** In Anais do 33º Congresso da EPB, São Paulo, Marco, 1997.

SANTROCK, J. W. SITTERLE K. **Parent-child relationships in stepmother families**, Nova York, Guilford, 1987.

SEGALEN, M.). **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SÊNECA, L. A. **Da tranqüilidade da alma**. Trad. Giulio Davide Leoni. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 2000.

SEVERINO, A. **Metodologia de trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1983

SIGAUD, H. **A família e sua atualidade** - apresentação do 32º Congresso da EPB, São Paulo, Marco, 1996.

SILVA, J. R. S.-ALMEIDA, C. D. - GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais ano 1, nº 1, julho 2009.

SINGLY, F. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SKIDMORE, T. **De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VALLE J. E. **Modernidade brasileira e família**. In Anais do 32º Congresso da EPB, São Paulo, Marco, 1996.

_____. **As quatro gerações - A família possível**. In Anais do 42º Congresso da EPB. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

VECCHIATTI, R. I. **Manual da homoafetividade**, 2008, São Paulo, Método.

VENOSA, S. S. . **Direito civil: direito de família**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VENTURA, Z. **1968 o ano que não terminou**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

VERAS, R. *et al.* **Gestão contemporânea em saúde: terceira idade**, Rio de Janeiro, Relume/Dumará, UnATI, 2002.

VIANA F^o, L. - **O Governo Castelo Branco** - Rio de Janeiro , José Olimpio, 1975.

VILELA, E. **Caminhos para uma geração saudável entre gerações**. 2009. Disponível em :< http://www2.uol.com.br/vyaestelar/saude_geracoes.htm> Acesso em: 12 ago. 2011.

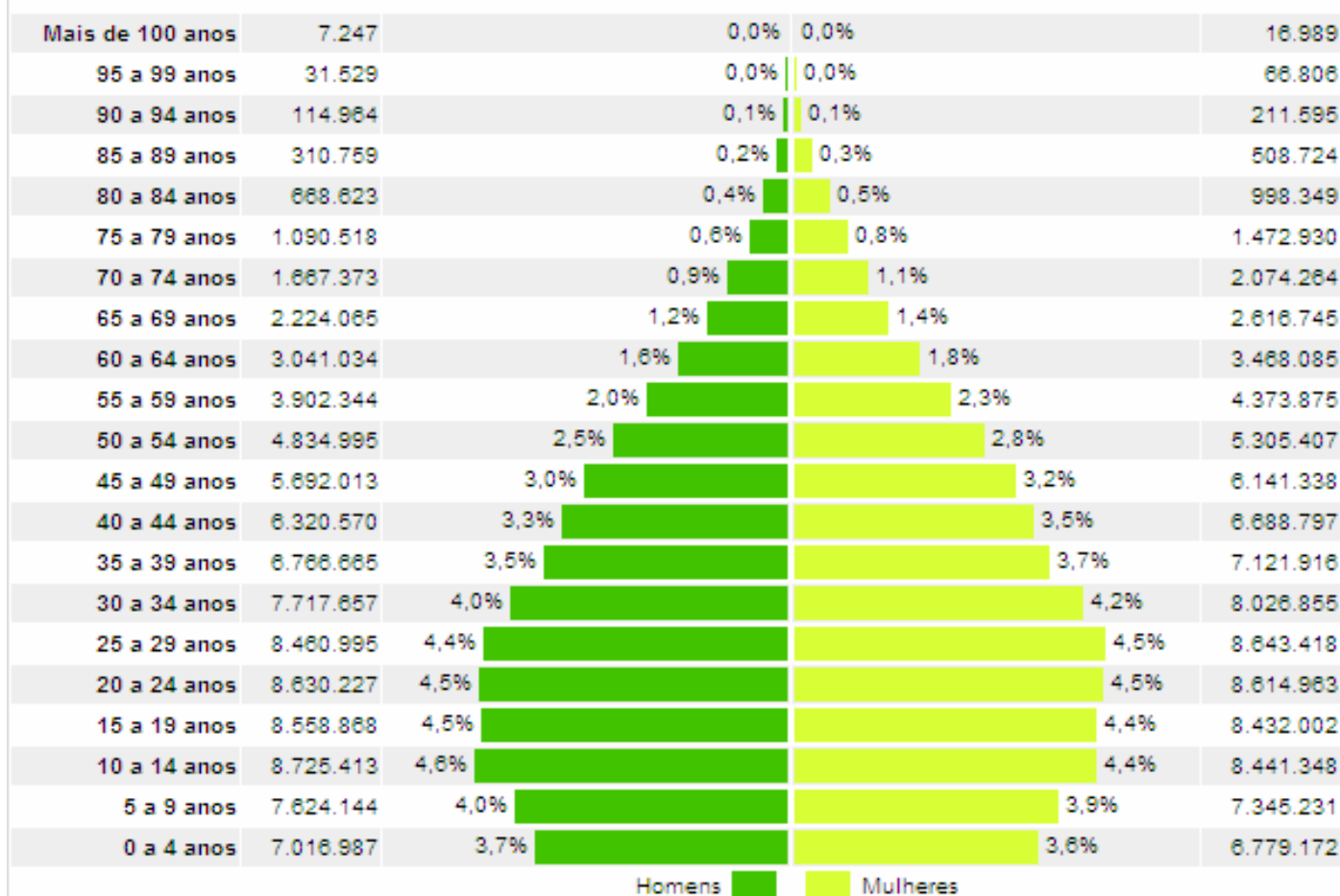
LISTA DE ANEXOS

- A - Sinopse dos resultados do censo de 2010 - IBGE
- B - Brasil- Pirâmide etária absoluta - IBGE - 2010
- C - Brasil- Pirâmide etária absoluta, projeção 2020 - IBGE
- D - Brasil- Pirâmide etária absoluta, projeção 2050 - IBGE
- E - Evolução da população total, segundo os censos do IBGE: 1950-2010
- F - Ata de fundação da EPB e seu primeiro estatuto - 1963
- G - Primeiro registro da EPB no Cartório de Títulos e Documentos - São Paulo
- H - Ata da Assembleia Geral da EPB de 1966
- I - Relação e localização das seccionais da EPB em 1990
- J - Relação e localização das seccionais da EPB em 2004
- K - Objeto primário do amor - OPA
- L - Esquema de personalidade - Infância e meninice
- M - Esquema de personalidade - adolescência
- N - Relação dos congressos nacionais e seminários internacionais
- O - Relação e localização das seccionais da EPB em 2011

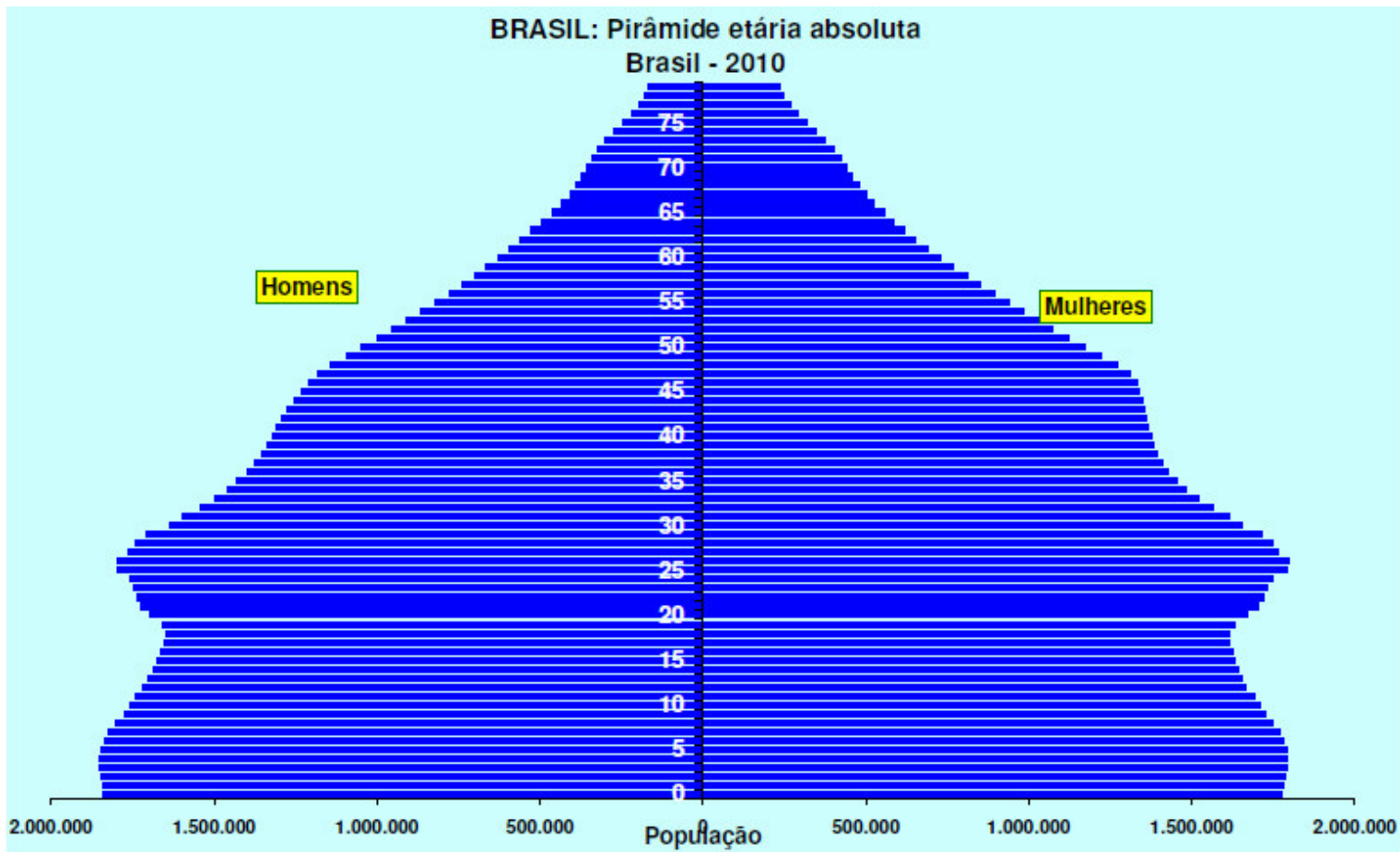
ANEXOS

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade

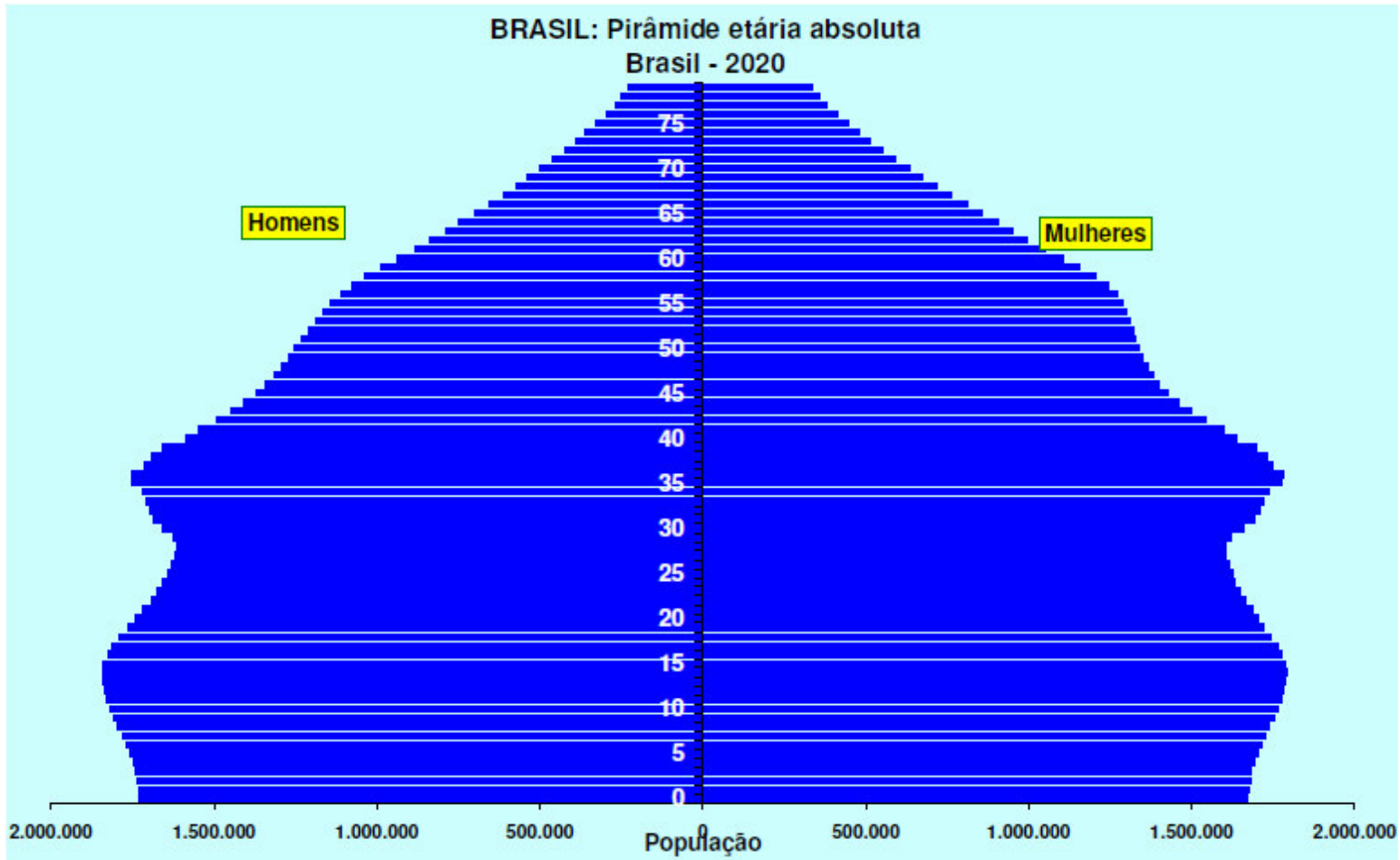
BRASIL - 2010



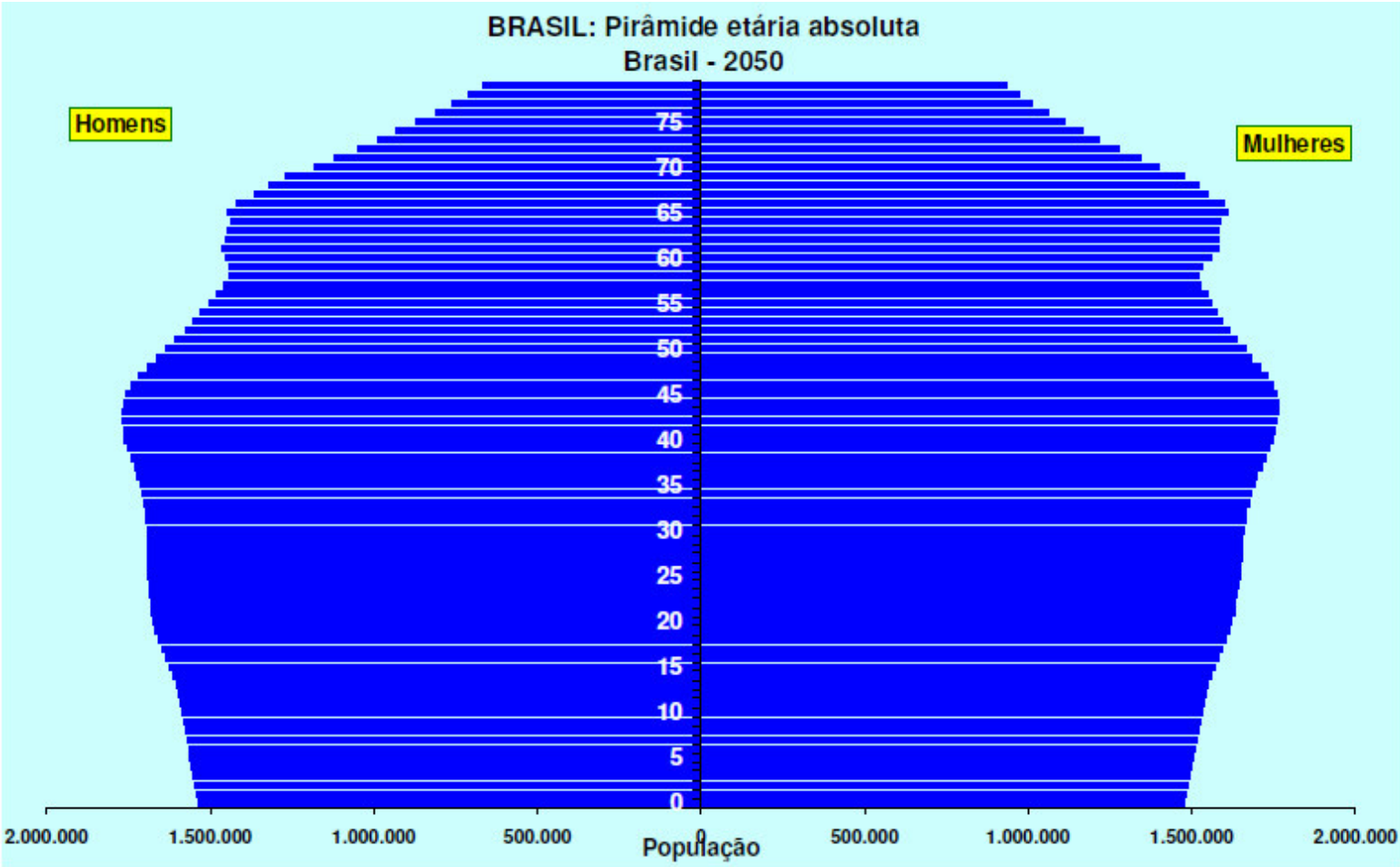
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais - http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=0



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais - <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pdf>

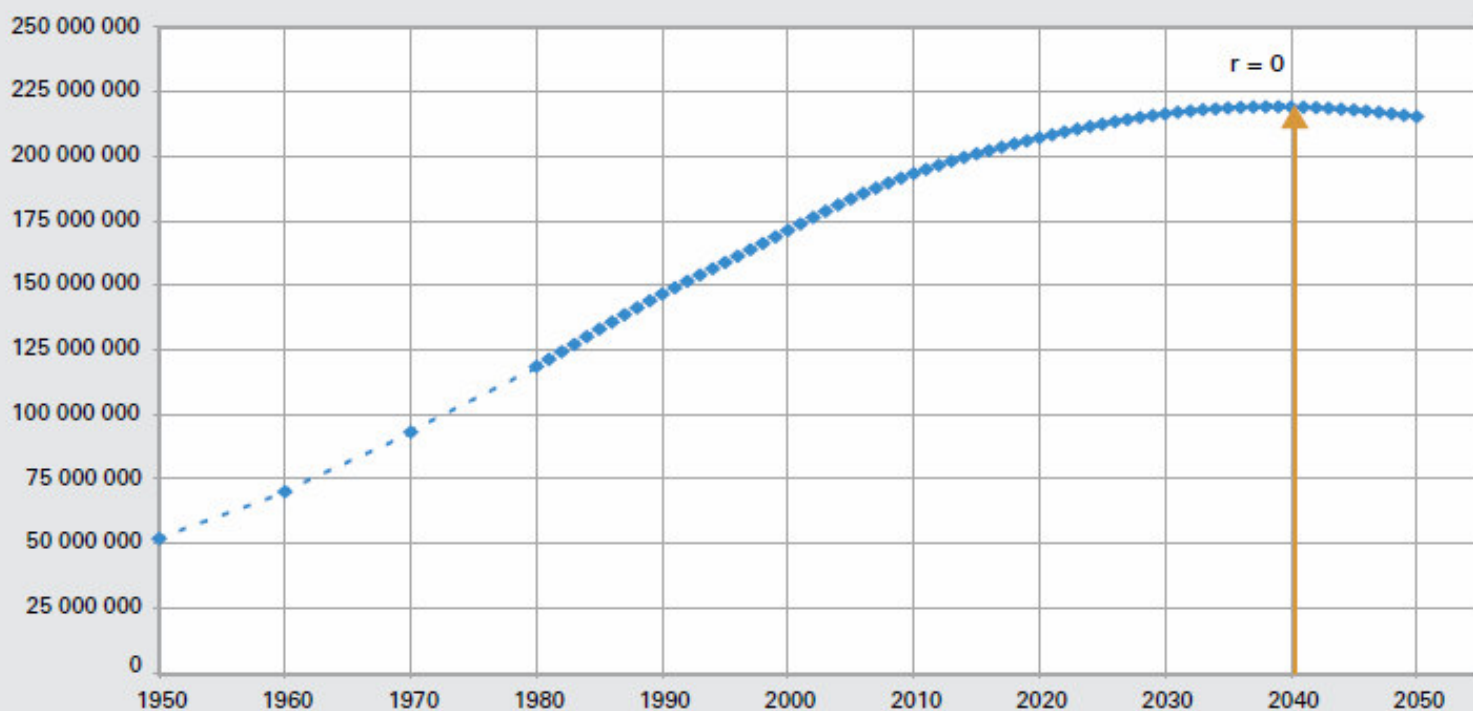


Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais - <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pdf>



Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais - <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pdf>

Gráfico 13 - Evolução da população total, segundo os censos demográficos e projeção Brasil - 1950/2050



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e três, no salão nobre do Colégio Madre Alix, na Rua Gabriel Monteiro da Silva, nº , nesta Capital, às vinte e trinta horas, realizou-se a Assembléia Geral pró Fundação da Escola de Pais. Por aclamação geral, foi escolhido para presidir os trabalhos, o casal Antonio Fernando Lopes, escolheu a mim, Fábio Leopoldo de Oliveira, para Secretário. Dando início aos trabalhos o Snr. Presidente constatou estarem presentes todos os casais organizadores da Sociedade, tendo explicado que a Assembléia fôra convocada para discutir e aprovar o projeto de Estatutos oferecido pela Comissao especialmente designada para elaborá-lo, com posta dos senhores: Francisco Papaterra Limonge Netto, Fábio Leopoldo de Oliveira e Milton Scalamandrê, tendo determinado a mim Secretário que procedesse à leitura do referido projeto, capítulo a capítulo, o que foi feito.

Discutidos, assim, todos os capítulos do projeto, o Snr. Presidente submeteu-o à votação. Verificou-se a unânime aprovação, pelo que o Snr. Presidente declarou aprovados os Estatutos da Escola de Pais, que tem o seguinte teor:-
Estatutos da Escola de Pais:

CAPÍTULO I

Constituição, Sede e Denominação da Sociedade

Artigo 1º Sob a denominação de Escola de Pais, fica criada, para duração por prazo indeterminado, uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede à fôro na Capital do Estado de Sao Paulo.

§ Único - Essa Sociedade se regerá pelos presentes Estatutos e pelas leis e regulamentos que se lhe aplicarem.

CAPÍTULO II

Do objeto e finalidades

Artigo 2º A Sociedade tem por objeto a difusão, entre pais e educadores, das finalidades da educação e dos conhecimentos que os habilitem a formar a criança e o adolescente, bem como, unir os associados em tórno do ideal de uma vida cristã.

Artigo 3º Para a consecução de sua finalidade, a Sociedade se propõe, principalmente, a:

I- Organizar "círculos de pais", isto é, grupos tanto quanto possível homogêneos, que visam a troca de experiências educativas, bem como, o estudo, em equipe, de problemas relacionados com a educação no seu sentido mais amplo.

II- Formar "casais animadores" para a boa execução e difusão dos "círculos" em todos os setores e camadas sociais.

III- Proporcionar oportunidades para o estudo de problemas de interesse comum, através de cursos, debates, conferências, publicações, etc.

IV- Usar de todos os meios ao seu alcance para a formação de um sadio ambiente familiar, escolar e social.

V - Estreitar as relações entre a Sociedade e Associações de Pais e Mestres e com quaisquer outros movimentos de finalidades congêneres.

VI- Estreitar as relações entre a Família e a Escola.

Artigo 4º É vedada à Sociedade qualquer manifestação de caráter político-partidário.

Artigo 5º Todos os recursos de que dispuzer a Sociedade serão aplicados no país.

CAPÍTULO III

Artigo 6º A Sociedade se comporá das seguintes categorias de sócios:

a) fundadores

b) efetivos

§ 1º - Os sócios serão casais indicados pelas Escolas, pelas diversas Associações de Pais e Mestres ou casais não pertencentes a tais associações.

cial após a fundação da Sociedade, a critério da Comissão Executiva

CAPÍTULO IV

Dos Direitos e Dos Deveres dos Sócios

- Artigo 7º Os sócios fundadores e efetivos terão direito a participar de cursos, reuniões, palestras, conferências, círculos, etc., que venham a ser promovidos pela Escola de Pais.
- Artigo 8º São deveres dos sócios:
- a) contribuir para que a Sociedade atinja seus objetivos;
 - b) obrigar-se ao pagamento das contribuições, de acordo com o que fôr estabelecido pela Comissão Executiva.
- Artigo 9º Os sócios fundadores e efetivos terão direito a voto nas Assembléias Gerais.
- Artigo 10º Os sócios fundadores e efetivos poderão integrar comissões que venham a ser organizadas pela Sociedade.
- Artigo 11º Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Sociedade.

CAPÍTULO V

Dos Usuários

- Artigo 12º Será usuário aquele que, mediante o pagamento de taxas, recebe os benefícios dos serviços prestados pela Sociedade.
- § Único:- Extendem-se aos usuários os direitos previstos nos artigos 7º e 10º.

CAPÍTULO VI

Da administração Social

- Artigo 13º A Sociedade será administrada pelos seguintes órgãos:
- a) Assembléia Geral
 - b) Comissão Executiva.

SECÇÃO I

Da Assembléia Geral

- Artigo 14º A Assembléia Geral será formada pela reunião dos sócios fundadores e efetivos, sendo soberana em suas deliberações.
- Artigo 15º A Assembléia Geral compete:
- a) eleger os membros da Comissão Executiva;
 - b) aprovar, na última reunião de cada ano, o plano de trabalho da Sociedade para o Exercício seguinte;
 - c) fixar, na última reunião de cada ano, a contribuição dos associados para o exercício seguinte, de acordo com a proposta da Comissão Executiva.
 - d) apreciar a gestão da Comissão Executiva, inclusive sob o aspecto financeiro.
 - e) reformar os presentes Estatutos, observando o que dispõe o artigo 16º.
- Artigo 16º A Assembléia Geral se reunirá, ordinariamente em dia previamente designado, na primeira quinzena de outubro de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que fôr convocada pelo Presidente da Comissão Executiva ou através do requerimento subscrito por um terço dos sócios, no mínimo.
- § 1º -O requerimento de convocação será endereçado ao Presidente da Comissão Executiva e dêle constará o motivo da convocação.
- § 2º -Ocorrendo a hipótese prevista no § anterior, o Presidente da Comissão convocará a Assembléia Geral, com antecedência de 5 dias, pelo menos, devendo constar do ato respectivo a ordem do dia.
- Artigo 17º Ressalvada a hipótese do artigo 18º, a Assembléia Geral funcionará, em primeira convocação, com a maioria absoluta de seus sócios, e, em segunda, com qualquer número, considerada a ausência como concordância tácita com o que fôr deliberado pela maioria dos presentes. Em qualquer caso, havendo empate na votação, o Presidente da Assembléia terá voto de qualidade, saldo no julgamento de suas contas e atos.

proposta obtiver a aprovação da maioria dos sócios presentes.
§ Único - Os presentes Estatutos só poderão ser reformados após dois anos de vigência.

SEÇÃO II

Da Comissão Executiva

- Artigo 19º A Comissão Executiva será eleita pela Assembléia Geral, na segunda quinzena de outubro, com mandato de dois anos.
§ Único - A Comissão Executiva eleita, indicará, obrigatoriamente, um Assistente Espiritual, sempre sacerdote, para assisti-la durante a vigência de seu mandato.
- Artigo 20º A Comissão Executiva será composta de seis (6) casais e um sacerdote, sendo:
- Um Presidente
 - Um Vice-Presidente
 - Um 1º Secretário
 - Um 2º Secretário
 - Um 1º Tesoureiro
 - Um 2º Tesoureiro
 - Um ASSISTENTE Espiritual indicado na forma do § Único do Artigo 19.
- Artigo 21º Compete à Comissão Executiva:
- submeter à aprovação da Assembléia Geral o Regimento Interno da Sociedade;
 - elaborar e submeter à aprovação da Assembléia Geral o programa anual de atividades e orçamentos sociais, satisfeitas as exigências legais e estatutárias;
 - elaborar e submeter à aprovação da Assembléia Geral a prestação anual das contas, o relatório de suas atividades, bem como, o orçamento da receita e despesa para o exercício seguinte;
 - promover todas as atividades condizentes com as finalidades da Sociedade;
 - executar as decisões da Assembléia Geral;
 - criar departamentos, comissões, cargos técnicos, etc., necessárias ao desenvolvimento das atividades sociais, e nomear ou destituir seus diretores ou encarregados.
- Artigo 22º Compete ao Presidente:
- representar a Sociedade em juízo e fora d'ele, na órbita Federal, Estadual e Municipal.
 - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral;
 - fazer executar as decisões da Assembléia Geral;
 - contratar e demitir empregados, com aprovação dos demais membros da Comissão Executiva;
 - assinar, com o 1º Tesoureiro, os fundos da, digo, a correspondência que envolva responsabilidade da Sociedade;
 - movimentar, com o 1º Tesoureiro, os fundos da Sociedade.
- Artigo 23º Compete ao Vice-Presidente:
substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
- Artigo 24º Compete ao 1º Secretário:
- substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos;
 - redigir as Atas das reuniões da Comissão Executiva e da Assembléia Geral;
 - redigir e assinar a correspondência da Sociedade;
 - manter em dia o expediente da Secretaria.
- Artigo 25º Compete ao 2º Secretário:
- substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
 - auxiliar em todos os serviços de Secretaria;
 - manter sob sua guarda todos os arquivos, fichários e demais papéis e livros de interesse da Sociedade;
 - organizar e manter em dia o fichário do quadro social;
 - zelar pela sede e biblioteca da Sociedade.

bêlecimento de crédito;

c) elaborar e submeter à Comissão Executiva, semestralmente, balancetes do ativo e passivo?

d) elaborar e submeter à Comissão Executiva o balanço anual e a previsão orçamentária;

e) receber e efetuar pagamentos.

Artigo 27º Compete ao 2º Tesoureiro:

a) substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;

b) manter em dia o arquivo da tesouraria e os livros contábeis.

Artigo 28º Os membros da Comissão Executiva não perceberão quaisquer remunerações para o exercício de seus cargos.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 29º Conquanto seja a Sociedade de duração indeterminada, poderá ela ser dissolvida por deliberação de 4/5 do número total de seus sócios, reunidos em Assembléia Geral.

§ Único - Aprovada a dissolução e liquidado o passivo, o remanescente, se houver, será entregue a instituições culturais ou educacionais.

Artigo 30º O Regimento Interno consagrará e disciplinará todos os setores culturais e técnicos na forma prevista nos presentes Estatutos.

Artigo 31º Para melhor cumprimento de suas finalidades, a Sociedade incentivará a fundação de organismos congêneres em outros Estados ou Municípios, permitindo-lhes o uso da denominação "Escola de País" acrescida do nome do Estado ou Município, precedido do vocábulo "setor".

§ Único - Tais organismos terão administração própria, devendo seus Estatutos e programas serem previamente submetidos à apreciação da Comissão Executiva desta Sociedade, que os estudará, propondo sua aprovação ou não aprovação à Assembleia Geral.

Artigo 32º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Executiva.

Artigo 33º Estes Estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim. Nessa ocasião deverão ser eleitos os membros da primeira Comissão Executiva.

Dando prosseguimento aos Trabalhos, o Snr. Presidente informou aos presentes que em face da aprovação dos Estatutos caberia à Assembléia eleger a primeira Comissão Executiva, que irá gerir os trabalhos sociais nos próximos dois anos, tendo sido eleitos os seguintes casais: Para Presidente de Honra, Padre Leonel Corbeil, Para Presidente o Casal Antonio Fernando Lopes; para Vice-Presidente-Casal Francisco Papaterra Limongi Netto; Para 1º Secretário-Casal Fábio Leopoldo de Oliveira; Para 2º Secretário - Casal Aluysio Geraldo F. Camargo, Para 1º Tesoureiro-Casal Cláudio Cinelli- Para 2º Tesoureiro-Casal Walfrido de Souza Freitas, que foram proclamados pelo Snr. Presidente, e, imediatamente empossados em seus respectivos cargos. A seguir, o Snr. Presidente esclareceu que a Escola de País, tinha a necessidade de escolher um orientador espiritual, cuja escolha deveria recair em um Padre, tendo a Assembléia se manifestado no sentido de deixar a escolha a cargo da Comissão Executiva recém eleita. O Snr. Presidente esclareceu finalmente, que a Escola de País deveria se organizar o mais rapidamente possível, sugerindo, desde logo, a formação de algumas comissões e lembrando nomes para integrá-las, tendo ficado deliberado que seria fixada para breve a primeira reunião da Comissão Executiva eleita, em data a ser designada, ocasião em que seriam efetivadas aquelas comissões e nomeados, oficialmente, os seus membros integrantes.

fazer uso, tendo a Assembléia, irrompido em calorosa salva de
paðmas, em sinal de regozijo pela fundação da Escola de Pais,
que se concretizara. A seguir, o Snr. Presidente, agradeceu a
presença de todos e determinou a mim, Secretário, que procedes-
se à lavratura da presente ata que depois de lida e achada confo-
me, foi por todos assinada, sendo os casais representados pela
assinatura dos conjugues varões.

Casal Antonio Fernando Lopes - Presidente
Casal Fábio Leopoldo de Oliveira - Secretário
Maria Junqueira Schmidt
Madre Ignês de Jesus
Padre Leonel Corbeill
Casal Francisco Papaterra Limongi Netto
Casal Aluysio Camargo
Casal Cláudio Cinelli
Casal Walfrido de Souza Freitas
Casal Clovis Garcia
Padre Huilo Ribeiro Quintanilha
Casal Carlos Joel Nelly
Casal João Alberto Guedes
Casal Joao Paulo Figueira
Casal Antonio Carlos Costa Bueno
Casal Jorge Marcondes Coelho de Souza
Casal Luiz Ambra
Casal Alberto Scaff
Casal Nelson Barros de Camargo
Casal Firmino Rocha de Freitas
Casal Milton Scalamandrê
Casal Fausto Penna Moreira
Casal Herminio Lunardelli
Casal Aristoteles Mossa
Casal Roberto Costa Bueno
Casal Luiz Carlos Soares
Casal Márcio Mendonça de Carvalho
Casal Célio Debles
Casal Nelson Pedral Sampaio
Casal Patrício Cintra do Prado
Casal Roberto Azevedo Amado
Casal Walter Siegl
Casal Renato Gimenes
Casal Luiz Geraldo Ferrari
Casal Roberto Almeida Sampaio
Casal Homero Lima Brandão
Casal Braz Moretti
Casal Alberto Moitara
Casal Chopin Tavares de Lima
Casal Alfredo Schurig Filho
Casal Roberto Moreira
Casal Oscar Simonsen
Casal Elmano Ribeiro Arnaud
Casal Rubens de Assumpção
Casal Jorge Junqueira Schmidt
Casal Geraldo Campos Gusso
Casal Theófilo Delgado Perez
Casal César Crissiuma de Figueiredo
Casal Geraldo Morello

Casal Marlon Carneiro
Casal Euripedes Constantino Miguel
Casal Nicolau Zarif
Casal Luiz Carlos Vieira
Casal Luiz Contier
Madre Joaquina
Madre Rossi
Irma Rosa Maria
Irma Antonina
Madre Natividade
Padre Gille Baielieu
Don Anselmo Denzel
Don Gilberto Sarlos
Madre Maria de Lourdes
Madre Albertina
Dna. Laura Souza Pinto
Dna. Nazaré Moura
Casal Guilherme Machado Kawall
Casal Gilberto Quintanilha Ribeiro
Casal Arnaldo Malheiros
Casal Luiz Carlos de Barros
Casal Ariovaldo F. Andrade
Casal Oswaldo Monteiro de Barros
Casal José Luiz Leme Silva
Casal Benedito Daffre Filho

conferir com o original.

Fabio de Oliveira
Auliano Almeida Jr
Presidente

1.º OFFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Cartório "De PRUBA"

Oficial: Dr. MARCO ANTONIO CUNHA RANGEL

Apresentado para registro o instrumento de compra e venda nº 12213

de 03 de março de 1965, no Livro

de Matrículas nº 12213

São Paulo (SP), em 03 de março de 1965

[Assinatura]
Oficial Marco Antonio Cunha Rangel

Escrituras Autorizadas

Asimir M. Campos — J. Jorge Aguiar

Cartório Dr. h
01

G

MARIO DA CUNHA RANGEL,

BACHAREL EM DIREITO E ESCRIVÃO DO PRIMEIRO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CERTIFICA

A ESCOLA DE PAIS, sociedade civil fundada em 16 de Outubro, p.p., conforme cópias de ata anexa, desejando adquirir personalidade jurídica, vem, pelo presente, representada por seu Diretor Presidente abaixo assinado, requerer se digné V.S. de determinar seja lavrado o competente Registro, cumpridas as formalidades legais.

Nêstes termos,
P. Deferimento.

São Paulo, 10 de Dezembro de 1963.

Antonio Fernando Lopes
Antonio Fernando Lopes.
Presidente.

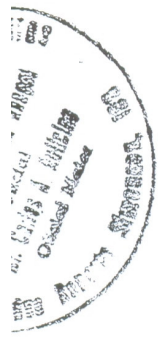
OFICIO DE NOTAS
 CARLOS BRUNO ZARATIN
 CARLOS ZARATIN
 REYNALDO GIL ZARATIN
 ADA BRUNO
 RUIZENS ZARATIN
 CARLOS ROBERTO ZARATIN
 R. Dr. Herculano de Azevedo, 111 - São Paulo - SP

SECRETARIA DA FAZENDA
 ESTADO DE SÃO PAULO
 BRASIL
 45
 CRUZEIROS

SECRETARIA DA FAZENDA
 ESTADO DE SÃO PAULO
 CRUZEIROS

OFICIO DE NOTAS
 CARLOS BRUNO ZARATIN
 CARLOS ZARATIN
 REYNALDO GIL ZARATIN
 ADA BRUNO
 RUIZENS ZARATIN
 CARLOS ROBERTO ZARATIN
 R. Dr. Herculano de Azevedo, 111 - São Paulo - SP

Em 10 de Dezembro de 1963



PRESIDENTE- ANTONIO FERNANDO LOPES- brasileiro, casado do comércio, residente e domiciliado nesta Capital, à rua Valença, 159.

VICE PRESIDENTE- FRANCISCO PAPATERRA LIMONGI NETTO, brasileiro, casado, promotor público, residente e domiciliado nesta Capital, à R. Major Prado, 46.

1º SECRETÁRIO- FABIO LEOPOLDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, à R. Escocia-129.

2º SECRETÁRIO -ALUISIO GERALDO FERREIRA CAMARGO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital, à R. Silveira Campos, 207.

1º TEZOUREIRO- CLÁUDIO CINELLI, BRASILEIRO, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, à r. Luiz Pereira de Almeida, 62.

2º TEZOUREIRO - WALFRIDO DE SOUZA FREITAS- brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, à R. Camé, 513.

Antonio Fernando Lopes
Presidente

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REFORMA DOS ESTATUTOS DA ESCOLA DE PAIS, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1.966.- Aos vinte e dois dias do mês de junho de 1.966, digo, do ano de hum mil novecentos e sessenta e seis, no salão de reuniões da nova sede da Escola de Pais, localizado a avenida Higienópolis número oitocentos e noventa (890), nesta Capital do Estado de São Paulo, às vinte e trinta (20,30) horas, realizou-se a Assembléia Geral Extraordinária para a reforma dos Estatutos da Escola de Pais tudo conforme publicação dos editais de convocação feita nos jornais "Folha de São Paulo" e "Diário Oficial do Estado" do dia dezessete (17) de junho de hum mil, novecentos e sessenta e seis. Instalados os trabalhos da Assembléia pelo Casal-Presidente da Escola de Pais, Antonio Fernando Lopes e Alzira Lopes, este, após saudar os sócios-fundadores e efetivos presentes, convidou para assumir a presidência dos trabalhos da Assembléia Geral Extraordinária o Padre Leonel Corbeil, presidente-de-honra da Escola de Pais, o qual, aceitando, assumiu a presidência. A presidência escolheu a mim, João Alberto Cuedes, primeiro secretário da d, digo, Escola de Pais em sua Comissão Executiva, para secretariar os trabalhos. O Sr. Presidente, tendo constatado a presença de um número de sócios fundadores e efetivos em conformidade com as disposições estatutárias, capaz de assegurar a possibilidade de discussão e votação da reforma dos Estatutos, explicou aos presentes que a finalidade da Assembléia Geral Extraordinária era a discussão e votação de um projeto de reforma dos estatutos da Escola de Pais, elaborado por uma Comissão Especial prei, digo, presidida pelo sócio Winther Nylton Scalasandré. Determinou a mim, secretário, que procedesse à leitura do projeto do novo Estatuto da Escola de Pais, artigo, digo, artigo por artigo, o que foi feito. É a seguinte a íntegra do projeto: "Escola de Pais - Estatutos - Capítulo I - Da denominação, praze, sede, objetivo e exercício.- Artigo 1.º- A "Escola de Pais" é uma sociedade civil, cristã, com duração por praze indeterminado, com sede e fôro na Capital do Estado de São Paulo e atuação em tódo o território brasileiro.- Parágrafo único.- A "Escola de Pais" da sede é considerada a "Escola de Pais Nacional", competindo-lhe reconhecer tódas as demais.- Artigo 2.º- A "Escola de Pais" tem por fim aprimorar a formação de pais, de modo a que, pelo estabelecimento de uma verdadeira harmonia conjugal e de um clima propício à educação dos filhos e à colaboração com a escola, possam eles melhor cumprir a sua função na família e na sociedade.- Artigo 3.º- Para consecução de seus fins e sem prejuízo de outras atividades a eles conducentes, a "Escola de Pais" promoverá um maior entrosamento entre a família e a escola, bem assim organizará círculos de debates e estudos, cursos, conferências, simpósios, congressos etc.- Artigo 4.º- A Sociedade, que não tem fins lucrativos ou políticos, aplicará no país tódos os recursos de que dispõe.- Parágrafo único.- Os membros da Comissão Executiva, bem assim os do Conselho Consultivo, não perceberão quaisquer remunerações pelo exercício de seus cargos.- Artigo 5.º- O ano social coincidirá com o ano civil.- Capítulo II - Dos sócios - Artigo 6.º- O quadro social será composto de pais e educadores, em número ilimitado, que, sem distinção de raça, credo, ou de condição social e econômica, se inscreverem e forem aprovados pela Comissão Executiva.- Artigo 7.º- Os sócios poderão participar de tódas as atividades promovidas pela Sociedade, de acódo com as condições que forem estabelecidas pela Comissão Executiva.- Artigo 8.º- São deveres dos sócios: a) colaborar, efetivamente, para que a Sociedade atinja suas finalidades; b) para as contribuições, de acódo com o que fôr estabelecido pela Comissão Executiva.- Artigo 9.º- Os sócios não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Sociedade.- Capítulo III - Dos Órgãos de Direção da "Escola de Pais Nacional" - Artigo 10.º - São órgãos de direção da "Escola de Pais Nacional":- a) a Assembléia Geral; b) a Comissão Executiva; c) o Conselho Consultivo.- Título 1.º - Da Assembléia Geral - Artigo 11.º- A Assembléia Geral, que será constituída pelos casais presidentes das Escolas de Pais; pelos membros da Comissão Executiva; e pelos membros do Conselho Consultivo, se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que o exigirem as conveniências sociais e as deliberações de qualquer manifestação da mesma Assembléia.- Parágrafo 1.º- As Assembléias Gerais,

convindicará outro para secretarias os trabalhos.- Artigo 13º.- Compete a -
Assembleia Geral Ordinária: a) eleger os membros da Comissão Executiva e
suplentes, através da escolha de "chapas" completas; b) eleger os mem-
bros do Conselho Consultivo; c) discutir e votar o Relatório da Comissão
Executiva e as contas do exercício findo.- Artigo 14º.- As Assembleias -
Gerais funcionarão, em primeira convocação, com a presença da maioria -
absoluta de seus membros constitutivos (artigo 11º), e, em segunda, com
qualquer número, trinta minutos após a hora fixada para a realização da
primeira.- Artigo 15º.- A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por
objeto a reforma dos estatutos sociais somente poderá ser convocada pelo
Conselho Consultivo, representado, no mínimo, digo, no mínimo, por 2/3 -
(dois terços) de seus membros, devendo, outrossim, os termos da reforma
emanar do mesmo Conselho Consultivo.- Título 2º - Da Comissão Executi-
va - Artigo 16º.- A Comissão Executiva será composta de 6 (seis) casais
efetivos e 3 (três) suplentes, sendo um casal presidente e 5 (cinco) ca-
sais diretores, com mandato por dois anos; permitida a reeleição.- Arti-
go 17º.- Compete à Comissão Executiva: a) Administrar a Sociedade, promo-
vendo o seu desenvolvimento e velando pelo fiel cumprimento de seus, di-
go, seus objetivos; b) Deliberar sobre a admissão e exclusão de sócios;
c) Fixar as contribuições sociais; d) Executar as deliberações das Assem-
bléias Gerais; e) Elaborar o Regimento Interno da Sociedade; f) Elaborar
o Relatório Anual e respectivo Balanço Geral, submetendo tais documentos
à apreciação da Assembleia Geral; g) Representar a Sociedade em Juízo ou
fora dele, ativa ou passivamente; h) Assinar documentos públicos ou par-
ticulares; i) Abrir, manter e fechar contas em estabelecimentos de crédi-
to; j) Receber e efetuar pagamentos; k) Manter em dia os livros sociais;
Parágrafo único.- As atribuições constantes das letras "g", "h", "i", -
"j" e "k" deste artigo serão divididas entre os componentes da Comissão
Executiva, pela forma que acordarem, através de reunião de todos os seus
membros, lavrando-se a competente Ata, que será levada a registro para -
os devidos fins de direito.- Artigo 18º.- A Comissão Executiva somente -
poderá deliberar validamente com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de
seus membros.- Artigo 19º.- Nos casos de vaga ou impedimento temporários
os membros da Comissão Executiva serão substituídos pelos suplentes.- Tí-
tulo 3º - Do Conselho Consultivo - Artigo 20º.- A Sociedade terá um Con-
selho Consultivo composto de 12 (doze) membros, de reconhecida competên-
cia no setôr educacional, quatro dos quais deverão ser, obrigatoriamente
casados.- Artigo 21º.- Ao Conselho Consultivo compete traçar a orienta-
ção geral de todas as Escolas de Pais do Brasil e assessorar a Comissão
Executiva.- Artigo 22º.- O Conselho Consultivo será renovado, bienalmen-
te, de 1/3 (um terço) de seus membros, através de deliberação da Assem-
bléia Geral, que escolherá 4 (quatro) nomes dentre 7 (sete) constantes -
de Relação a ela oferecida pelo mesmo Conselho, permitida a reeleição.-
Artigo 23º.- O casal presidente da Escola de Pais Nacional ou outro dire-
tor para isso indicado, participará das reuniões do Conselho Consultivo.
Artigo 24º.- O Conselho Consultivo indicará um de seus membros - obriga-
tariamente sacerdote - para exercer a função de Assistente Doutrinário
permanente, junto à Comissão Executiva.- Capítulo IV - Das Escolas de -
Pais Filiadas à Nacional - Artigo 25º.- Em qualquer ponto do território
brasileiro poderão ser criadas Escolas de Pais, desde que reconhecidas -
pela Escola de Pais Nacional.- Artigo 26º.- As Escolas de Pais se organi-
zarão de acôrdo com os Estatutos que elaborarem, os quais, todavia, só -
mente entrarão em vigor depois de aprovados e registrados pela Escola de
Pais Nacional.- Artigo 27º.- Todas as Escolas de Pais obedecerão, rigoro-
samente, as diretrizes e a orientação estabelecidas pelo Conselho Consul-
tivo da Escola de Pais Nacional.- Artigo 28º.- As Escolas de Pais serão
dirigidas por uma Comissão Executiva, composta de 6 (seis) membros efeti-
vos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de seus sócios.-
Parágrafo único.- Além destes dois órgãos de direção, as Escolas de Pais
poderão criar outros, de acôrdo com as conveniências locais.- Artigo 29º.
A Escola de Pais Nacional vedará o funcionamento das Escolas de Pais que
eventualmente, vierem a transgredir os preceitos contidos nestes Estatutos.-
Capítulo V - Da Dissolução - Artigo 30º.- A Sociedade será dissol-
vida nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral,
especialmente convocada para tal fim.- Artigo 31º.- Resolvida a dissolu-
ção da Sociedade, seus bens serão incorporados a uma ou mais entidades

o entrarão em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.-
 Artigo 32º.- Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos pela Comissão Executiva.- Capítulo VII - Das Disposições Transitórias-
 Artigo 33º.- O primeiro Conselho Consultivo, que será exposto na mesma data da entrada em vigor destes Estatutos, será composto dos seguintes membros: Maria Junqueira Schmidt, Madre Cristina Maria, Terezinha Fran, Oswaldo de Barros, Padre Huijo Quintanilha, Padre Paul Eugène - Charbonneau, Hain Grunapum, Luiz Arrôbas Martins, Odilon de Mello Franco, Consuelo Soares Neto, Antonio Fernando Lopes e Joaquim Souza Campos.- Parágrafo 1º.- Após 1 (hum) ano de mandato, será renovado o primeiro terço, e, após 2 (dois) anos, o segundo terço do Conselho Consultivo, exposto na data da entrada em vigor dos presentes Estatutos.- Parágrafo 2º.- Para a renovação do primeiro e segundo terços do Conselho Consultivo, serão sorteados, dentre os seus membros, aqueles que serão substituídos.- Aberta a discussão sobre o projeto dos Estatutos e após terem usado da palavra diversos sócios presentes, encerrada esta e passando-se à votação, verificou-se ter sido o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, com as seguintes emendas:- os seguintes artigos ficaram assim redigidos:- Artigo 3º.- Para consecução de seus fins e sem prejuízo de outras atividades a eles conducentes, a "Escola de Pais" promoverá um maior entrosamento entre a família, a escola e a comunidade, bem assim organizará círculos de debates e estudos, cursos conferências, simpósios, congressos etc.- Artigo 11º, parágrafo 1º.- As Assembleias Gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias, não poderão realizar-se sem prévia convocação, com antecedência de 30 (trinta) dias.- Artigo 34º.- O primeiro Conselho Consultivo será eleito e empossado na mesma data da entrada em vigor destes Estatutos.- Prossequindo nos trabalhos, o Presidente da mesa disse que, na forma das disposições constantes dos Estatutos que acabavam de ser aprovados, a Assembleia deveria votar, elegendo os membros do Conselho Consultivo e os suplentes da Comissão Executiva. Aberta a discussão, encerrada esta e passando-se à votação, resultaram eleitos, por aclamação: Conselho Consultivo: os constantes do projeto dos Estatutos atrás transcritos; suplentes da Comissão Executiva: Orlando Chiqueto, Walter Siegl e José Manoel Azuza Egarte. Todos os eleitos foram a seguir empossados. Continuando, o Presidente da mesa concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém a solicitasse, deu por encerrada a Assembleia levantando-se a presente Ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi por todos aprovada e a seguir assinada.- Ressalvo a entrelinha de fls. 10 verso que diz "crístã". São Paulo, 23 de Junho de 1966. Assinado: Padre Leonel Corbeil S.S.C (Presidente), João Alberto Guedes (Secretário).- Seguem-se outras assinaturas.....

*Confere com o original
 Antônio Fernando Eg*

817331 37
 10213 A 15
 17
 Antulova 15

MOPLAST S/A

**Indústria e Comércio
ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINARIA**

Ficam convidados os senhores acionistas desta empresa a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária na sede social à rua Bartolomeu de Gusmão n. 521, nesta Capital, no próximo dia 17 de outubro de 1966, às 10,00 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

a) Tomar conhecimento e deliberar sobre uma Proposta da Diretoria sugerindo modificações estatutárias referentes à administração da empresa;

b) na eventual aprovação dessa Proposta, adotar as demais medidas cabíveis;

c) outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 4 de outubro de 1966.

Carlos Nehring Netto — Diretor Presidente
(244.675 — Cr\$ 26.100) (6-7-8)

LABORATORIO WANDER DO

PPASIL S. A.

COMPANHIA PAMARIJO DE ADMINISTRACAO E COMERCIO

**ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINARIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Pamarijo de Administração e Comércio, para uma assembleia geral extraordinária a realizar-se no dia 15 de outubro de 1966, às 9,00 horas, na sede social, à Rua André Rovai n.º 353, em Osasco, Estado de São Paulo, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

a) — Proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho Fiscal, para medidas extraordinárias de representação da sociedade, particularmente, autorização à diretoria para outorga de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, expressa e notadamente fianças, avais ou outras, a operações de terceiros, interveniência em contratos ou acordos de qualquer espécie;

b) — outras medidas e resoluções correlatas e de interesse social.

Osasco, São Paulo, 4 de outubro de 1966.

Myriam Sonia Notari Ferraz — Diretora Presidente.
(244.312 — Cr\$ 30.450) (5-6-7)

A DIOPTRIA S/A

**Ótica, Comércio e Importação
ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINARIA**

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 17 de outubro de 1966, às 14 horas, em sua sede social, à Rua D. José de Barros, n.º 78, em São Paulo, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da conta de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 1965;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;

c) Transformação social, em sociedades por quotas de responsabilidade limitada; e

d) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 5 de Outubro de 1966.
Caetano Constanzo, Diretor Presidente.
(244.594 — Cr\$ 30.450) (6-7-8)

EVARISTO COMOLATTI S/A.

(do dia:
São Paulo, 29 de setembro de 1966.
Emyr Milani — Diretor
(244.888 — Cr\$ 21.750) (6-7-8)

ESCOLA DE PAIS

**Extrato para Registro — Catt. Dr. Arruda
Capital**

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 22 de junho de 1966 foram aprovadas as alterações dos estatutos sociais da entidade civil denominada Escola de Pais, que passaram a ter nova redação.
(244.856 — Cr\$ 4.350) (7)

CIT — PAVIMENTACAO E

TERRAPLANAGEM S. A.

CERTIDAO

CERTIFICO que "CIT — PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGEM S/A." com sede à Praça da República n. 128 — 3.º andar, arquivou nesta Repartição sob n. 330.702, por despacho da Junta Comercial em sessão de 23 de agosto de 1966 a Ata da Assembleia Geral Ordinária dos seus acionistas, realizada em 29 de abril de 1966 do que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 23 de agosto de 1966. — a) Maria Helena Alvarenga Moura — p/ Diretor Secretário.
(244.600 — Cr\$ 8.700) (7)

SEVEN-UP DE S. PA

**Bebidas e Com
ASSEMBLEIA G
EXTRAORDINA**

São convidados os senhores acionistas da Seven-Up de São Paulo, S. A. a se reunirem em Assembleia Social, à Avenida Paula Ferneta Capital, às 10 horas do dia 17 de outubro de 1966, em Assembleia Ordinária a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) — Alteração da Diretoria;
b) — Outros assuntos sociais.

São Paulo, 3 de outubro de 1966.
Kiroki Hassimoto — Diretor Presidente.
(244.379 — Cr\$ 26.100)

TORMEC S. A. — Fab

**fusos e Peças Torneada
ASSEMBLEIA G
EXTRAORDINA**

São convidados os senhores acionistas da Tormec S. A. a se reunirem em Assembleia Social, à Rua da Liberdade, nº 100, em São Paulo, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte

a) — alteração parcial do estatuto social;

b) — alteração parcial do estatuto social;

c) — outros assuntos sociais.

São Paulo, 20 de setembro de 1966.
Alberto Aroyo — Diretor Presidente.
(244.457 — Cr\$ 26.100)

TORMEC S. A.

Fábrica de Peças Torneadas de Precisão

**ASSEMBLEIA G
EXTRAORDINARIA**

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Social, em 23 de outubro de 1966, às 10 horas, na sede social, nesta Capital, à Rua da Liberdade, nº 121 a 163, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte

a) Aumento do Capital Social;

b) Modificação da Diretoria;

c) Outros assuntos sociais.

São Paulo, 23 de setembro de 1966.
Darcy Vac — Diretor Presidente.
(244.564 — Cr\$ 21.750)

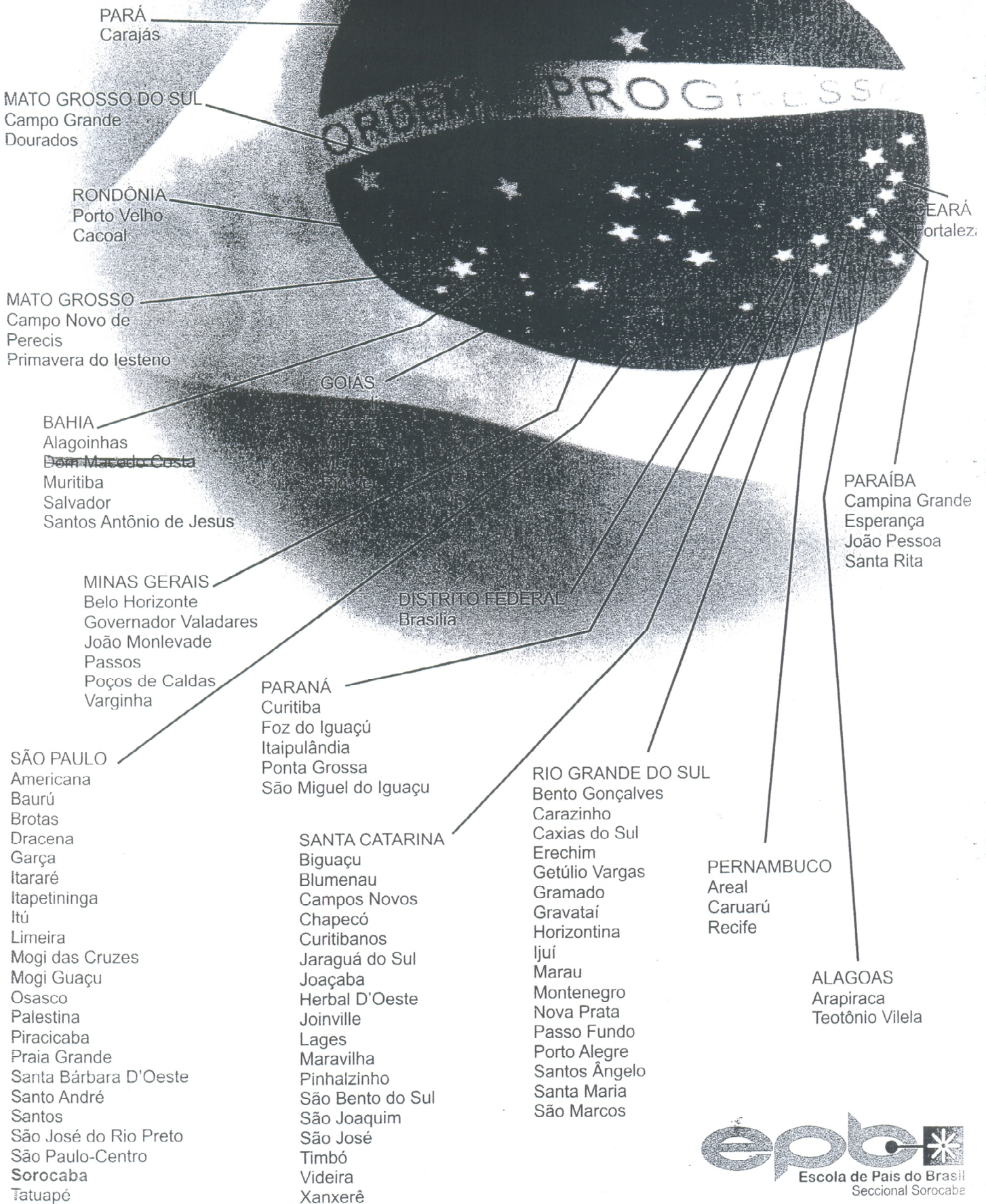
Escola de Pais do Brasil



* Escolas sem diretoria, ligadas à Sede Regional.

Seccionais Escola de Pais do Brasil

J



OBJETO PRIMÁRIO DE AMOR. (OPA)¹

IDADE	OPA	
Vida intra-uterina	Mãe	
0 - 1 ano	Mãe	
1 - 4 anos	Mãe + Pai	
4 - 7 anos	Menino → Mãe	} Complexo de Édipo
	Menina → Pai	
7 - 10 anos	Menino → Pai	} Pai Herói
	Menina → Mãe	
11 - 12 anos	Menino → Menino	} Fase Homossexual
	Menina → Menina	
12 em diante	Homem → Mulher	} Fase Heterossexual
	Mulher → Homem	

PERSONALIDADE		ETAPAS DE MATURIDADE		
		INFÂNCIA		MENINICE:
		1. ^a Fase: de 0 a 3 anos		de 6 a 11/12 anos
		2. ^a Fase: de 3 a 6 anos		
ASPECTOS	1) Constituição	física fisiológica	— Crescimento	— Crescimento
	2) Temperamento (instintivo-emocional)	instintos (agir)	afeto — Captativo	— Captativo-Oblativo
			segurança — Hetero-Segurança	— Hetero-Segurança-Dist. Física
			lúdica — Fundamental: Movimento	— Movimento-Jogos com regras
emoções (sentir)	social — Contatos: sem troca pessoal	— Consc. Grupal-Início Trocas Pessoais		
	liberdade — Controlada pelo adulto	— Experiência, sempre que possível		
3) Inteligência (cognitivo)	compreensão	sexual — Curiosidade	— Conhecimento	
		construtivas destrutivas — Sempre presentes	— Sempre presentes	
		percepção — Só concreta: sentidos do corpo	— Concreta-abstrata	
	imaginação	pensamento — Crédulo: vive o presente	— Crédulo-início da temporalidade	
		e intuição — Nenhuma	— Leve introspecção	
	memória	introspecção	— Rica-abstrata	
	atenção	— Rica: só c/elementos conhecidos	— Concreta e motivada	
consciência moral (julgar) linguagem	— Concreta: retém quando interessa	— Depende da motivação		
4) Caráter (volitivo)	direção racional da personalidade	— Momentânea: quando interessa	— Primeiras tentativas-valores dos pais	
		— Vontade não desenvolvida	— Em desenvolvimento	
		— Pais determinam	— Distingue certo e errado	
			— Vontade não age conforme	

		INFÂNCIA	MENINICE
AÇÃO EDUCATIVA (como se educa)	1) Sobre o Meio	— Harmonia no Lar	— Harmonia no Lar
		— Afastar obstáculos	— Escola - Lar
	— Facilitar a arrumação da casa	— Afastar obstáculos	
	2) S/o Educando (respeitando o grau de maturidade)	orientar	— Indiretamente (exemplo)
— Mudar a atividade			— Diretamente - Diálogo
— Direção da atividade lúdica			- Hist. e Representações - Exerc. de Obs. críticas - Dir. da ativ. lúdica - Exercícios da vontade
exercer autoridade	— Justificar-se por si mesma	— Justificar a ordem	
	— Ser firme	— Ser firme	
castigar	— Imanente	— Imanente	
	— Forçar a agir	— Pré-estabelecido	
	— Ignorar	— Policial (não educativo)	

PERSONALIDADE		ETAPA DE MATURIDADE	
		ADOLESCÊNCIA 1. ^a Fase: de 11 a 14 anos 2. ^a Fase: de 15 a 18/20 anos	
ASPECTOS	1) Constituição	física fisiológica	— Crescimento pleno — Maturação
	2) Temperamento (instintivo- emocional)	instintos (agir)	afeto segurança lúdica social liberdade sexual — Oblativo-Captativo — Início auto-segurança — Lazer - atividade grupal — Grupo - trocas pessoais — Submissão e Independência — Conhecimento e maturação plenos
		emoções (sentir)	construtivas destrutivas — Sempre presentes
	3) Inteligência (cognitivo)	Compreensão imaginação memória atenção consciência moral (julgar) linguagem	percepção pensamento e intuição introspecção — Madura para compreender — Idade das dúvidas - espírito crítico — Início de auto-análise — Rica e realizadora — Desenvolvida e consolidada — Capaz de alta concentração — Convicções e valores próprios — Domínio total
4) Caráter (volitivo)	direção racional da personalidade	1. ^a Fase: Escala de valores determinada Vontade: não assume totalmente 2. ^a Fase: Escala de valores definida Vontade: assume quase totalmente	

		ADOLESCÊNCIA	
AÇÃO EDUCATIVA (Como se educa)	1) Sobre o Meio		— Harmonia no Lar — Escola - Lar — Grupo de amigos — Afastar obstáculos
	2) S/o Educando (respeitando o grau de maturidade)	orientar	— Indiretamente (exemplo) — Diretamente: Reflexão crítica Individual e/ou sobre o grupo — Ser bom ouvinte — Grupos culturais: lazer e esportes
		exercer autoridade	— Recurso extremo-Liberdade com responsabilidade — Reconhecer a influência do grupo — Ter prestígio
		castigar	— Imanente — Pré-estabelecido pelo educando — Policial (não educativo)

Relação dos Congressos Nacionais

	ANO	TEMA
1°	1964	Relação de Pais e Filhos.
2°	1965	Como ajudar meu filho a se ajudar - trabalho, lazer e estudo.
3°	1966	Pais atualizados, adolescente feliz.
4°	1967	Nossos filhos serão adultos felizes.
5°	1968	O seu filho - o que ele pensa, o que ele quer, o que ele espera de você.
6°	1969	A família estará no fim?
7°	1970	Pais e filhos - é possível a comunicação.
8°	1971	Pais e filhos: tempo de acertar.
9°	1972	Crescimento e libertação.
10°	1973	Valores em transição.
11°	1974	Eu sou o hoje, você é o amanhã 'tal pai, tal filho'.
12°	1975	Educação e libertação.
13°	1976	Adolescência.
14°	1977	Educar para o futuro.
15°	1978	Educação e massificação.
16°	1979	Educar - da concepção à maturidade.
17°	1980	A educação na América Latina - continente em vias de desenvolvimento.
18°	1981	Educação e sexualidade, hoje.
19°	1982	Pais, filhos e tóxicos.
20°	1983	Valores, que valores?
21°	1984	Maturidade e relacionamento.
22°	1985	Juventude hoje, que família amanhã?
23°	1986	Família, liberdade, participação.
24°	1987	Que família em que Brasil?
25°	1988	Pai, quem é seu filho?
26°	1989	Os pais no espelho.
27°	1990	Casamento & Casamentos.
28°	1991	Casa: moradia ou lar.
29°	1992	Família: distância ou entendimento.
30°	1993	Nutrir sonhos e aspirações, Alimentar esperanças - Crianças e Adolescentes.
31°	1994	O poder da família.
32°	1995	A família e sua atualidade.
33°	1996	Filhos nascendo, filhos crescendo, família mudando.
34°	1997	Família: construção e reconstrução.
35°	1998	O Videogame da Vida - Virtual ou Real?
36°	1999	Do ontem ao amanhã: a família rumo ao ano 2000.
37°	2000	A intimidade familiar no novo milênio. Fechar-se ou abrir-se?
38°	2001	A família educando para paz.
39°	2002	Educando em tempos de adversidade.

40°	2003	A convivência familiar e os ambientes externos.
41°	2004	Família, caminho da independência segura.
42°	2005	Meus pais, meus filhos, meus netos: Convivência das quatro gerações.
43°	2006	Desafios da família: Autonomia, Competência, Solidariedade.
44°	2007	Valores que permanecem, valores que amanhecem.
45°	2008	Pais e Filhos: Prevenir ou Remediar?
46°	2009	Família nos tempos que correm. Para onde vai?
47°	2010	Família, um sonho possível.
48°	2011	A família administrando seus desafios.

Relação de Seminários Internacionais em Brasília

	ANO	TEMA
1°	1989	A família no limiar do século - desafios e oportunidades.
2°	1991	A família e o século XXI - Os impactos da tecnologia e da integração mundial.
3°	1993	Amor e qualidade de vida: construindo a família do século XXI.
4°	1997	"Pais e Filhos" - Investindo com amor, na família.

**ALAGOAS**

Arapiraca – Teotônio Vilela

BAHIA

Alagoinhas – Muritiba – Salvador – Santo Antonio de Jesus

DISTRITO FEDERAL

Brasília – Cruzeiro – Paranoá

GOIÁS

Anápolis – Goianésia – Goiânia – Mineiros – Rio Verde

MINAS GERAIS

Belo Horizonte – João Monlevade – Varginha

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande

MATO GROSSO

Primavera do Leste

PERNAMBUCO

Recife

PARANÁ

Curitiba – Foz do Iguaçu – Sao Miguel do Iguaçu

RIO GRANDE DO SUL

Carazinho – Caxias do Sul – Erechim – Getúlio Vargas – Gramado – Gravatal – Ivoti – Marau – Santa Maria – Santo Ângelo – São Marcos

SANTA CATARINA

Iguaçu – Blumenau – Chapecó – Joaçaba e Herval do Oeste – Joaçaba – Maravilha – Orleans – São José – Timbó – Videira – Xanxerê

SÃO PAULO

Americana – Bauru – Brotas – Dracena – Garça – Itararé – Limeira – Mogi das Cruzes – Mogi Guaçu – Nacional – Núcleo Indaiatuba – Piracicaba – Praia Grande – Santa Bárbara d' Oeste – São Paulo – Sorocaba